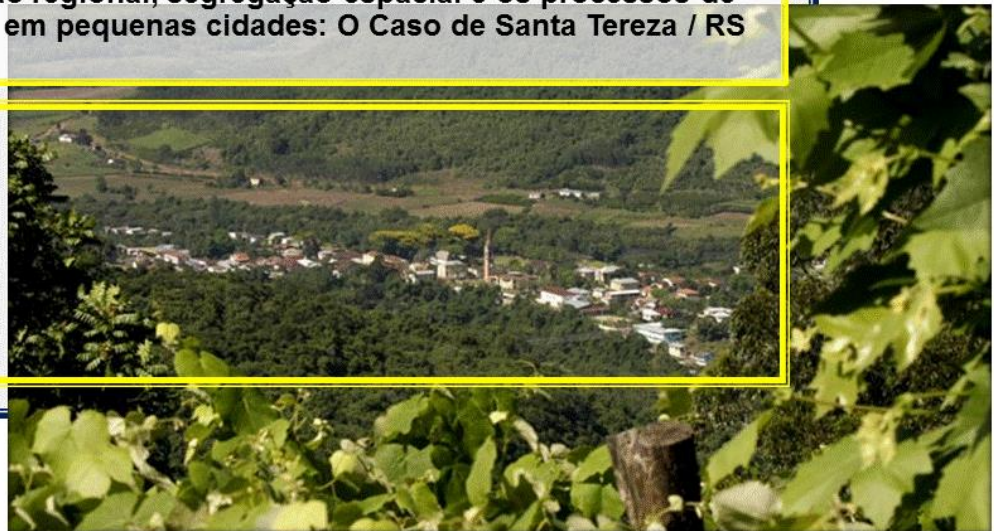


Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
Faculdade De Arquitetura
Programa De Pós-Graduação Em Planejamento Urbano E Regional
PROPUR/UFRGS

Configuração regional, segregação espacial e os processos de estagnação em pequenas cidades: O Caso de Santa Tereza / RS



Marcelo Damazzini

Porto Alegre, 31 de julho de 2017.

Créditos da Capa
DAMAZZINI, Marcelo. Montagem a partir de imagem extraída de
<http://revistagloborural.globo.com/>
Créditos Originais.
Foto: Tania Meinerz.

CIP - Catalogação na Publicação

Damazini, Marcelo

Configuração regional, segregação espacial e os processos de estagnação em pequenas cidades: O caso de Santa Tereza/RS / Marcelo Damazini. -- 2017. 140 f.

Orientadora: Andrea da Costa Braga.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Planejamento Urbano. 2. Configuração espacial. 3. Cidades pequenas. 4. Desenvolvimento local. 5. Região. I. Braga, Andrea da Costa, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
PROPUR/UFRGS

Marcelo Damazzini

“Configuração regional, segregação espacial e os processos de estagnação em pequenas cidades: o caso de Santa Tereza / RS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Linha de pesquisa: Sistemas Configuracionais Urbanos

ORIENTADORA:

Prof.^a Colaboradora Dr.^a Andrea da Costa Braga

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Livia Teresinha Salomão Piccinini

Examinadora Interna PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. Fábio Lúcio Zampieri

Examinador Interno PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. Elio Trusiani

Examinador Externo SCUOLA di ARCHITETTURA
e DESIGN, UNIVERSITÀ di CAMERINO/ IT.

Porto Alegre, 31 de julho de 2017.

Aos meus pais, Lírio e Pasqualina, pela
educação dada a mim, pelo apoio
incondicional, pelo exemplo de
honestidade e dedicação.

Agradeço.

À minha dedicada, persistente e paciente orientadora, Prof^a. Dr^a.
Andrea da Costa Braga pelo apoio e por acreditar em mim mesmo
quando nem eu acreditava.

À banca examinadora, Lívia Teresinha Salomão Piccinini, Fábio
Lúcio Zampieri, Elio Trusiani, que toparam ler e avaliar este
trabalho.

Ao Prof. Dr. Décio Rigatti.

Aos meus amigos Tiago, Leandro, Daniel e Ricardo, irmãos que a
vida me deu.

Aos professores e colegas de PROPUR.

À secretaria do PROPUR, na pessoa de Mariluz Grando por sua
presteza, assistência, competência e paciência.

RESUMO

Estudos que enfocam fenômenos relacionados ao desenvolvimento local e à qualidade de vida em pequenas cidades ou pequenos municípios, ainda quando estes estão inseridos em regiões em processo de reestruturação produtiva e desenvolvimento local, se tornaram relevantes nos últimos anos. Dentre os problemas relacionados a esta temática, a migração das populações e crises do sistema produtivo rural que vem sendo abordados a partir das dimensões econômica, produtiva; das dinâmicas rural-urbano; da qualidade de vida e da governança urbana, são temáticas que servem para descrever e analisar problemas relacionados ao isolamento de pequenas cidades e seus efeitos sobre as redes urbanas regionais, centrados em fatores funcionais multidimensionais e multiescalares. No entanto, a dimensão espacial do fenômeno de isolamento e segregação de pequenas cidades não contemplam especificamente as configurações das redes regionais e os limites territoriais e espaciais impostos à integração regional e ao desenvolvimento local. O objetivo da pesquisa é relacionar as variáveis morfológicas e espaciais das configurações regionais a processos de estagnação social e econômica de pequenos municípios. O estudo de caso empírico é o município de Santa Tereza / RS, inserido na região de planejamento da Serra, recentemente incorporado à Região Metropolitana da Serra Gaúcha, cujo núcleo urbano foi designado pelo IPHAN como exemplar da Paisagem Cultural da Imigração Italiana no Brasil. No entanto, estas ações institucionais multiescalares não modificaram os padrões de desenvolvimento local, nem instigaram a adesão do município às transformações produtivas em curso no contexto regional. O município está, há cinquenta anos, num processo de estagnação econômica, perda de população e alheio às mudanças pelas quais passa a região em que se inscreve. Neste contexto, o problema é discutido a partir da dimensão espacial do processo de isolamento, tanto à escala local - do núcleo urbano, como à microrregional. A hipótese levantada é que dos efeitos positivos e transformadores das ações políticas e institucionais à escala nacional em interação com os potenciais de integração espacial local e regional emergem tendências dissimilares de integração aos processos de mudança da organização social e espacial à escala local, bem como desigualdades em relação às tendências de desenvolvimento local. Para estabelecer a verificação da hipótese, se aplica a teoria, métodos e ferramentas da Sintaxe

Espacial e de Análise Espacial para descrever e analisar a configuração espacial do território do município, da região e do núcleo urbano, buscando-se relações dos instrumentos de gestão, infraestrutura regional e de preservação de patrimônio e paisagem cultural, e as configurações espaciais que emergem inscritas em limites territoriais estabelecidos pela aplicação dos instrumentos de planejamento multiescalares. Os resultados da pesquisa indicam que processos *top down* têm sido insuficientes no que toca potencializar mudanças no desenvolvimento local, para as quais as propriedades morfológicas da rede de circulação regional limitam a difusão espacial de inovações e adesão à reestruturação produtiva por que passa a região.

Palavras-chave: Região; Configuração espacial; Estagnação; Cidades pequenas; desenvolvimento local.

ABSTRACT

Research targeting phenomena related to small towns and municipalities' local development and life quality are becoming widely relevant in the past decades especially when related to urban networks hierarchies at regional scale and addressing productive restructuring issues. Among research problems inscribed in this thematic small towns economic ostracism, loss of population and rural-urban dynamics related to planning regions are recurrent,; most of them focusing on multidimensional and multiscale functional features. However, the spatial dimension of regional segregation and small municipalities' ostracism phenomena are yet to be `analysis. Therefore, this research objective is to relate regional configurations spatial and morphological variables to social and economic stagnation processes at local scale. The empirical study focuses on Santa Tereza / RS, a municipality inscribed in Serra COREDE, which urban zone is exemplary of The Italian Immigration Region in Brazil. However, institutional agency targeting to improve local development were insufficient to modify the municipality integration into regional productive restructuring processes. In this context, the research problem is addressed from its multiscale spatial dimension. The hypothesis verified is that the positive effects of institutional agency is overwhelmed by spatial segregation patterns of the municipality within the regional urban network, what enhances uneven tendencies of local development and changes in social, economic and spatial organization at local scale. The hypothesis verification methods, based on Space Syntax theory and Spatial Analysis tools provide multiscale configurational descriptions of the segregation phenomena and its interactions with planning strategies. Results indicate that institutional agency is insufficient in changing local development patterns, since morphological variables such as relative accessibility inform segregation tendencies encompassed by the municipality community, limiting the spatial diffusion of innovations.

Key-words: *Region; Spatial Configuration; Stagnation; Small Towns; Local development.*

Sumário

CAPITULO 1	12
1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Apresentação da Temática: Cidades Pequenas, Desenvolvimento Local e Mudanças Regionais ..	12
1.2 Problema da Pesquisa e delimitação do objeto de estudo	17
1.3 O Objeto de Estudo da Pesquisa	19
1.4 Objetivos	26
1.4.1 Objetivo Geral	26
1.4.2 Objetivos específicos:.....	26
1.5 Perguntas da Pesquisa	27
1.6 Hipótese	28
1.7 Estrutura do Trabalho	28
CAPITULO 2	30
2. REVISÃO TEÓRICA.....	30
2.1 Cidades Pequenas e Desenvolvimento	30
2.1.1 Cidades Pequenas e Transformações Sócio espaciais.....	36
2.2 O desenvolvimento local.....	39
2.3 O conceito de microrregião.....	44
2.4 O conceito de paisagem cultural e suas implicações no território das cidades pequenas.....	47
2.4 Patrimônio Cultural e as cidades pequenas: o recorte espacial de Santa Tereza.....	51
CAPITULO 3	57
3. METODOLOGIA.....	57
3.1 Estudos Configuracionais e a Sintaxe Espacial	58
3.1.1 Procedimentos metodológicos	60
3.2 Dados, bases cartográficas e Procedimentos Metodológicos	62
3.3 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza.....	67
3.4 Análise espacial: a Teoria dos Lugares Centrais como Instrumento de Análise do Estudo de caso - Santa Tereza/RS	72
CAPÍTULO 4	78
4.1 Estudo de Caso	78
4.2 Contextualização do Caso	78
4.2.1 A Imigração Italiana para o Brasil: Região Nordeste do Rio Grande do Sul.....	82
4.2.2 A colônia Dona Isabel.....	86
4.3 A Estrutura da terra na área de Colonização Italiana	87
4.4 A Pequena Produção Agrícola e Mercado.....	90
4.5 A Evolução do Município de Santa Tereza - a formação do núcleo urbano	91
4.6 A microrregião de Bento Gonçalves e seu contexto	95
4.7 Contexto Atual da Serra Gaúcha	98
4.8 Resultados	102
4.8.1 Análise da Configuração Espacial do Núcleo Urbano de Santa Tereza	102
4.8.2 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Recorte 1900	105
4.8.3 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Recorte 1960	106
4.8.4 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Recorte 2005	107
4.8.5 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Correlações: Inteligibilidade X Sinergia108	
4.8.6 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Conclusões.....	110
4.8.7 Análise da Escala Microrregional	113
4.9 Análise Configuracional Microrregional.....	116
CAPITULO 5	125
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Delimitação do COREDE Serra/RMSG/Município de Santa Tereza e Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Fontes: METROPLAN, 2013 e Mapas SEPLAN adaptados por Damazzini. M (2017).	23
Figura 2. Roteiros turísticos na microrregião de Bento Gonçalves.	23
Figura 3. Perímetro de Tombamento de Santa Tereza (em rosa). Fonte: IPHAN, 2009.	24
Figura 4. Perímetro Tombado de Santa Tereza/RS. Fonte: IPHAN (2009).	55
Figura 5. Limite municipal de Santa Tereza/RS e poligonal de tombamento do núcleo urbano pelo IPHAN. Fonte: OpenStreetMaps e IPHAN 2016.	64
Figura 6. Evolução Urbana de Santa Tereza, 1900. Fonte: IPHAN 2009.	65
Figura 7. Evolução Urbana de Santa Tereza, 1960. Fonte: IPHAN 2009.	65
Figura 8. Evolução Urbana de Santa Tereza, 2005. Fonte: IPHAN 2009.	66
Figura 9. Recorte microrregional simplificado por Damazzini e Braga, 2017. Fonte: UGALDE, 2015	67
Figura 10. The axial map as a representation of spatial form (Hillier & Hanson 1984).	68
Figura 11. Grafos de configurações espaciais. Fonte: BRAGA, 2014, Diagramas Base, AMORIN, 2007 e OTSWALD, 2011, p.16.	70
Figura 12. Recortes espaciais COREDE Serra, RMSG, Area de estudo. Fonte: SEPLAG, 2010.	74
Figura 13. Quadro da rede urbana - Matriz das regiões de influência das cidades_REGIC.	77
Figura 14. Regiões de imigração na Itália para a região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul, em ordem descendente. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves	84
Figura 15. Colônia de Dona Isabel. Fonte: Elaborado por Damazzini, M. (2015).	85
Figura 16. Mapa Geral da Colônia Dona Isabel. Fonte. Arquivo Histórico de Bento Gonçalves, 1975	89
Figura 17. 1os lotes ocupados pelos imigrantes italianos e poloneses em Santa Tereza. Fonte: Damazzini (2017) sobre mapa de lotes da colônia Dona Isabel © Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves , 1975.	92
Figura 18. Barco a vapor. Porto fluvial de Santa Tereza 1914. Fonte IPHAN, 2009.	94
Figura 19. Local do Antigo Porto, situação em 2016. Fonte. Damazzini, M.. 2016	94
Figura 20. Estação Férrea de Santa Tereza em 2016. Fonte: Damazzini, M., 2016.	94
Figura 21. Índices demográficos e econômicos de Santa Tereza. Fonte: Censo IBGE (2010).	98
Figura 22. RMSG - Região Metropolitana da Serra Gaúcha, 2013. Fonte: Diário Oficial RS	100
Figura 23. COREDE Serra. Fonte: SEPLAN, 2010.	101
Figura 24 e Figura 25 Mapa de Santa Tereza/RS. Fonte: OpenStreet Maps, 2017; Mapa Axial de Santa Tereza/RS. Fonte: Damazzini, com base no mapa do OpenStreet Maps, 2017.	102
Figura 26 Mapa Integração Global (RN) de Santa Tereza 1900. Fonte: Damazzini, M. 2015.	103
Figura 27 Mapa Integração Global (RN) de Santa Tereza 1960. Fonte: Damazzini, M. 2015.	103
Figura 28. Mapa Integração Global (RN) de Santa Tereza 2005. Fonte: Damazzini, M. 2015.	103
Figura 29. Mapa Integração local (R7) de Santa Tereza 1900. Fonte: Damazzini, M. 2015.	104
Figura 30 Mapa Integração local (R7) de Santa Tereza 1960. Fonte: Damazzini, M. 2015	104
Figura 31 Mapa Integração local (R7) de Santa Tereza 2005. Fonte: Damazzini, M. 2015.	104
Figura 32. Medida de Choice de Santa Tereza 1900. Fonte: Damazzini, M. 2015	105
Figura 33. Integribilidade Santa Tereza. 1900 e 2005. Fonte: Damazzini, M. 2015.	108

Figura 34. Mapa satélite de Santa Tereza e municípios contíguos. Fonte: ©Google Earth.	109
Figura 35. Sinergia. Fonte: Damazzini, M. 2015.	110
Figura 36. Arquitetura italiana, Belluno, Regiao do Veneto, Italia. Fonte: Damazzini, M, 2013.	112
Figura 37. Exemplos da arquitetura popular em Santa Tereza / RS (Damazzini.M). Selos são referencias extraídas na região do Veneto.	113
Figura 38. Buffer dos Centroides das Malhas Urbanas da RMSG, raio: 10km. Fonte: o autor (2017).	115
Figura 39. Buffer dos Centroides das Malhas Urbanas de Santa Tereza, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, raio: 20km. Padrão hexagonal de rede de cidades segundo Christaller. Fonte: o autor (2017).....	116
Figura 40. Integração Global Angular. Processado por Damazzini, M. utilizando o software Depthmap (Varoudis, 2013).....	118
Figura 41. Integracao Segmentada R50step, processado com Depthmap (Varoudis, 2013).	119
Figura 42. Choice, processado com Depthmap (Varoudis, 2013).....	120
FFigura 43. Relações Rural-urbano de Santa Tereza. Fonte: Damazzini,M. 2017.....	123
Figura 44. Esquema gráfico da segregação de Santa Tereza. Fonte. Damazzini,M. 2017 .	128
Figura 45. Relação das paisagens rural-urbana de Belluno (IT) e Santa Tereza (BR).....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Censo Demográfico.....	24
Tabela 2. Evolução da População Rural e Urbana de Santa Tereza.....	24
Tabela 3. Quadro das medidas sintáticas.....	64
Tabela 4. Quadro Síntese da análise do caso empírico.....	75
Tabela 5. Tabela da população urbana e rural, taxa de urbanização.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COREDE – Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPHAN – Instituto de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

FEEE - Fundação de Economia e Estatística.

METROPLAN – Fundação Regional de Planejamento Metropolitano e Regional

RMSG – Região Metropolitana da Serra Gaúcha.

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre.

REGIC – Regiões de Influências das Cidades.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento.

SPL – Sistemas Produtivos Locais.

CAPITULO 1

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação da Temática: Cidades Pequenas, Desenvolvimento Local e Mudanças Regionais

Fenômenos relacionados ao desenvolvimento local, qualidade de vida em pequenas cidades ou pequenos municípios, ainda que inseridos em regiões dinamicamente produtivas e desenvolvidas têm se tornado temas relevantes nos últimos anos.

Essas pequenas cidades ou pequenos municípios surgem no país como forma de incentivo do Estado ao desenvolvimento local e regional (IBGE, 2010) e, para entender o termo desenvolvimento, deve-se desvincula-lo do termo crescimento econômico. Entendendo desenvolvimento local como a melhoria da qualidade de vida das pessoas e como uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005).

Desta forma o desenvolvimento deve ser visto como algo que produz bem-estar social, diferentemente de crescimento que mensura riquezas, que pode ser retratado por índices como o (Produto Interno Bruto) PIB, mesmo que este crescimento contribua para o desenvolvimento da população em estudo.

O termo desenvolvimento local especificamente revela uma transformação da realidade executada por uma determinada população onde ocorram articulações entres os diversos agentes, privados e públicos diante da situação colocada, e envolve também assuntos como políticas públicas, responsabilidade social, sustentabilidade e práticas que incentivem este tipo de ação (BUARQUE, 1999). Na maioria destes casos, a atuação dos agentes tem como objetivos captar recursos financeiros, mas há também ações públicas e privadas que tem o objetivo de alavancar as condições de vida das comunidades locais, implementando processos que a capacitam estes a gerir e administrar seus próprios recursos e potencialidades serve como estratégia para garantir à comunidade do município ou microrregião significativa melhoria das condições de desenvolvimento locais a médio e longo prazo (idem).

As ações entre agentes públicos e privados pressupõem uma ideia de cooperação e divisão de poderes de decisão no que tange às condições de vida, urbanização, densidade, infraestrutura, distribuição de equipamentos públicos, demanda socioeconômica. Esta ideia é reforçada muitas vezes pela proximidade geográfica entre cidades de uma microrregião, que produz vetores de desenvolvimento que resultam no dinamismo social dos territórios envolvidos, e geram campos de força (BOURDIEU, 1999) que favorecem a atração de instrumentos e investimentos externos. Esta dinâmica de desenvolvimento pode ser expressa sob a forma de complemento de forças econômicas entre pequenas cidades, regiões contidas em outras regiões maiores, formando um sistema que se retroalimenta a partir da difusão espacial de novas práticas e dinâmicas sociais - produtivas.

Encontrar meios de desenvolvimento que respeitem cada uma das dimensões descritas acima não é tarefa fácil, o equilíbrio entre ações é difícil de alcançar, até utópico muitas vezes, já que o desenvolvimento é um processo onde é errado determinar um fim, mas necessário fixar um caminho, uma linha de ação, para se atingir os objetivos (BRET, 2017).

O termo “desenvolvimento local” tem sido amplamente utilizado em estudos relacionados à temática das pequenas cidades ou pequenos municípios, devido ao fato de que estas comunidades têm sofrido com perdas ou envelhecimento de população, mudanças na dinâmica rural - urbano e com a incorporação a regiões metropolitanas. Estes processos introduzem mudanças produtivas, sociais e culturais e, principalmente, na organização espacial do território. A noção de desenvolvimento local remete a novas e diversificadas formas de gerir e administrar os recursos da própria comunidade, garantindo ao território (comunidade, município ou microrregião) melhoras a médio e longo prazo nas questões relacionadas à incorporação de novas dinâmicas ou adaptação das existentes a novos contextos locais e regionais. Sobre esta ideia de desenvolvimento SOUZA FILHO (2000, p.43) diz:

“A sociedade local tem um papel proeminente no desenvolvimento equilibrado e sustentado de uma região no longo prazo, através dos seus processos de organização das relações sociais, ou seja, a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas, os novos desenhos de relações sociais, e os novos valores encontram um eco

favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas visíveis aos problemas locais” (SOUZA FILHO, 2000, p.43)

A recorrência com que o tema das pequenas cidades ou pequenos municípios emerge nos estudos de Planejamento Regional tem reforçado a importância destas comunidades para regiões ou microrregiões em que se inserem, entendendo assim pequenas cidades ou pequenos municípios como territórios com população inferior a dez mil habitantes e, sabendo-se que este universo é heterogêneo, repleto de peculiaridades e singularidades e, por isso, devem ser tratadas com atenção para não se generalizar ou simplificar as questões referentes ao tema (SPOSITO e SILVA, 2012).

A conceituação de pequenas cidades traz em si definições importantes que contribuem para sua caracterização. Apesar de pequena dar a ideia de medida e qualificação do tamanho de um território, a pequena cidade tem em sua dimensão geral pontos comuns a todos os outros tipos de territórios urbanos. No Brasil o termo cidade é definido primeira e principalmente pelo seu aspecto político administrativo, que neste caso se trata do Decreto-Lei 311 de 1938, Art. 3^o que descreve a cidade como um espaço que possui “núcleo urbano” delimitado por uma linha imaginária que demarca o que é cidade e o que é campo, onde campo é visto em oposição ao que é cidade, o que, na maioria dos casos não condiz com a realidade espacial e social destas localidades. A definição político-administrativa descrita no Decreto-Lei 311 de 1938 não evolui junto com o tema, muito menos com as cidades, e pouco contribui para a formulação de um novo conceito.

Para SPOSITO e JURADO da SILVA (2009) a questão da demarcação de campo-cidade dada pelo decreto supracitado é artificial e insuficiente, pois estes limites são determinados por leis que não retratam as realidades locais que provêm também de distorções históricas e geográficas, sendo a delimitação voltada sobretudo, para a forma de arrecadação de impostos, como o IPTU.

Milton SANTOS (1982, p.71) não utiliza o termo pequena cidade e sim cidade local e a define como “uma aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações”.

Para a proposta de estudo de caso nesta pesquisa, podemos trazer também a definição italiana para cidade que trata o território por inteiro e contínuo urbano -

rural, onde existem áreas residenciais, industriais, comerciais e onde se desenvolvem funções administrativas que abrangem o espaço geográfico e também servem como referencial ao município vizinho (SPOSITO, 2012).

Com o crescente interesse em estudos ligados aos fenômenos de segregação espacial e problemas de estagnação socioeconômica, o desenvolvimento local de pequenas cidades, que mesmo inseridas em regiões com alto desenvolvimento não aderem a novas tendências de crescimento econômico e tampouco passaram por processo de industrialização, tem se tornado relevantes nos últimos anos, despertando interesse nas mais diversas áreas de pesquisa, como a Geografia, Economia e o Planejamento Urbano e Regional.

Este tema ganha importância no Brasil principalmente após os anos de 1960, quando as taxas de migração da população rural para áreas urbanas provocam o aumento na taxa de urbanização da população atingindo índices elevados que ultrapassam os 54,1% (IBGE, 1960), chegando nos dias atuais a 84% (IBGE, 2010) da taxa de urbanização da população total. Isso provoca mudanças profundas nos sistemas produtivos, nas relações campo-cidade e nas redes urbanas. Dentre os fenômenos mais notáveis neste processo encontra-se a multiplicação de pequenos municípios a partir da emancipação de distritos notadamente rurais nos quais os núcleos urbanos têm mais das vezes, função de entreposto local, baseado no comércio e na fragilidade de expressão institucional. Sendo a emancipação um processo político que muitas vezes não é acompanhado por uma mudança efetiva na base produtiva dos municípios ou pelo processo de industrialização que caracterizaria uma área efetivamente urbana e dinâmica. Nestes casos, há a preocupação de diversos autores com a qualidade de vida e com as tendências de desenvolvimento local, sobretudo com as potencialidades relacionadas à efetiva emergência de uma vida urbana.

Por outro lado, há potencialidades descortinadas pela indústria do turismo e pela reestruturação produtiva de pequenos municípios alcançarem bons prognósticos de desenvolvimento local a partir da transformação das atividades produtivas rurais, com ênfase na reorganização do sistema campo - cidade baseado na especificidade dos produtos e na transformação destes produtos in loco, isto é, no agronegócio de pequena escala, gerido pelas famílias em pequenas propriedades, caso da viticultura e produtos relacionados à gastronomia com

certificação de origem. Esta transformação torna difusos os limites urbano - rural, indicando novas tendências ao processo de urbanização em regiões agrícolas e na organização do território dos municípios, o que remete particularmente ao caso da 3ª Itália e à organização do território municipal como um contínuo onde a oposição campo-cidade é obliterada pelas novas tendências de organização espacial das atividades produtivas e econômicas.

1.2 Problema da Pesquisa e delimitação do objeto de estudo

O problema de pesquisa é descrever e analisar a dimensão espacial do fenômeno de isolamento de uma pequena cidade na sua microrregião e as relações entre configuração espacial e potencialidades de desenvolvimento local, levando-se em conta as considerações levantadas pelos autores citados na introdução ao tema.

Considera-se o problema relacionado à eleição do município como a instância máxima de planejamento urbano o que, simultaneamente torna difusa a atribuição do planejamento territorial disseminado nas três escalas administrativas (federal, estadual e municipal), o que consolida a tendência a se separar as pautas de desenvolvimento local entre diferentes entes públicos e em diferentes escalas de atuação e gestão. No caso de pequenas cidades esta segmentação de competências se reflete no planejamento territorial tanto à escala municipal, muitas vezes desconsiderando as múltiplas estruturações de integração rural - urbano que caracterizam pequenas localidades e, que se percebe na forma como a aplicação de diferentes instrumentos legais e de planejamento interagem à escala do município (OLIVEIRA; MENDES, 2012). Da mesma forma, a superposição de limites políticos e espaciais que consolidam a gestão do território nas diferentes escalas, informam, muitas vezes, conflitos entre as metas e objetivos das diferentes estratégias de planejamento territorial podendo ou não se tornar um entrave ao desenvolvimento local.

Segundo o REGIC (IBGE, 2007) 45% dos municípios brasileiros tem população inferior a 10.000 habitantes e, na maioria dos casos suas sedes municipais são núcleos urbanos inexpressivos para o desenvolvimento local quanto aos serviços e atividades urbanas, que não ultrapassam o âmbito do seu entorno próximo e, muitas vezes nem isso. Na rede urbana, a hierarquia entre zonas de

influência dos serviços e instituições públicas denota fragilidade justamente à escala local, sendo observado que há deficiências na difusão de serviços justamente nesta escala, justamente por haverem problemas relacionados à autonomia financeira dos municípios e sua capacidade de prover serviços à população e exercer efetivamente os princípios da autonomia municipal como analisado por Figueiredo (2008) e Gaeta (2009).

No caso de pequenas cidades, a integração rural - urbano é reforçada pelas tendências contemporâneas em regiões desenvolvidas que SILVA (1997) chama de “novo rural brasileiro” que incorpora atividades antes puramente urbanas graças à disseminação tecnológica, à infraestrutura que extrapola os limites de núcleos urbanos e a prevalência dos serviços e do comércio como atividades geradoras de desenvolvimento à escala local. E, sobretudo a população que vive no núcleo urbano e está envolvida em atividades rurais que permeiam a área estabelecida como urbana. Isso torna ambígua a caracterização do que é rural e do que é urbano devido à difusão destas atividades no âmbito rural, sobretudo através do turismo.

STROPASOLAS (2002, p.13) diz que diversidade social das explorações agrícolas familiares é negligenciada no desenvolvimento local, animado por atores sociais locais em parceria com ONGs, sendo inovadores, porém elitistas, tendendo a minorar seus efeitos sobre os que não se ajustam ao modelo de agricultura reconhecida como profissional, ou ainda não incluem temas novos, tais como o agro turismo, o turismo gastronômico, a transformação e a venda direta, as preocupações ambientais e as atividades rurais de caráter não agrícola que mais integradas às expectativas do mercado de consumo atual. Ainda o autor (idem, p.22) diz que a vida social comunitária nos núcleos urbanos em pequenos municípios onde há predomínio da agricultura familiar, embora influenciados pelo esvaziamento demográfico, antecedem o acirramento do processo migratório, indicando a necessidade de uma abordagem mais precisa dos processos sociais e culturais que dão forma a este problema que extrapola o local, tendo abrangência regional, demandando análises não restritas ao campo econômico que incorporem outras dimensões - social, cultural, espacial - desses processos de transformação.

O problema, portanto, é abordado a partir de um estudo de caso empírico, a cidade de Santa Tereza / RS, município inscrito no COREDE da Serra e incorporado à Região Metropolitana da Serra Gaúcha, na região conhecida como da Imigração

Italiana no Estado do Rio Grande do Sul. O problema do desenvolvimento local é abordado a partir das relações multiescalares:

- a) entre campo – cidade e rural-urbano, à escala do município, enfocando-se diferenças entre a produção do espaço e as formas de apropriação social do espaço que emergem nestas configurações. Buscando-se identificar, a partir da descrição nesta escala as diferenças na organização espacial das práticas cotidianas dos indivíduos e o fenômeno de diferenciação cultural entre urbanitas e camponeses;
- b) entre nós da rede urbana e infraestrutura de circulação à escala regional, enfocando-se a difusão espacial de inovações relacionadas ao processo de industrialização e à reestruturação produtiva e as desigualdades de acessibilidade relativa entre os núcleos urbanos que hierarquizam tendências de desenvolvimento à escala regional quanto à acessibilidade entre nós da rede urbana;
- c) entre limites espaciais das ações de planejamento e estrutura de integração espacial à escala do município, variáveis que modificam tendências de desenvolvimento local na medida em que rompem ou reforçam o contínuo rural-urbano, característico de pequenas cidades, muitas vezes acionadas por instrumentos e estratégias de preservação do patrimônio cultural e paisagístico operadas por diferentes instâncias governamentais.

Nesta perspectiva e estabelecido o objeto a partir do qual se verificam tendências a mudanças em comportamentos sociais, principalmente como estes se manifestam através da organização do espaço, pretende-se investigar a emergência de diferenças nos processos de territorialização. Ou, ao contrário, à resiliência de práticas socioespaciais que possam ser ameaçadas pelas ações de planejamento que tendem à difusão espacial de inovações em regiões estabelecidas a partir de preponderância da homogeneidade de suas características geográficas, ambientais, humanas, econômicas e culturais.

1.3 O Objeto de Estudo da Pesquisa

Formada a partir do processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus, a Villa de Santa Tereza se torna distrito do município de Bento Gonçalves em 1916. Seu núcleo urbano foi constituído pela instalação das estradas rurais (linhas e travessões), que atendiam à necessidade de escoamento da produção que já acontecia na Colônia Dona Isabel (antigo nome de Bento

Gonçalves).

Nesta mesma época o distrito sediava três bancos: o Banco do Rio Grande, o Banco Pelotense e o Banco do Comércio apontando para sua importância como entreposto comercial, devido à posição estratégica do seu porto entre a Capital do Estado – Porto Alegre - e a região de Bento Gonçalves que perdurou até o final dos anos de 1950, enquanto prevalecia o transporte fluvial até o assoreamento do Rio Taquari e a expansão da rede rodoviária. Mudanças no sistema de circulação regional provocaram alterações importantes na vida social e econômica do núcleo urbano, modificando as tendências de crescimento demográfico e expansão do núcleo urbano. A característica de entreposto, com ênfase no comércio e nos serviços coibiu a atividade industrial, o que consolidou a tendência à estagnação do desenvolvimento de funções urbanas.

A partir da década de 1960, a cidade ficou à margem do sistema de circulação rodoviária regional. Moradores migraram para outros núcleos regionais e estaduais e houve uma dissociação entre as práticas cotidianas da população moradora do núcleo urbano e da área rural. Mesmo a implantação do sistema de ferrovias no Estado, que corta a cidade, fato que poderia reverter o isolamento do núcleo urbano e manter seu papel de entreposto para escoamento e distribuição da produção local não surtiu efeitos significativos e positivos no desenvolvimento local.

Hoje, o município de Santa Tereza tem seu sistema produtivo baseado na agricultura familiar, sobretudo na produção de suínos e frangos e recursos advindos de concessões sobre a rede ferroviária, pagas ao município. Santa Tereza está inserida em diferentes definições de recortes territoriais importantes na modificação do cenário de desenvolvimento local da população urbanizada do município, tais como: a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (2013) e o COREDE da Serra (1994), e dentro dos próprios limites municipais, hoje área delimitada pelo tombamento do núcleo urbano determinado pelo IPHAN (Fig.1).

A microrregião de Bento Gonçalves vem passando por um processo de resgate de valores e práticas do início da colonização, como por exemplo, a reinvenção das vinícolas familiares, que vem ocorrendo desde os anos de 1990. A criação de roteiros turísticos como *Caminhos de Pedra* e *Vale dos Vinhedos*, entre outros (Fig.2) contribuíram para a valorização do patrimônio cultural da imigração italiana no Brasil (DAMAZZINI, 2007) com mudanças na organização espacial das

atividades econômicas e no sistema produtivo regional. Baseada na integração rural-urbano, na agricultura familiar em pequenas propriedades e resgatando algumas características da organização do território de cidades italianas, esta reestruturação produtiva apoia-se numa nova forma de industrialização. Esta nova forma ancora a atividade turística, através dos circuitos microrregionais, diferentemente da industrialização que marca o desenvolvimento regional nos anos 1970 e no qual a cidade é lócus privilegiado das transformações. No entanto, este fenômeno de reestruturação produtiva do entorno não parece ser suficiente para que Santa Tereza acompanhe as mudanças na escala regional, que a tangenciam.

Este fenômeno de retomada de valores e práticas da colonização italiana nos levaria a pensar que Santa Tereza estaria hoje em um patamar superior de desenvolvimento local dada a importância que a cidade teve no passado em relação ao escoamento da produção agrícola da região e por ser objeto de uma política nacional de preservação. No entanto este processo não é corroborado a partir da observação empírica, sendo que estas transformações não atingem o município, sendo que Santa Tereza se apresenta hoje como periférica ao conjunto das cidades da região e marginal aos processos em curso, ao contrário de outros municípios, como Pinto Bandeira, também distrito emancipado de Bento Gonçalves, que vem se destacando através de práticas artesanais de agricultura familiar em associação clara e direta com a indústria do turismo especializado, como as rotas gastronômicas e os eventos de promoção da viticultura que vem transformando radicalmente o cenário de desenvolvimento local e da região da serra gaúcha nas últimas décadas. Pela observação, Santa Tereza parece imune a estes processos de transformação, mesmo sendo testemunho preservado de um *habitus* e de um *modus vivendi* (BOURDIEU, 2005) com forte apelo para se integrar à esta dinâmica regional, forçando o questionamento sobre quais fatores espaciais, sociais e econômicos estariam relacionados às desigualdades nas formas de integração de pequenos municípios ou cidades às transformações em curso. Quais seriam as variáveis implicadas na imparidade de Santa Tereza em relação a outros pequenos municípios da microrregião de Bento Gonçalves?

Para descrever as relações entre os fenômenos de segregação espacial e estagnação do desenvolvimento local foi preciso, em um primeiro momento, contextualizar um pouco da formação desta microrregião de colonização italiana e

da cidade de Santa Tereza, com sua formação histórica, tradições e infraestruturas. Uma primeira observação sobre a localização geográfica do município em relação à microrregião de Bento Gonçalves indica que bifurcações na forma de desenvolvimento local estão relacionadas à segregação espacial e à estagnação do núcleo urbano como vetores de desenvolvimento local, já que o município de Santa Tereza se encontra a margem do círculo economicamente dinâmico da microrregião.

Originalmente a vila de Santa Tereza era um entreposto comercial aonde chegavam, por via fluvial, mercadorias vindas da Capital, Porto Alegre, bem como das mais diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul e que eram distribuídas nas colônias da imigração italiana. Era também o ponto de saída de produtos das colônias para a Capital e outras regiões do Estado. Mas o núcleo urbano antes dinâmico econômica e socialmente, se vê a margem do desenvolvimento regional quando surgem novas rotas de ligação entre Porto Alegre e as colônias de imigração italiana, sobretudo com a expansão da rede rodoviária que modifica a hierarquia de acessibilidade da rede urbana tanto à escala nacional, quanto à regional e estadual e os pontos privilegiados para o escoamento da produção. Estas mudanças nas rotas modificaram tendências de integração do núcleo urbano à rede regional e podem ter contribuído para frear o processo de crescimento e expansão urbana, estagnando a cidade no tempo.

É possível ainda elencar outros motivos externos que podem ter contribuído para a segregação espacial e para a estagnação social e econômica deste núcleo urbano, tais como: a implantação de grandes indústrias fora do território de Santa Tereza que incitaram tanto a comutação como o deslocamento da população; a exclusão da cidade dos circuitos de turismo gastronômico e vitivinícola que torna menos atraente o retorno de jovens ao seu local de origem; ou a implantação de infraestruturas que tornaram a cidade periférica a centros urbanos mais dinâmicos. Segundo Figueiredo (2008, p. 95) o Rio Grande do Sul é o terceiro estado brasileiro quanto ao número de municípios, com 496 em 2001, sendo que para dados do mesmo Censo (IBGE, 2000), 61,5% deles possuíam população de até 10.000 habitantes, constituindo pequenos municípios, os quais têm como sede pequenas cidades. Segundo a autora transformações relativas à divisão territorial do estado que correspondem espacialmente à reorganização político-administrativa do estado

foram estimuladas pela Constituição de 1946 que relacionou autonomia fiscal à financeira, para os municípios.

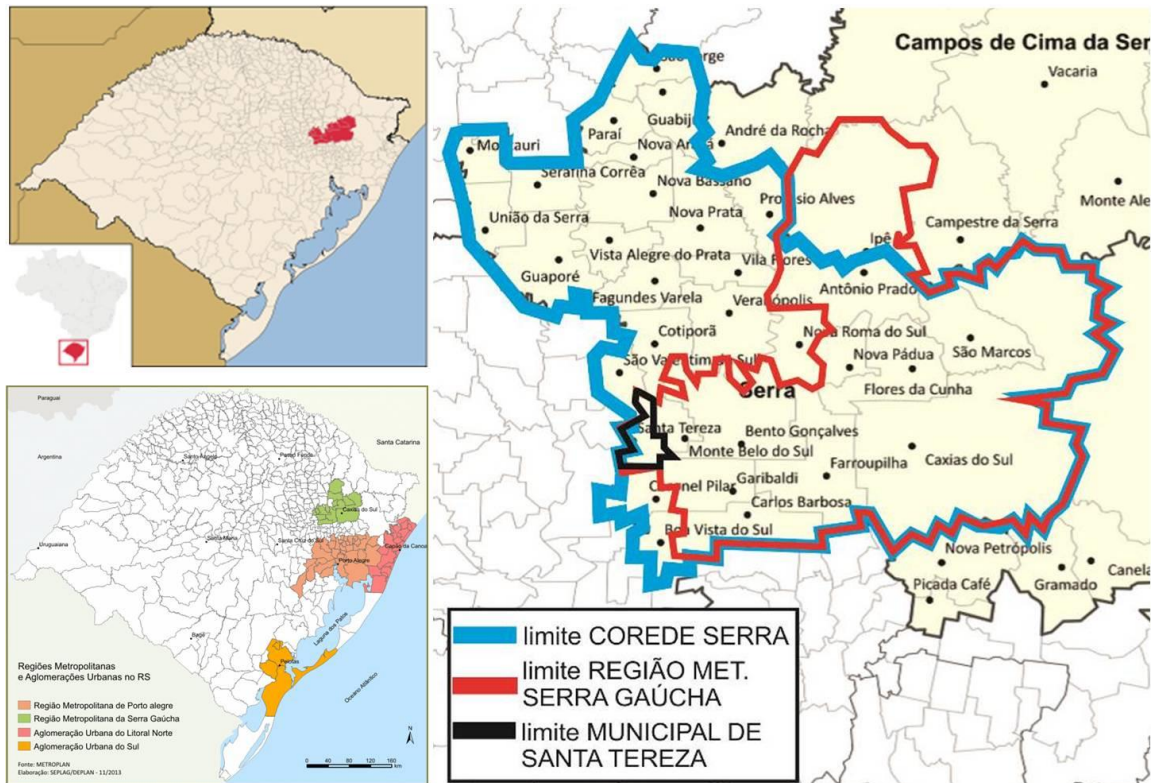


Figura 1 Delimitação do COREDE Serra/RMSG/Município de Santa Tereza e Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Fontes: METROPLAN, 2013 e Mapas SEPLAN adaptados por Damazzini, M (2017).



Figura 2. Roteiros turísticos na microrregião de Bento Gonçalves. Fonte: Damazzini, M. (2017) sobre base © Google Maps.

Para proceder a uma investigação sistêmica deste processo, as descrições e análises se conformam a recortes evolutivos relacionados à expansão do núcleo urbano. Partiu-se de três recortes temporais que capturam mudanças nas tendências de expansão urbana da cidade e permitem constatar mudanças morfológicas e territoriais significativas. São estas: a) do início da colonização até 1900, auge do crescimento econômico do núcleo urbano do município com a abertura das estradas de ligação entre Santa Tereza e Bento Gonçalves e a presença de um porto fluvial; b) encerramento da atividade portuária (1960), que modificam seu papel de centralidade na rede de circulação regional; c) malha urbana da cidade nos dias atuais, através da qual se evidencia a estagnação do processo de expansão urbana e se identificam os limites impostos pelos instrumentos de preservação da paisagem cultural, restringindo a potencial ocupação do território.

O presente trabalho, então, descreve e analisa a cidade de Santa Tereza, indicando possíveis caminhos que promovam uma reintegração regional dentro de estratégias de valorização do patrimônio construído e da paisagem cultural, visto que o município é objeto de tombamento (Fig. 3) implantado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

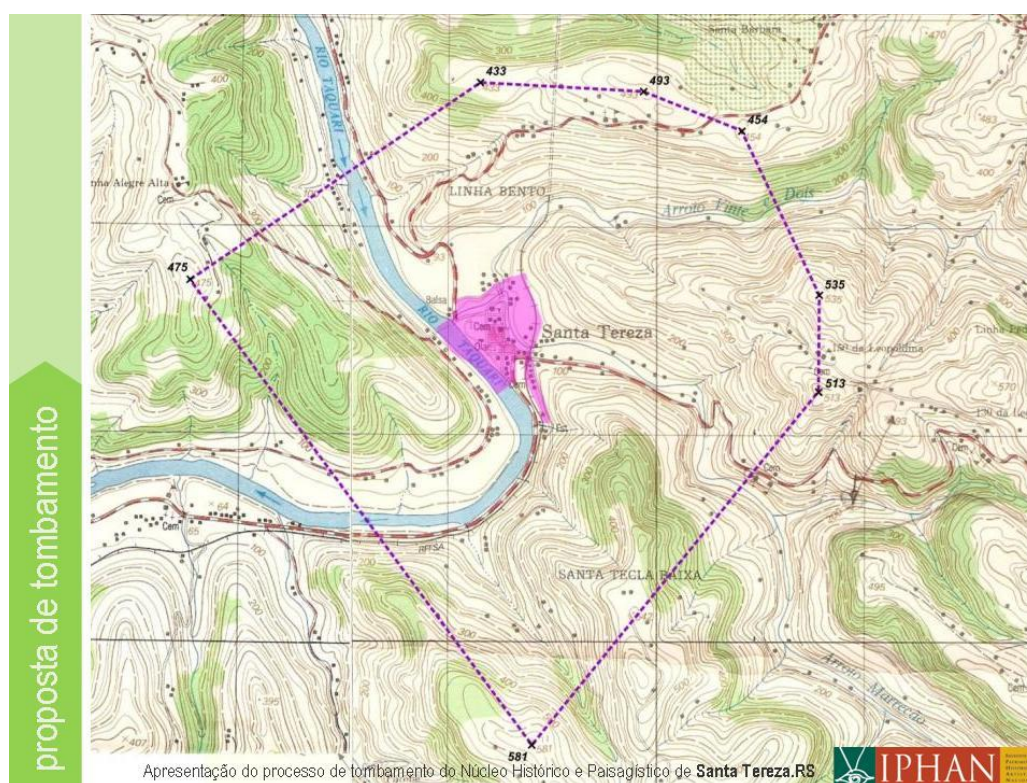


Figura 3. Perímetro de Tombamento de Santa Tereza (em rosa). Fonte: IPHAN, 2009.

É de interesse no estudo de caso de Santa Tereza a relação entre crescimento da população urbana e rural: sua população rural ao longo dos anos tem se mantido estável, enquanto a população urbana apresenta decréscimo, como se pode atestar nos dados dos censos realizados pelo IBGE (Tab. 1 e 2).

As Tabelas demonstram que Santa Tereza e Monte Belo do Sul são os únicos municípios da amostra em que a taxa de urbanização é inferior a 50%, na contramão das tendências nacionais e microrregionais para o processo, informando que a base produtiva destes municípios se ancora na produção agrária, donde a fixação da população no campo. Também demonstra renda per capita em torno de 1/3 da de outros municípios e PIB municipal muito inferior à média microrregional. A tabela 2 reitera a perda de população tanto urbana quanto rural do município de Santa Tereza nos últimos 20 anos, acusando crescimento mínimo da população urbana no último Censo (2010) o que pode estar relacionado tanto ao envelhecimento da população (deslocando-se do campo para a cidade) como às políticas de valorização do patrimônio.

DADOS DE SANTA TEREZA E MUNICÍPIOS VIZINHOS-CENSO IBGE 2010							
Município	População			Taxa de Urbanização	Taxa de crescimento 2000-2010	PIB	Renda Per Capita
	Urbana	Rural	Total				
Bento Gonçalves	99.069	8.209	107.278	92,30%	1,61%	R\$ 4.737.043,00	R\$ 42. 528,93
Carlos Barbosa	19.992	5.200	25.192	79,40%	2,07%	R\$ 1.462.421,00	R\$ 54.211,94
Caxias do Sul	419.406	16.158	435.564	96,30%	1,91%	R\$ 21.349.578,00	R\$ 45.883,07
Farroupilha	55.053	8.582	63.635	86,50%	1,41%	R\$ 2.417.832,00	R\$ 35.838,31
Garibaldi	27.211	3.478	30.689	88,70%	1,49%	R\$1.458.893,00	R\$ 44.781,54
Monte Belo do Sul	770	1.900	2.670	28,80%	-0,75%	R\$ 100.293,00	R\$ 36.872,44
Pinto Bandeira	-	-	2.681	-	-	R\$ 32.747,00	R\$12.214,43
Santa Tereza	627	1.093	1.720	36,50%	-0,27%	R\$31.201,00	R\$ 17.508,91

Tabela 1. Censo Demográfico Fonte: IBGE, 2010.

Santa Tereza	Censo 1993	Censo 2000	Censo 2010
População Rural	1.470	1.270	1.093
População Urbana	569	551	627

Tabela 2. Evolução da População Rural e Urbana de Santa Tereza. Fonte: IBGE, 2010

A estabilidade populacional apresentada na Tabela 2 contribui para atestar que a cidade de Santa Tereza tem passado por um processo de isolamento nos últimos 25 anos em relação a outros núcleos urbanos na microrregião de Bento Gonçalves, caso único de município em que a população rural ultrapassa em

número a urbana. Este fenômeno parece estar relacionado a dois fatores: o primeiro de ordem geográfica dado que o núcleo urbano está isolado, entre dois cursos d'água e relevo montanhoso, situado no fundo de um vale; e o segundo de ordem econômica, parece estar relacionado às restrições de acessibilidade e de integração ao território do Estado do Rio Grande do Sul e da região da Serra Gaúcha, permanecendo à margem das mudanças em curso.

Por estas razões o estudo da dimensão espacial do fenômeno de isolamento por que passa esta pequena cidade pode ser de importância na identificação de variáveis espaciais e morfológicas implicadas na constituição de exceções nas dinâmicas consolidadas em redes urbanas regionais.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Descrever, a partir da dimensão espacial, as variáveis morfológicas relacionadas ao processo de segregação, funcional e social de uma cidade pequena – Santa Tereza / RS – para analisar dinâmicas relacionadas ao contexto regional que modificam tendências de desenvolvimento local, para as quais se discute a efetividade de ações de instituições federais e estaduais à escala do núcleo urbano na reversão destes processos.

1.4.2 Objetivos específicos:

- a) Descrever a estrutura espacial do município de Santa Tereza / RS para analisar as diferenças na organização do território urbano e rural em três recortes temporais;
- b) Analisar as peculiaridades da configuração espacial de uma colônia italiana, identificando diferenças na organização do território urbano e rural;
- c) Analisar a posição relativa da cidade de Santa Tereza / RS na rede urbana microrregional quanto à hierarquia de centralidade dois recortes temporais recortes temporais: 1970 e 2010;
- d) Identificar mudanças nas tendências de desenvolvimento local a partir de mudanças no modal de transporte dominante na microrregião relacionadas à reorganização de hierarquias na rede de circulação;

- e) Apresentar estas buscas através de mapas que demonstrem graficamente mudanças nas relações entre a posição relativa de Santa Tereza na rede urbana microrregional e os fenômenos de estagnação e isolamento de seu núcleo urbano;
- f) Discutir as interações entre as políticas de preservação da paisagem cultural e o contexto local, indicando as variáveis morfológicas e espaciais que contribuem para a emergência destes fenômenos.

1.5 Perguntas da Pesquisa

A partir de variáveis que possam esclarecer o fenômeno de estagnação de Santa Tereza - de ordem geográfica, devido à topografia do município em relação ao seu entorno; de ordem política, que inclui Santa Tereza em diferentes recortes territoriais como COREDE Serra (1994), RMSG (2013) e tombamento do Núcleo Urbano pelo IPHAN (2009), donde se avaliam as relações entre a organização territorial e do sistema produtivo do município com estes recortes, - pergunta-se:

- a) São estes fatores relacionados ao fato de que Santa Tereza esteja à margem das tendências de desenvolvimento da região da Serra Gaúcha?
- b) Há relação entre as evidências obtidas a partir da configuração espacial à escala local e regional e o fenômeno de isolamento de uma pequena cidade?
- c) Variáveis morfológicas, como as adotadas pela Sintaxe Espacial, de integração espacial e de centralidade na rede urbana estão relacionadas à transformação nas tendências de desenvolvimento local de uma pequena cidade como Santa Tereza?
- d) As mudanças de conexões nas redes de circulação - ferroviárias, rodoviárias, fluviais, produziram desigualdades de integração regional do núcleo urbano de Santa Tereza a ponto de modificar a dinâmica local baseada na preservação das relações capital / trabalho no tempo e no espaço e induzindo Santa Tereza a um processo de isolamento dos principais centros urbanos da região da Serra Gaúcha?
- e) A estagnação do núcleo urbano está relacionada às sobreposições de fronteiras de governança (recortes territoriais) que desconsideram peculiaridades da relação campo – cidade, cuja organização da produção informa os padrões de desenvolvimento local, por exemplo, o perímetro de tombamento?

1.6 Hipótese

Formula-se uma hipótese em dois subconjuntos de ideias que surgem a partir do contexto do estudo de caso:

A hipótese levantada pela pesquisa é de que transformações na rede de circulação microrregional produziram mudanças nos processos produtivos e/ou nas relações sociais à escala local, acarretando neste a estagnação da vida urbana e modificando tendências de desenvolvimento local em relação a outras cidades da região.

E, que os efeitos positivos e transformadores das ações políticas, à escala nacional, em interação com mudanças na configuração espacial, local e regional, emergem tendências dissimilares de integração aos processos de mudança na organização social e produtiva de pequenas cidades, bem como desigualdades em relação às tendências de desenvolvimento local e regional.

1.7 Estrutura do Trabalho

A dissertação está estruturada em cinco capítulos de maneira que no CAPÍTULO 1 se introduz o tema de pesquisa, o problema e os objetivos do estudo, a hipótese levantada. Apresenta-se o estudo de caso empírico e justifica-se sua escolha para abordagem do tema e discussão do problema de pesquisa, bem como as possibilidades que a pesquisa descortina contribuir para o entendimento do fenômeno real no campo do Planejamento Urbano e Regional, isto é, as potencialidades e restrições impostas por instrumento de preservação do patrimônio cultural em cidades pequenas, em contextos de reestruturação produtiva de regiões.

No CAPÍTULO 2, faz-se breve revisão da literatura, aprofundando noções sobre fenômenos relacionados ao tema das cidades pequenas e do desenvolvimento local, tais como o esvaziamento dos municípios, a falta de alternativa econômica e mudanças na dinâmica urbano-rural, enfocando-se estudos relacionados ao estado do Rio Grande do Sul. Apresentam-se as noções de paisagem cultural e os instrumentos e normas relacionados à proteção de bens culturais no Brasil e ao processo e legislação de tombamento, elencando-se os principais instrumentos e conceitos operados em relação ao caso. Também se apresenta a discussão sobre recortes e escalas espaciais e seus efeitos sobre a

organização territorial, rede urbana e região e suas interações com desenvolvimento local e organização das relações rural - urbano.

Já no CAPÍTULO 3 dispõe o conceito de configuração e sua aplicação a teorias descritivo-analíticas do espaço, tais como a Sintaxe Espacial, destacando-se os estudos empíricos que tem afinidade com o problema da pesquisa. Descreve-se os fundamentos teóricos e metodológicos da Sintaxe Espacial e as ferramentas que dão suporte à metodologia de pesquisa aplicada na descrição e análise do estudo de caso, e que subsidiarão as conclusões da pesquisa.

No CAPÍTULO 4 se descreve e analisa o estudo de caso, a partir do qual se discutirá o problema de pesquisa, a partir de mudanças na configuração espacial do núcleo urbano de Santa Tereza em relação aos diferentes recortes territoriais e escalares elencados nos objetivos. Ainda neste capítulo serão tratados assuntos sobre a região e suas relações campo-cidade e as transformações na base produtiva, o cenário atual, agenciamentos a nível local e regional diante das questões colocadas para o estudo de caso.

No CAPÍTULO 5 apresentam-se os resultados da pesquisa realizados/coletados a partir da análise e interpretação do estudo empírico e procede-se à verificação da hipótese levantada, interpretando-se o resultado das análises em relação ao fenômeno do isolamento de pequenas cidades e sugerindo caminhos para o aprofundamento do tema em outras dimensões ou campos de conhecimento das ciências sociais aplicadas.

CAPITULO 2

2. REVISÃO TEÓRICA

Aprofundar na pesquisa a discussão sobre o tema das pequenas cidades se faz necessário, visto que o problema e o estudo de caso deste trabalho têm como base uma pequena cidade, Santa Tereza, e seus aparentes problemas de estagnação social e segregação espacial. A pesquisa busca evidências na dimensão espacial que possam estar relacionados a estes fenômenos constatados empiricamente.

Porém o estudo não se limita aos limites territoriais do município, mas os extrapola para a escala microrregional. Considerando este pensamento, o trabalho é um estudo local que também considera a estrutura regional para embasar sua hipótese e vale pensar que:

“Estudo geográfico das cidades deveria ser o resultado final da superação de uma série de etapas metodológicas, cada uma direcionada à observação e obtenção (in loco ou a partir de fontes secundárias) dos dados exigidos para a elaboração de cada segmento da monografia.”
(ABREU, 1994, p. 208).

O capítulo aborda ainda as noções, classificações e conceitos sobre cidades pequenas ou cidade local e de desenvolvimento local de autores como Sposito (2013), Santos (1982), Oliveira e Mendes (2012), Pallen (1975), REGIC (2007) entre outros com o objetivo de que estas noções, classificações e conceitos sirvam de parâmetros para as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa.

2.1 Cidades Pequenas e Desenvolvimento

Dos conceitos relacionados ao tema de cidades pequenas, a primeira definição buscada foi da Revista Brasileira de Geografia (1946) em um artigo intitulado “Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras” de autoria do Eng. Moacir Silva, que classifica a partir das seguintes definições as cidades brasileiras: a mais simples, “puramente quantitativa”, é a da estatística francesa que classifica como cidade toda aglomeração contando pelo menos 2.000 habitantes” (Pierre Lavedan, 1936, *apud* SILVA, 1946).

O mesmo autor destaca na mesma fonte as seguintes definições sociológicas baseadas na forma de vida dos habitantes: há cidade (*ville*) todas as vezes que a maioria dos habitantes emprega a parte de seu tempo no interior da aglomeração; há aldeia (*village*) sempre que a maioria dos habitantes emprega seu tempo no exterior da aglomeração. (J. Brunhes e P. Defontaines, *apud* SILVA, p.283). Outros autores franceses citados por SILVA (*idem*) como Meunier insistem que a diferença entre cidade e aldeia é a complexidade das relações sociais e a heterogeneidade de grupos sociais e outras particularidades estruturais para as quais as relações exógenas (como o território e a região) assumem importância na organização de intercâmbios e interfaces sobre as relações endógenas, isto é, da comunidade consigo mesma, densidade e diversidade de atividades econômicas e funções que privilegiam as interfaces externas.

Outro aspecto frisado pelo autor é o estatuto jurídico-administrativo, aqui cabendo a definição legislativa brasileira de sede municipal (Decreto-Lei 311/1938): “cidade-sede municipal, ou seja, localidade com o mesmo nome do município a que pertence e onde está sediada a respectiva prefeitura...” (*idem*, 283); e “vila-sede distrital, localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais” (*ibidem*).

O conceito quantitativo e estatístico de LAVEDAN (1936), que descreve como cidades toda aglomeração contando pelo menos dois mil habitantes, acabaria por excluir muitas das cidades brasileiras definidas no Decreto-Lei 311/1938, pois só são consideradas cidades porque sedes de municípios. A importância do burgo ou cidade medieval, inserida num contexto rural estaria subentendida como diferenciação entre vila e cidade o direito a albergar um mercado ou feira. Isto denota que a diferenciação estatutária e administrativa se ancora principalmente na função (de entreposto comercial) e a densidade de relações exógenas entre os núcleos urbanos em contexto iminentemente rural que viriam a caracterizar os processos de hierarquização nas insipientes redes urbanas medievais.

Esta herança cultural na organização do território pode ser verificada através da análise da rede microrregional no estudo de caso, depreendendo-se a hierarquia de centralidades e relacionado-a à classificação proposta por Lavedan e Silva, sobretudo comparando-se estes fundamentos à classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através do estudo REGIC (2007).

Milton Santos (1982, p. 62) diz que “a maioria dos estudos urbanos em países subdesenvolvidos se interessa de preferência pelas grandes cidades, principalmente pelo fenômeno da macrocefalia” e continua “vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das cidades locais que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente”. A noção de cidade local adotada pelo autor discute a classificação de pequena cidade através, justamente do número de habitantes: “aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidade no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa” (SANTOS, 1982, p. 69-70). Neste caso, o autor se afilia à definição francesa de que importa mais na organização hierárquica da rede urbana o papel que a cidade tem na concentração de funções vitais à dinâmica regional do que o número de habitantes em si.

Considerando o pensamento de SANTOS (1982) muitas cidades brasileiras classificadas/definidas como pequenas, se encaixariam melhor no contexto de cidades locais, que seriam cidades localizadas em regiões que se modernizaram através de avanços tecnológicos e que por este motivo apresentam transformações espaciais e onde:

“o fenômeno da cidade local acha-se ligado às transformações do modelo de consumo do mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são o resultado dos novos modelos de produção” (SANTOS, 1982, p. 72).

SANTOS (1982) não utiliza o termo pequena cidades e sim cidade local e a define como “uma aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações” (Milton Santos, 1982, p.71). Isto é, mais do que os aspectos demográficos, os funcionais e produtivos seriam os fatores implicados na diferenciação entre cidades e aldeias ou vilas, remetendo às classificações propostas por Lavedan e Silva.

PALEN (1975) no âmbito da realidade brasileira, entende que no Brasil cidades e vilas definidas como urbanas podem ser caracterizadas como rurais pelo modo de vida levado pelos indivíduos ou grupos, principalmente porque várias cidades ou vilas apresentam baixo contingente demográfico e comportam baixo índice de urbanização, diversidade funcional e concentração espacial de serviços e instituições, servindo principalmente como entreposto comercial e de serviços para a população majoritariamente rural dela dependente.

Se considerarmos os processos de urbanização, industrialização e modernização e o que suas relações com o campo têm possibilitado, através de estudos, indistinções e até mesmo o isolamento das categorias campo-cidade e rural-urbano, é equivocado pensar que ambos os espaços devem ser tratados isoladamente, mas sim é necessário analisar que tais espaços possuem as suas especificidades e são diferenciados (OLIVEIRA e MENDES, 2012).

Nesta linha de pensamento cabe ainda pensar nas relações campo/cidade-rural/urbano, como comumente os termos rural e urbano estão constantemente sendo confundidos com campo e cidade. OLIVEIRA e MENDES (2012) chamam a atenção para os inúmeros equívocos ao se considerar cidade como urbano e campo como rural pois a definição campo e cidade, no que diz respeito à delimitação, fixa fronteiras instáveis que podem ser alteradas pela administração pública na medida em que houver a expansão da cidade. Estes critérios utilizados para a delimitação dos espaços como sendo cidade e urbano são estritamente induzidos por questões políticas e econômicas. O que os autores destacam aqui é que o fenômeno recorrente de ampliação dos perímetros urbanos não está relacionado com os potenciais de transformação das relações de produção e sim com a criação de uma reserva de mercado que visa a reprodução do capital através da propriedade imobiliária. Essa lógica muitas vezes se opõe as dinâmicas produtivas e aos modos de vida das populações de pequenas cidades e municípios demonstrando os conflitos existentes a lógica social e a financeira na organização do território e estabelecimento de limites para o uso do solo, o que BIAZZO (2008) sintetiza ao dizer que campo e cidade estão inseridos nas formas espaciais, e urbano e rural, no conteúdo social destas formas.

A conceituação de pequenas cidades traz em si definições importantes que contribuem para sua caracterização e, apesar do adjetivo “pequena” dar uma ideia de medida e qualificação do tamanho de um território, a pequena cidade tem em sua dimensão geral pontos comuns a todos os outros tipos de territórios urbanos.

No Brasil o termo cidade é definido primeira e principalmente pelo seu aspecto político administrativo, que neste caso se trata do Decreto-Lei 311 de 1938, Art. 3^o que descreve a cidade como um espaço que possui “núcleo urbano” delimitado por uma linha imaginária que demarca o que é cidade e o que é campo, onde campo é visto em oposição ao que é cidade, o que na realidade, na maioria

dos casos não condiz com a realidade espacial e social destas localidades. A definição político-administrativa descrita no Decreto-Lei 311 de 1938 não evoluiu junto com o tema, muito menos com as cidades, e pouco contribui para a formulação de um novo conceito.

As limitações identificadas justamente relevam a diversidade de dinâmicas possíveis nas relações produtivas, sociais e econômicas entre as duas esferas urbano-rural que o termo, pequena cidade, procura destacar: a continuidade espacial entre campo-cidade e, sobretudo, as peculiaridades das interações entre as esferas rural-urbano nestes contextos.

Para SPOSITO & JURADO da SILVA (2013) a questão da demarcação de campo-cidade dada pelo decreto supracitado é artificial e insuficiente pois estes limites são determinados por leis que não retratam as realidades locais que provem também de distorções históricas e geográficas e a delimitação serve apenas como forma de arrecadação de impostos como o IPTU, dado que justamente um dos pontos cruciais para a sobrevivência de pequenas cidades é a possibilidade de arrecadação de tributos e impostos que permitam consolidar os serviços básicos à comunidade municipal.

Entendendo que as cidades denominadas pequenas estão em patamar inferior ao de cidades maiores no que toca aos aspectos institucionais e administrativos e à possibilidade de gerar recursos que permitam a melhoria da qualidade de vida da população, as cidades pequenas têm sua complexidade e relevância para os estudos de Planejamento Urbano e Regional. Em muitos casos as cidades pequenas são elos de ligação e de comunicação entre centros de maior tamanho, muitas vezes servindo de entreposto para estes centros, não sendo apenas um local de produção agrícola ou um local totalmente dependente de grandes centros ou centro de escala maior a sua, mas tem papel relevante na organização do território e na rede urbana.

Pensando desta forma, o estudo de cidades pequenas, sob ótica diferenciada e multiescalar, onde o papel desempenhado por elas em uma determinada região depende de uma análise do contexto onde esta cidade se insere. É nesta linha de pensamento que o estudo de caso deste trabalho, a cidade de Santa Tereza, se enquadra, porque mesmo geograficamente próxima a cidades de maior porte como Bento Gonçalves e Caxias do Sul, a cidade parece não

interagir com estes centros, tornando-se uma espécie de satélite autônomo, no quais as relações endógenas são preservadas sob a forma de aldeia ou vila, ainda que sede municipal.

Assim SPOSITO & JURADO da SILVA (2013) entendem que se pode conceituar cidades pequenas como:

“...núcleos urbanos que representam uma extensão menor se comparada ao centro de outro porte e atendem aos pressupostos da realização da vida, da produção do espaço e da reprodução capitalista, na divisão territorial do trabalho em escala internacional”. (Sposito & Jurado da Silva, 2013, p. 40).

A cidade pequena não está necessariamente isolada, ela pode estar vinculada a outros pontos, a outros centros, sejam de mesma escala, menores ou maiores de forma econômica e mesmo assim não perder a boa relação entre campo e cidade como extensão do seu cotidiano, caracterizando-se por um espaço urbano mais próximo de seus habitantes, fundamental para a reprodução de modos de vida de aldeias e vilas onde há continuidade das relações tanto rural-urbano como campo-cidade.

Ao se falar de cidade pequena, sempre deve-se tentar responder a seguinte pergunta: Onde e Quando? O **Onde** insere a análise na questão geográfica, o **Quando** insere a análise no momento temporal/histórico do local. Neste sentido tratar do assunto cidade pequena requer reflexões cuidadosas que contemplem todos processos sócio espaciais e de urbanização do território estudado (SPOSITO & JURADO da SILVA, 2013).

Mesmo não sendo um fenômeno única e exclusivamente das cidades pequenas, já que grandes centros urbanos também registram este tipo de ocorrência, as cidades pequenas estão mais passíveis de ter em seu território relações urbano-rural e campo-cidade mais significativas ganhando uma importância ainda maior nas questões espaciais e na reprodução de modos de vida peculiares. Quando a boa relação campo-cidade não acontece, é possível que o espaço urbano se torne mais complexo e segmentado ao habitante local, este tipo de processo pode ocasionar fenômenos de segregação sócio espacial, hipótese levantada por este trabalho.

Desta forma vale ressaltar que análises empíricas, que capturam melhor as singularidades e particularidades do local, são mais claras para delinear caminhos que orientem reflexões sobre os assuntos abordados. Estas têm se tornado relevantes na medida em que processos complexos como o da globalização

econômica, que modificam as relações de proximidade entre centros produtores e mercados consumidores, descortinam novos papéis para pequenas cidades e para a reprodução de certos modos de vida como alternativas para o desenvolvimento.

2.1.1 Cidades Pequenas e Transformações Sócio espaciais

A diferenciação geográfica dos espaços deve ser levada em consideração na generalização de categorias de cidades, não apenas pelo aspecto físico, mas sim pelas relações essenciais entre a cidade e seu território e interações com outras cidades da mesma rede. Assim o processo de análise deve considerar também as contradições nas relações que determinam a produção do território em suas diferentes escalas, enfocando paralelamente ao processo de evolução urbana, a análise da rede urbana.

Portanto, destacando as interações multiescalares no contexto regional em que a cidade se inscreve, buscando a dimensão qualitativa do processo de evolução da cidade a partir de relações entre as diferentes dimensões e escalas do processo de organização das atividades produtivas e da divisão social do trabalho, já que com o advento do capitalismo as cidades se tornaram predominantemente espaços com papel econômico (RODRIGUES, 2009), fundamentais na compreensão dos processos de mudança das mesmas e o papel que estas assumem no mundo capitalista. Assim grandes centros urbanos tendem a atrair para sua órbita cidades de menor porte por dependência sócio econômica formando uma rede urbana.

Estas redes urbanas, apesar de criarem interdependência entre cidades de portes e escalas diferentes, não são homogêneas, mas demarcam espaços onde se evidenciam diferenças nas interfaces e interações entre os elementos da rede. Nesta perspectiva, se entende que a rede urbana pressupõe ligações, conexões, afinidades, amarração, dependência, concatenação que implicam em fluxos, circulações, relações, trocas, seja de serviços, produtos, renda diferentes em cada escala de análise e recortes espaciais. Estes fatores juntos fortalecem as interações entre os entes urbanos, sejam espaciais, sociais ou econômicas, multiplicando e fortalecendo a rede urbana. No entanto estes fatores também favorecem a subordinação de centros menores a centros maiores que possuem maior poder político e uma posição hierárquica de centralidade expressiva.

Considerando a hierarquia que se cria nas redes urbanas, Walter Christaller (1966) formulou leis gerais para os lugares centrais num modelo estático - teoria das localidades centrais – sintetizada na metodologia do REGIC (IBGE, 2007, p.112) como “centros urbanos cuja centralidade decorre do papel de distribuição de bens e serviços para a população”, sendo a frequência da demanda por bens e serviços (diário, ocasional) o responsável pelas diferenças locacionais na sua concentração. Nestes casos, cidades pequenas seriam centros para o consumo de bens e serviços frequentes (cotidianos e rotineiros), acessíveis à população próxima, com mercado mínimo e alcance espacial reduzido. A metodologia foi aplicada ao estudo publicado como *Região de Influência das Cidades - REGIC* (IBGE, 1987). O último REGIC atualiza a metodologia para o estudo, incorporando modelos contemporâneos mais dinâmicos para redes hierárquicas e não hierárquica (IBGE, 2007, p.129) para descrever interações multiescalares da rede urbana brasileira.

A investigação do IBGE tem como objetivo “subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem” (REGIC, 2007, p. 9). A justificativa do estudo é poder estabelecer as condições de acessibilidade dos serviços em relação à população, entendendo-se que a própria hierarquia de centralidade da rede urbana diferencia tanto o tipo quanto a abrangência dos serviços que tem nas cidades o lugar mais racional para sua instalação (DIVISÃO..., 1972, p. 9, apud REGIC 2007, p.9), informando novas organizações territoriais a partir da estabilidade estrutural da rede urbana na sua dimensão espacial e o potencial dinamismo representado pelas conexões entre os diferentes níveis hierárquicos da rede na sua dimensão funcional e institucional das quais emergem novas configurações da rede urbana.

Portanto, as redes urbanas são hoje entendidas como espaços de circulação de capital que transforma a paisagem dos lugares na velocidade que as novas dinâmicas territoriais ocorrem (SPOSITO & JURADO da SILVA, 2013). Assim a rede urbana resulta de todos e quaisquer tipos de integração entre os centros urbanos que a compõem, independentemente de suas dimensões, o que não significa que entre estes centros urbanos não existam diferenciações e desigualdades de relações, dispersão ou concentração de trabalho, renda, funções e instituições.

Esta observação dos autores supracitados tem correspondência com os estudos da rede urbana brasileira à escala nacional, tal como apresentado pelo IBGE (REGIC, 2007, p. 9) em estudos sequenciais (1966, 1978 e 1993) “que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços”. Segundo o relatório de 2007 (idem) “as classificações resultantes evidenciaram as mudanças na rede urbana ao longo do tempo”, destacando que mudanças nas redes técnicas, mudanças na organização espacial e negocial dos sistemas produtivos e a globalização da economia brasileira modificaram sensivelmente a organização do território, mudanças estas relacionadas a alterações na hierarquia de centralidades das redes regionais.

Estes processos alteram e redefinem dinâmicas sociais, econômicas, produtivas, demográficas e espaciais, destacando-se o papel que os grandes aglomerados urbanos como as regiões metropolitanas, tem sobre a organização das relações políticas, sociais e econômicas na rede urbana, nas quais as pequenas cidades tendem a assimilar o resultado das transformações operadas nas mais diversas escalas geográficas.

Nesse contexto, a apresentação do estudo do IBGE (REGIC, 2007) chama atenção para a complexidade das interações espaciais na rede urbana através de processos complexos de difusão espacial de funções, que seguem lógicas estruturais diferentes, dando emergência a dois tipos de sistemas urbanos que segundo CORREIA (1996, apud REGIC, 2007, p.9) são “o sistema de localidades centrais, com regiões formadas no entorno dos centros, e o sistema reticular que emerge dos fluxos materiais nos níveis hierárquicos mais elementares, isto é mais segregados na rede, dos quais emerge um sistema de relações horizontais, não hierárquicas, de complementaridade e cooperação (Camagni e Salone, 1993), concluindo que ambas as formas de rede – hierárquicas e não hierárquicas - contribuem para a configuração da rede urbana.

O mesmo relatório propõe uma classificação das cidades baseada no potencial de interações exógenas, para a qual cidades pequenas equivaleriam a “**Centro local**, 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites

do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes” (REGIC 2007, p.13).

Com o crescente interesse em estudos relacionados aos fenômenos de segregação espacial e consequentes problemas de estagnação no desenvolvimento local de pequenas cidades, mesmo aquelas inseridas em regiões com alto nível de desenvolvimento, seja pelo êxodo da população ou dependência de repasses financeiros da União para a manutenção das instituições básicas do município (BRET, 2017). A difusão de metodologias de análise multiescalares baseadas na teoria de redes permeia as mais diversas áreas de pesquisa, como geografia, economia e planejamento territorial.

O estudo das dinâmicas de pequenas cidades assume importância no Brasil principalmente após os anos de 1960, quando as taxas de migração da população rural para áreas urbanas começam a atingir índices elevados, tornando-se população brasileira iminentemente urbanizada, passando de 54,1% (IBGE, 1960) e chegando nos dias atuais em 84% (IBGE, 2010).

2.2 O desenvolvimento local

Autores como LOPES e HENRIQUE (2010), DAMIANI (2006) e BACELAR (2009) indicam que as cidades médias e pequenas tem sido um tema tratado com recorrência e como um campo específico na Geografia e no Planejamento Regional. O assunto vem ganhando força por estar relacionado ao desenvolvimento social destas comunidades como forma de manter, resgatar e dinamizar o capital social e financeiro destes locais, se relacionando de forma clara com mudanças nas formas de gestão e organização do território em diferentes escalas de planejamento que tem na região e na rede urbana seu foco central de interesse.

No entanto, deve-se partir da ideia de que desenvolvimento não é igual a crescimento, este último mede a riqueza que se produz no território em um determinado período de tempo, exemplo desta medida é o (PIB) Produto Interno Bruto, que nada diz sobre o bem-estar social, tampouco sobre a qualidade de vida da população. O crescimento pode contribuir no desenvolvimento de uma população, contudo, se a riqueza produzida (crescimento) em um território não melhora a qualidade de vida, sua contribuição ao desenvolvimento local é negativa. Se a distribuição de bens produzidos é equilibrada melhorando o bem-estar social,

neste caso, temos desenvolvimento local, ainda que sem evidente crescimento. Portanto, se pode sintetizar as diferentes noções a partir de uma medida de distribuição de benefícios sociais que não está contemplada na noção de crescimento.

Ao analisar crescimento e desenvolvimento, inúmeros autores como LOPES e HENRIQUE (2010), DAMIANI (2006) e BACELAR (2009) MILANI (2005) (BUARQUE, 1999) SOUZA FILHO (2000), PUTNAM (1996), MONASTÉRIO (1999) propõem que esta seja feita através períodos da história que inicia com a sociedade chamada de tradicional, passando pela sociedade de consumo e chegando ao período que hoje é chamado de sociedade *take off*, ou sociedade do desapego que vem desencadeando processos de ampliação e diversificação de produção de bens que são consumidos pelas pessoas de forma globalizada (ROSTOW, 1962 apud BERTE, 2017).

Como a globalização destes processos atinge cada região mundial de uma forma, percebe-se que a maioria dos processos deste nível em países pobres tem um atraso na implementação. Este atraso, em escala mundial, é resultado das relações assimétricas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, principalmente pelo domínio dos primeiros em relação aos segundos. Isso pode ser explicado através dos processos de colonização, que foi uma das formas mais brutais de dominação (ROSTOW, 1962 apud BERTE, 2017). Hoje, no contexto global, a inclusão ou exclusão dos países está ligada aos respectivos níveis de desenvolvimento e participação nos centros de decisões, tornando-se necessário abordar conceitualmente a globalização e suas interações com a diversificação de seus efeitos segundo contexto em que se inscreve.

Dentro desta linha de pensamento surge um novo modo de se analisar o desenvolvimento, a partir da escala local, dado que a globalização se processa em rede, através da conexão entre nós, não importando o tamanho das cidades e sim a conexão entre os centros produtivos e seus mercados consumidores. São relações aespaciais, no sentido que o espaço produzido pela rede é aquele da própria conexão que pode ser acionada intermitentemente, dispensando continuidade e contiguidade tanto territorial como espacial. Ou seja, independe teoricamente do contexto regional.

Desta maneira o termo “desenvolvimento local” tem se inserido nos discursos das mais variadas agências de desenvolvimento, públicas e privadas. Estes discursos têm como objetivo captar recursos financeiros, mas há casos em que o termo “local” representa uma ideia poderosa de alavancar as condições de vida das comunidades, através de processos de capacitação para gestão e administração de seus próprios recursos e potencialidades. Desenvolvimento local e planejamento territorial estratégico são noções geralmente acionadas em conjunto e servindo como garantia à comunidade local, município ou microrregião uma significativa melhoria das condições socioeconômicas e da qualidade de vida a médio e longo prazo (SILVEIRA, 2009).

Neste mesmo caminho o geógrafo Alain Reynaud (1986) tentou sistematizar a combinação centro-periferia em um modelo geral que ofereceria uma leitura da evolução das relações entre territórios num dado momento histórico, reflexão que não se fez suficiente já que as desigualdades não mostraram atraso ou disfunções no processo de desenvolvimento ocorrido em certos territórios. Estes atrasos e disfunções são inerentes ao próprio desenvolvimento, que modificam hierarquias, criam outras, produz desigualdade, dependência de natureza social e espacial, dando origem a outro termo - desenvolvimento desigual – que assume que as desigualdades emergem dos processos de desenvolvimento em diferentes escalas de análise, por isso, tanto desenvolvimento local quanto desenvolvimento desigual são noções associadas a análises multiescalares e multidimensionais de processos complexos de diferenciação, especialização funcional de cidades de uma rede urbana.

MILANI (2005) entende que para se chegar ao desenvolvimento local é necessária uma transformação consciente da realidade local, mesmo que hoje pareça senso comum entender que o desenvolvimento local não está relacionado somente ao crescimento econômico, mas também com outros aspectos como a melhoria na qualidade de vida das pessoas e com a conservação ambiental.

Outro ponto que deve ser entendido é que desenvolvimento local implica na articulação entre diversos atores públicos e privados frente às disparidades e desigualdades sociais atuais, onde temas como políticas públicas locais, sustentabilidade e responsabilidade social, estão cada vez mais presentes nos debates acadêmicos, em práticas que objetivam a sustentabilidade, em ações de

solidariedade e nas iniciativas de organizações da sociedade civil em geral (BUARQUE, 1999).

O desenvolvimento local, autocentrado, sugere que tudo está a serviço da população local e disso resulta um dinamismo social que cria relações de força que favorecem interesses exteriores. Este tipo de desenvolvimento pode ser expresso em uma cidade, ou ser resultado de um país que governa respeitando o estrangeiro. Pode ainda de uma pequena região dentro de outra região maior, onde as forças econômicas são complementares, então se tem o que chamamos de desenvolvimento local, ideia que pode ser ilustrada por Sistemas Produtivos Locais (SPL), como os distritos industriais da Terceira Itália (Veneza e Emília Romana) para os quais a cooperação nas atividades produtivas à escala microrregional fortalece os padrões de desenvolvimento local, respeitando o contexto cultural em que se inscrevem estas práticas (FURTADO, 1976, *apud* BERTE, 2017).

O desenvolvimento local é hoje apontado como o grande desafio frente às disparidades e desigualdades sociais. Temas como políticas públicas locais, sustentabilidade e responsabilidade social, estão cada vez mais difundidas nos debates acadêmicos, em práticas que objetivam a integração do setor privado setor privado em ações solidárias e na governança urbana, assim como nas inúmeras iniciativas para organizar política e economicamente a sociedade civil através da cooperação.

O fortalecimento do desenvolvimento local passa pelo fortalecimento dos diversos atores inscritos em cada território, da integração destes diversos atores sociais e, principalmente o conhecimento das demandas sociais, que na proposição de iniciativas, tirem o maior proveito possível das potencialidades de cada local para assim construir uma melhora significativa na qualidade de vida da população. Em consequência, cria-se um ambiente de participação pessoal direta dos cidadãos, em colaborações focadas com o propósito de atender a essas alternativas (ÁVILA, 2006, p.138), tendo como ponto chave a defesa da participação da comunidade nas tomadas de decisão.

A construção de resultados positivos no desenvolvimento local se dá pela articulação horizontal dos atores locais e pelo uso criativo das oportunidades e potencialidades peculiares a cada região. Nestes termos Souza Filho afirma:

“(…) que a sociedade local tem um papel proeminente no desenvolvimento equilibrado e sustentado de uma região no longo prazo, através dos seus

processos de organização e relação social, ou seja, a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas, os novos desenhos de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas visíveis aos problemas locais” (SOUZA FILHO, 2000, p.).

O autor entende que o conceito de desenvolvimento local pressupõe programar ações em territórios ou microrregiões que permitam participação ativa e dinâmica da população e também o controle sobre a gestão pública e sobre os processos de transformação produtivos por diferentes atores sociais. Este pensamento inclusivo e democrático demonstra que as tomadas de decisão à escala local são significativas para cada território específico, numa perspectiva relacional com o contexto global.

Ao contrário das abordagens *top down* para as quais desenvolvimento equivale a desenvolvimento econômico, o desenvolvimento local pressupõe processos de mudança que emergem *bottom up*, do envolvimento direto dos atores sociais na busca de alternativas para a melhoria da qualidade de vida, o que dá sustentabilidade às ações institucionais na esfera pública e privada que tem como objetivo diminuir disparidades locais e regionais.

Resumindo a noção de desenvolvimento local, diversos autores entendem que desenvolvimento local remete a “às estratégias delineadas para a melhoria das condições socioeconômicas a médio e longo prazo numa comunidade, município ou microrregião a partir da potencialização dos recursos locais” (SOUZA FILHO, 2000).

Para PUTNAM (1996) o desenvolvimento local é diferenciado a partir da interação entre variáveis espaciais, infraestruturais, sociais e culturais. Para o autor, configuração do território semelhante, assim como processos produtivos, seja capital financeiro, mão de obra ou tecnologia, seja por processos étnicos, culturais e sociais, emergem desigualdades regionais relacionadas ao fenômeno da difusão espacial de inovações técnicas e organização espacial das redes de infraestrutura e das redes sociais e técnicas.

Liderar e conduzir o seu desenvolvimento, é uma variável importante para o desenvolvimento local, como afirma MONASTÉRIO (1999) quando diz que a sociedade civil, se organizada, está capacitada a superar os problemas futuros e fazer com que os atributos da organização solidária sejam variáveis fundamentais para que se chegue ao desenvolvimento regional equilibrado.

2.3 O conceito de microrregião.

Considerando que toda a cidade, independentemente de seu porte, está inserida em um recorte territorial, seja político, ou geográfico, conceituar microrregião se faz necessário para a delimitação correta de unidades territoriais é uma questão fundamental, principalmente quando se trata de definir unidades intermediárias.

As cidades pequenas ou locais (SANTOS, 1982), são entendidas como espaços simples, constituídos por um núcleo urbano e uma área de influência de seus serviços (REGIC, 2007), já recortes territoriais em que estas cidades se inserem, como as microrregiões, por exemplo, não necessariamente são sistemas territoriais integrados, as vezes por serem internamente heterogêneos e assim tendo pouca relação entre eles. Porém, por outro lado existem territórios homogêneos e integrados são muitas vezes compartilhados por mais de uma região. Assim, planos territoriais só fazem sentido mesmo se forem abertos, reconhecendo a diversidade interna, mas ao mesmo tempo assumindo problemas compartilhados com regiões vizinhas onde as relações centro - periferia dada por serviços e interação social que definem espacialmente o contexto local (BERVEJILLO, 1995).

Para Bervejillo (1995) "Um sistema territorial é uma parcela do território funcionalmente integrada, onde os diferentes usos do solo e as atividades aí localizadas mantêm relações entre eles" (BERVEJILLO, 1995, p.3). Esta abordagem considera áreas locais, sempre esteve associada aos problemas de alocação de serviços, infraestrutura e desenvolvimento social do que com desenvolvimento produtivo. Isso mostra a importância das áreas locais, dentro do sistema territorial, pois elas funcionam como um espaço de interação e identidade social, assim é possível denominar estes contextos como sócio-territoriais (BERVEJILLO, 1995).

Os territórios regionais sempre foram pensados como um agrupamento de territórios locais hierarquizados a partir da rede urbana e de forma homogênea. Atualmente entende-se que estes territórios são heterogêneos e complexos. Assim abordar territórios locais como espaços de interação social e cultural proporciona um melhor entendimento dos contextos regionais e serve para ter uma visão mais integrada do desenvolvimento territorial, onde o desenvolvimento local tem a vocação de uniformizar os sistemas territoriais, modos de produção e acumulação

de capital, junto ao sistema de governança e, para se chegar neste ponto é preciso realizar uma análise da relação entre sociedade, desenvolvimento e território (BERVEJILLO, 1995).

Assim é possível definir uma microrregião como o sistema territorial pequeno, ou como o espaço de uma potencial integração e ser atualmente um espaço disjuncto ou conflituoso, onde é preciso integrar, sistematicamente: a) Um modo ou modos de desenvolvimento, b) um sistema de atores e relações sociais, c) um sistema reconhecido de identidade sociocultural, d) um ambiente físico natural e construído, incluindo áreas urbanas, agrícolas e com relações de interação funcional, acompanhadas de contiguidade ou conexão física. Em outras palavras, “microrregião como espaço de gestão, é definida tanto a partir de uma visão histórica (o passado) quanto de uma visão prospectiva (o possível e desejável futuro)” (BERVEJILLO, 1995, p.6).

Cada microrregião, com sua heterogeneidade, tem um “potencial de desenvolvimento” entendido como a capacidade de um território de gerar ou capturar e sustentar ações para desenvolvimento local. Esse potencial depende de fatores externos e internos e da articulação entre ambos, onde os fatores externos se traduzem em oportunidades e restrições para o desenvolvimento e os fatores internos são constituídos nos pontos fortes e fracos parcialmente modificáveis pela ação da sociedade local.

Os fatores internos do potencial de desenvolvimento, fatores aqueles ligados ao ambiente físico como localização e recursos geográficos, as qualidades do ambiente natural, a presença de infraestrutura e serviços, a qualidade dos centros urbanos, qualificação da força de trabalho, níveis de organização social, identidade e características culturais da população. Os fatores externos englobam relações internacionais, mudanças nos mercados regionais, nacionais e globais, desenvolvimentos em sistemas produtivos concorrentes, transformações tecnológicas (BERVEJILLO, 1995).

Os fatores externos e internos e as relações da microrregião com seus contextos são determinantes na definição do potencial desenvolvimento de cada microrregião. Alguns pontos importantes nessas relações como a localização e potencial competitivo das empresas instaladas na microrregião, capacidade de gestão pública do território como um todo; a organização social e cultural e

identidade local, infraestrutura, recursos naturais, capacidade de se adaptar a mudanças globais, transformações tecnológicas e culturais, contribuem para estabelecer o potencial de desenvolvimento (BERVEJILLO, 1995).

Considerando o estudo de caso da pesquisa e a região em que este se insere, abordar o tema das microrregiões tem fundamental importância para que se verifique mais claramente potencialidades e deficiências associadas à identidade cultural, organização social e capacidade de iniciativa de Santa Tereza.

O estudo das microrregiões promove articulações e sinergias entre:

- Território e atores da ordenação territorial;
- Desenvolvimento urbano, rural;
- Iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento social;
- Instituições responsáveis pelas políticas territoriais, governo federal, estadual e municipal.

Desta forma se a microrregião estabelece a conexão entre planos urbanos ou locais e desenvolvimento regional é possível superar o divórcio cultural entre urbanismo e território, relativamente comum entre técnicos e gestores públicos ao mesmo tempo, que se tem o desafio de articular o desenvolvimento rural e urbano ligado a atores como empresas urbanas e rurais, organizações sociais, entidades federais, estaduais e municipais.

Por natureza, o estudo das microrregiões é uma análise multidisciplinar, ou mesmo interdisciplinar fundamental para alcançar uma boa articulação dos aspectos sociais, políticos, cultural, ambiental e tecnológico.

Num mundo globalizado dá-se especial importância a relação entre a microrregião e todos os seus contextos, já que a "competitividade territorial" hoje é medida diretamente com a região e o mundo, se faz necessária a reestruturação de atividades produtivas associadas à globalização e novas tecnologias. Esse processo de reestruturação mostra também que, em alguns casos, existe uma ameaça de uma desintegração territorial das cadeias produtivas.

Portanto nestes casos entender que algumas microrregiões estão internamente integradas, articuladas do ponto de vista do desenvolvimento local e social e outras são caracterizadas pela coexistência descoordenada do crescimento regional, se torna primordial para uma análise mais completa de cada caso associado a isso ainda existem questões relacionada as identidades culturais

diversificadas entre a população microrregional e local que só podem ser entendida adotando uma perspectiva histórica ao mesmo tempo, que existe uma herança material, manifestada em monumentos únicos e em paisagens humanizadas, urbanas e rurais, que não é apenas memória, mas também um recurso para um desenvolvimento do território. Assim se pode avaliar o potencial de mudança e a vocação de desenvolvimento particular da área em estudo criando possibilidades de desenvolvimento futuro (BERVEJILLO, 1995).

2.4 O conceito de paisagem cultural e suas implicações no território das cidades pequenas.

O tema da pesquisa se concentra sobre os agenciamentos envolvidos nos processos de valorização da paisagem cultural de cidades pequenas (WEISSHEIMER, 2012) e suas interações com processos de integração espacial local e regional. A partir dos anos de 1990, estratégias de preservação do patrimônio cultural agenciadas à escala estadual, federal e municipal tem incorporado a diversidade da herança cultural brasileira, procurando identificar, selecionar e divulgar a contribuição dos diversos grupos étnicos e culturais que compõem a nossa população (IPHAN, 2009).

Isso estabelece potencialidades para o desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas ao turismo que podem vir a modificar tanto formas de produção e apropriação social do espaço, como diversificar tendências de desenvolvimento à escala local e regional. BOURDIEU (2005) diz que uma das características das ações de planejamento urbano e regional multiagenciadas, multidimensionais e multiescalares, é o conflito de interesses dos diversos agentes institucionais e sociais envolvidos no processo que, ao interagir segundo seus próprios interesses e objetivos sobre o espaço urbano e regional, estabelecem um campo de forças no qual a incompletude e a modificação de estratégias segundo o contexto informam tendências nas dinâmicas territoriais, sociais, produtivas e culturais.

Os campos de força podem acionar processos de bifurcação – mudanças configuracionais em sistemas complexos que emergem de mudanças locais, amplificando flutuações internas na sua dinâmica (PUMAIN, 2002). Estas flutuações ou bifurcações reorganizam, tanto à escala local, como à regional, padrões de

interações e intercâmbios, potencializando ou diluindo interações exógenas e exógenas tanto nas relações campo-cidade, quanto nas relações município-região podendo transformar tendências de auto-organização dos sistemas espaciais.

Portanto, ações de preservação do patrimônio cultural podem ser identificadas como alternativas ao desenvolvimento local, aqui entendido como “...desenvolvimento equilibrado e sustentado de uma região no longo prazo, através dos seus processos de organização e relação social” (SOUZA FILHO,2000), através da aquisição de potencial de remodelação das relações campo-cidade, município-região que dão emergência a processos complexos de transformação da base produtiva à escala local, sendo agenciadas numa perspectiva do planejamento integrado entre diferentes escalas de gestão do território.

No entanto, há conflitos entre a caracterização do que é considerado paisagem cultural (SCIFONI, 2010, Dicionário do Patrimônio Cultural, IPHAN) e os instrumentos que prescrevem o tombamento de uma área contemplada com esta chancela. Estabelecendo-se divergências entre a participação comunitária, indispensável a esta forma de chancela, na medida em que a “[...] paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza [...]” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p.32) e os instrumentos legais que garantem a preservação e que são desenhados a partir de outras referências conceituais e metodológicas, como por exemplo, o estabelecimento de um perímetro de tombamento. Este pressupõe limites espaciais e normativos à área tombada que tendem a modificar processos de expansão urbana e ocupação do solo na área de interesse patrimonial. Isso modifica, através de uma descontinuidade territorial, isto é, uma fronteira, os processos socioespaciais em curso, alterando tendências de atualização nas formas de produção e apropriação social do espaço, ambas consideradas fundamentais para a chancela de paisagem cultural.

O perímetro de tombamento impõe ainda limites às transformações morfológicas à escala local, impedindo ou restringindo a substituição do estoque construído e, muitas vezes potencializando mudanças na ocupação e funções do solo privado, o que pode causar bifurcações nas formas de apropriação social do espaço. Sendo uma forma de controle radical sobre os devires do desenvolvimento urbano, o perímetro de tombamento pode vir a modificar as relações campo-cidade e rural-urbano, causando rupturas tanto na continuidade espacial quanto na integração

entre estas dinâmicas. Mudanças estas potencializadas pela delimitação de áreas urbanas extensas para tombamento ou mesmo núcleos urbanos na sua integralidade o que, pode vir a dar emergência a novas configurações socioespaciais relacionadas à própria ação de tombamento, como exemplificado nos processos de gentrificação a que estão sujeitas inúmeras áreas tombadas.

Ao falar de instrumentos de preservação do patrimônio cultural que remetem aos problemas de expansão urbana e suas consequências, nos reportamos à Portaria 127 de 2009 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que trata da Paisagem Cultural Brasileira, trazendo a seguinte problemática:

“[...] os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta”. (Diário Oficial da União N° 83, 5 de maio, 2009 p.17).

No entendimento de WEISSHEIMER (2012) a noção de Paisagem Cultural Brasileira pode ser considerada como (...) “uma porção peculiar do território, representada pelo processo de interação do homem com o meio natural, onde a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Diário Oficial da União N° 83, 5 de maio, 2009 p.17). As marcas e valores atribuídos se dão pelo “uso prático, pela convivência, pelo estudo, mas podem também vir por meio de ações direcionadas, que só atenderão sua potencialidade se não forem ações isoladas” (WEISSHEIMER 2012, p.3). Isto é, a integração de objetivos com vistas a modificar tendências de desenvolvimento a escala local e regional, considerando os processos multiescalares, multidimensionais nos quais uma pluralidade de agentes em interação pressupõe a acomodação de expectativas de diferentes segmentos e categorias sociais, fundamental, para que “uma porção particular do território designada patrimônio cultural possa realmente ter significativo valor patrimonial” (DE PRADO, 2011, p.126).

Tratando das relações entre conjuntos urbanos tombados e seu entorno como instancias de produção de espacialidades e sociabilidades próprias de um contexto cultural preservado, deve-se também diferenciar as noções de testemunho entendido como instancia ativa destas relações na reprodução dos códigos culturais e das expectativas sociais locais em relação à chancela patrimonial e seu agenciamento na busca de alternativas ao desenvolvimento local.

Por estas razões, o subsídio metodológico para a chancela de paisagem cultural está relacionado às noções de planejamento integrado e desenvolvimento

sustentável de comunidades, pressupondo seu envolvimento ativo no delineamento do conteúdo da própria chancela em si, o que, além de garantir a preservação de elementos significativos para a memória coletiva, deve incorporar novas tendências para o desenvolvimento das comunidades que reproduzem suas práticas naquele contexto e na plena reificação de seus modos de vida considerados patrimônio cultural (WEISSHEIMER 2012, p.4,5).

Segundo Angulo (2002), o desenvolvimento sustentável se ancora na conservação ambiental e paisagística, bem como na melhoria na qualidade de vida das comunidades envolvidas econômica, cultural e/ou socialmente nestes processos. Isto é, a chancela de paisagem cultural é tomada como uma ferramenta importante na ampliação de alternativas para aquisição de capital social¹ de comunidades que reproduzem historicamente processos, comportamento e códigos culturais exemplares da diversidade do povo brasileiro.

No campo do planejamento turístico (ANGULO, 2002; LEIVA, 1997), aqui entendido como a indústria de serviços que mais se expande no séc. XXI, a chancela de paisagem cultural confere controle sobre os processos de planejamento integrado pelas comunidades envolvidas, como forma de manter e fortalecer valores e identidade comunitária e incorporar outras tendências de desenvolvimento através do planejamento integrado ao turístico que contribui para a diversificação da economia local e para aquisição de capital social da comunidade em si. Desta forma garante a conservação dos recursos físicos - espaciais, a reprodução das práticas sancionadas pela comunidade local entendida como conjunto dinâmico e participativo de seu próprio desenvolvimento, através da exploração de seus atrativos turísticos.

¹ Capital Social: capacidade de indivíduo ou grupo de mobilizar recursos e melhorar o acesso a oportunidades e recursos disponíveis inferido do tipo e intensidade de suas relações sociais. Enfatiza condutas, destacando interações com normas, valores e crenças do indivíduo ou do grupo.

Recursos associativos p/ aquisição de capital social (DURSTON, 2003): confiança, cooperação e reciprocidade relacionados a empoderamento (capacidade de mobilização de recursos pelo grupo), associativismo (integração a redes) (ATRIA, 2003)

2.4 Patrimônio Cultural e as cidades pequenas: o recorte espacial de Santa Tereza.

O poder público brasileiro já dava sinais de que queria proteger o patrimônio histórico nacional desde a década de 1910, porém efetivamente esta ideia surge apenas em 1937 quando é criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN que inicialmente privilegiaria os bens arquitetônicos isolados, ou os conjuntos, vistos como monumentos de valor excepcional, a partir de qualidades materiais, formas, materiais empregados e técnicas construtivas escolhidos para ser testemunho da história, isto é, como representação à qual se atribuía valor histórico.

Desde a criação do SPHAN até a atualidade o conceito de patrimônio se transformou e ampliou significativamente, bem como transformou o valor atribuído à memória pela sociedade hoje, as próprias formas de proteção pelo poder público. Uma destas mudanças foi o termo *histórico-arquitetônico*, antes amplamente utilizado para qualificar o patrimônio, substituído por *cultural*; o universo de bens protegidos não se restringiria ao que é material, mas abrangeria as manifestações intangíveis, como as devoções e os fazeres (RODRIGUES, 2009).

O Estado Brasileiro, à escala federal, até então responsável pela preservação da memória da sociedade, hoje não deve e não pode ser o único ator neste processo. Tal processo deve contemplar inúmeras formas de atuação dos órgãos públicos e da sociedade civil que por meio de órgãos de preservação do patrimônio cultural trabalharão na proteção do patrimônio cultural. Para que o processo de proteção seja válido, existem inúmeros instrumentos jurídicos específicos que são aplicados ao patrimônio cultural. O mais difundido é o tombamento; este implica diretamente na restrição ao pleno uso do direito de propriedade e é aplicável a bens com características diversas, móveis e imóveis, de pedra e cal ao de papel. Porém este instrumento é restrito aos bens materiais, e somente em 2000, com o Decreto no 3.551, se criou uma forma jurídica de proteção que atendesse às características culturais das manifestações imateriais, como os saberes, celebrações ou formas de expressão. A lei criou a figura jurídica do registro, o que representou uma renovação necessária e desejável no quadro da preservação no Brasil.

A partir desta lei, foi trazida para o cerne das questões sobre a proteção do patrimônio cultural, a função social da propriedade que, em termos da proteção do Estado ao patrimônio cultural, se traduz no tombamento. Nesse caso, trata-se de

uma interface que orienta a configuração de um mesmo objeto, o território, o que, em especial nas cidades, inclui além de espaços públicos, isto é, espaços de interesse comum, outros de interesse privado e imobiliário, ambos implicando a valorização do solo como parte do capital, com reflexos na manutenção de áreas de interesse histórico e ambiental (RODRIGUES, 2009) que afirma que:

A finalidade social do patrimônio é bem mais ampla do que até aqui foi apontado e não se limita à de ser mercadoria de consumo cultural através do turismo. Trata-se de um importante fator de equacionamento de demandas sociais, como as por um ambiente urbano de melhor qualidade, ou por habitação; demonstra, também, que a integração do patrimônio na dinâmica econômica da atualidade é um fator determinante para sua manutenção como parte do passado integrada ao cotidiano, em especial nas áreas urbanas. A preservação não é, portanto, uma questão afeta apenas à área cultural, como concebido até cerca de duas décadas. Além dos evidentes laços com a problemática cultural e de constituição da relação da sociedade com seu passado, isto é, com a problemática da construção da história e da memória como instâncias de conhecimento, o patrimônio cultural, e mais especificamente o de caráter histórico-arquitetônico-urbanístico, diz respeito aos alicerces do sistema capitalista, ao direito de propriedade e ao lucro. É, nesse contexto, que ele se consubstancia como responsabilidade do poder público e direito do cidadão. (Rodrigues, Temas de Administração Pública, Araraquara, v.3, n.4, 2009)

Esta mesma autora ainda aponta que a Constituição Federal, define competências dos municípios com relação ao patrimônio cultural, e que estes devem “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual” (Brasil, 1988). Esta ação elevou a um novo patamar a preservação cultural, onde a administração pública municipal tem papel fundamental abrindo ainda uma perspectiva importante para a valorização cultural dos pequenos municípios devendo criar legislação específica como a regulamentação de tombamento, constituir conselhos de patrimônio cultural, incentivos à preservação local, de ordem fiscal ou não.

A partir destas novas competências qualquer administração pública municipal tem como desafio de gestão construir uma cultura administrativa em paralelo com a construção de uma cultura local de valorização do patrimônio cultural local. Cria-se portanto um novo cenário de preservação cultural no Brasil que tem o patrimônio cultural institucionalizado e regido por leis de funcionamento, como por exemplo a chancela da Paisagem Cultural instituída pela Portaria 127/2009 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que vem a ser um instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro que entende a Paisagem Cultural Brasileira como uma porção peculiar do território, que representa do processo de

interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (WEISSHEIMER, 2012).

Porem órgãos como o IPHAN não devem e não são produtores de significados para os bens protegidos, pois o significado se dá pelo uso prático, pela convivência, pelo estudo e por ações direcionadas, mas, esta última não atenderá sua potencialidade se permanecer em ações isoladas. Para que um bem tenha significativo valor patrimonial, a negociação com outras áreas da sociedade, é fundamental. Para chegar a um consenso os domínios do patrimônio devem ser pensados através de uma abordagem retrospectiva e perspectiva bem como a função social e política que o bem tem ou possa vir a adquirir com sua proteção (DE PRADO, 2011).

Neste sentido Weissheimer (2012) afirma que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser compreendida como instrumento de gestão territorial compartilhada.

“Sua consecução é tarefa difícil tendo em vista a complexidade que envolve a seleção, caracterização, delimitação e, especialmente, a gestão dessas “porções peculiares do território nacional representativas do processo de interação do homem com o meio natural, às quais a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

A inovação trazida pelo instrumento, comparado com os demais mecanismos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, reside no fato de não ser um apenas um ato declaratório, cujas atribuições de gestão recaiam apenas sobre o órgão concedente do título – no caso, o IPHAN –, mas em propor, antecipadamente, mecanismos de preservação conjunta entre os diversos agentes que possuam algum tipo de interface com a paisagem cultural a ser chancelada”. (WEISSHEIMER, 2012)

Desta maneira, torna-se importante identificar quais variáveis espaciais, em suas interações são tributárias do processo de marginalização do município de Santa Tereza /RS à rede regional e como isto se relaciona à preservação do seu núcleo urbano. Principalmente, quais alternativas podem ser contempladas para mudar o processo em curso. Estudar o fenômeno de segregação espacial e encontrar possíveis respostas para este fenômeno norteia a escolha do tema e do estudo de caso: a cidade de Santa Tereza/RS e sua relação com a microrregião que se insere.

Diante das reflexões levantadas por autores como WEISSHEIMER (2012), DE PRADO (2011), ÂNGULO (2002), LEIVA (1997), SOUZA FILHO (2000) SANTOS (1982), SPOSITO; JURADO DA SILVA (2013), RODRIGUES (2009) entre outros, referindo-se as questões de proteção do patrimônio cultural e desenvolvimento local

e sustentável é necessário conhecer o processo de seleção da cidade de Santa Tereza, tombada pela Portaria 143/11-IPHAN (2011), a partir de seu núcleo urbano que aparentemente cria uma espécie invólucro em torno deste núcleo e força a “segmentação” entre a dinâmica rural e a urbana, tendendo a modificar as relações campo-cidade e urbano-rural.

O processo é tratado pelo IPHAN no seguinte contexto:

A paisagem cultural em Santa Tereza

No Rio Grande do Sul, o desenho urbano dos núcleos coloniais italianos mantém a regularidade do traçado quadricular. As edificações também revelam as características da arquitetura ítalo-brasileira no sul do Brasil, com os sobrados de madeira e as casas de alvenaria com embasamento em pedra, existência de porões para o armazenamento do vinho e outros produtos coloniais.

Entre os núcleos gaúchos, Santa Tereza é o mais singelo e também o mais íntegro do ponto de vista da ocupação urbana já que mantém quase intactas as características originais do seu traçado. Isso se deu, principalmente, em função de dois fatores. Um deles é o fato de a maior planície do lugar ser limitada pelos cursos d'água e pelas montanhas. A perda da importância econômica foi o segundo fator. Com o crescimento das rodovias, na década de 1970, as ferrovias foram excluídas do processo de distribuição de mercadorias e Santa Tereza viu-se praticamente isolada dos grandes centros. As duas grandes rodovias mais próximas ficam a mais de 50 quilômetros de distância e a única via de ligação existente é, ainda, a antiga estrada que ia até o núcleo principal da Colônia Dona Isabel, hoje centro de Bento Gonçalves (IPHAN,2009).

O IPHAN justifica a escolha da cidade da seguinte maneira:

A proposta de tombamento pelo Iphan (Fig. 4)

Com base no traçado urbano preservado, no acervo arquitetônico, na paisagem rural do município e na riqueza de todo o patrimônio cultural, incluindo as manifestações culturais como dialetos, culinária, músicas típicas, entre outras, o IPHAN apresentou parecer favorável à proteção federal para Santa Tereza. A proposta para o polígono de tombamento tem como base o traçado urbano, consolidado até a década de 1960 e que permanece original, incluindo o leito da ferrovia até a antiga estação ferroviária, uma porção do leito do Rio Taquari, além do leito do Arroio Marrecão e lotes adjacentes que configuram o arranjo urbano da cidade. A área de entorno proposta pelo Iphan visa a garantir a paisagem local, especialmente a relação do núcleo urbano com as montanhas, para manter a qualidade do ambiente e a relação do sítio histórico com o meio natural. (IPHAN,2009)



Figura 4. Perímetro Tombado de Santa Tereza/RS. Fonte: IPHAN (2009)

Outras instâncias administrativas como o IPHAN tratam questões voltadas à Paisagem Cultural Brasileira, mas também remetem aos problemas de expansão urbana e suas consequências. A própria Portaria 127/09 do IPHAN que trata da Paisagem Cultural Brasileira traz em seu preâmbulo a seguinte problemática:

“[...] os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta”.

O esvaziamento social do campo, o que permite que o rural também o abandone vem sendo um assunto bastante abordado, pois alguns municípios vinculados às atividades agrícolas, não conseguem assegurar a construção e a reprodução de seu patrimônio, muito menos paridade socioeconômica em relação à população urbana; como resultado as famílias agricultoras em pequenas áreas fundiárias, abandonam a propriedade (WANDERLEY, 2001).

Para Marsdem (1989) "é preciso reconceituar o agrário", o autor entende que no final do século XX as áreas rurais situadas em países desenvolvidos exibem

formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas à medida que a sociedade se afasta dos “padrões fordistas”. Este desenvolvimento cria uma necessidade por novos modos de regulação por parte do Estado que incluam as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem estar social, de desenvolvimento rural evidenciado em três pontos principais: a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas da ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou do consumo; b) é preciso incorporar a esfera da circulação como parte das "novas formas, mais especificamente, o capital financeiro"; c) o significado do atual processo de "comodização"² das práticas e processos produtivos é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo , tais como, lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente.

Assim, pensar a paisagem cultural como “Commodity” pode ser uma estratégia que contribua para essa nova visão das relações rural - urbano e que agregue valor a áreas que perderam importância ao longo do tempo.

² Termo derivado da palavra *Commodity* ou, em português, comódite, é um termo proveniente da língua inglesa (plural em inglês: "*commodities*"; em português, comódites), que originalmente significava qualquer mercadoria, mas hoje é utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária na bolsa de valores, para se referir a produtos de qualidade e características uniformes, que não são diferenciados de acordo com quem os produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

O termo é usado sobretudo com referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "*in natura*", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade, dependendo de sua conservação. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias.

CAPITULO 3

3. METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolve por meio de uma abordagem multidimensional e multiescalar para descrever e analisar as interações entre os fenômenos de segregação espacial do município Santa Tereza / RS em relação à microrregião em que está inserida. Para responder aos objetivos listados e se verificar a validação da hipótese levantada, a pesquisa recorre a procedimentos metodológicos que possibilitam a descrição na dimensão espacial e morfológica das informações coletadas ao longo do processo de elaboração da pesquisa empírica. As metodologias e teorias que subsidiam a análise centrada nos fatores espaciais que possam contribuir para analisar os processos dinâmicos de produção de desigualdades à escala local e regional do núcleo urbano de Santa Tereza, procurando entender sua posição relativa dentro da RMSG - Região Metropolitana Da Serra Gaúcha - em relação as rotas de turismo regionais e à difusão espacial das mudanças nas atividades produtivas e nas relações campo-cidade e urbano-rural.

As descrições se ancoram na teoria e métodos da Sintaxe Espacial, definidos por Hillier e Hanson (1984), Hillier (1996) e Hillier e Iida (2002), onde a Teoria da Sintaxe Espacial:

“é um conjunto de métodos e ferramentas para análise espacial e quantitativa, que mede a eficiência dos espaços públicos a partir da forma urbana e relaciona esses resultados com práticas sociais. A Sintaxe Espacial analisa sob um contexto sistêmico, ou seja, como uma parte da cidade (uma rua, por exemplo) se relaciona com o todo. As medidas resultantes da análise quantificam o potencial de acessibilidade espacial da cidade”. (Castro, 2016)

Estes descrevem os procedimentos metodológicos e as formas de analisar as diferentes configurações espaciais. Segundo Pumain (2004) configuração é um conceito morfológico que descreve conjunto de objetos ordenados segundo uma disposição mais ou menos permanente que mantém dimensões e posições relativas. Esta noção se aplica a estruturas elementares - superfícies, redes - como a malhas compostas por diferentes elementos, caso das malhas urbanas. A configuração pode abarcar uma descrição formal ou uma representação estatística que remete à estrutura de um sistema em que os elementos têm uma definição funcional, caso

das estruturas complexas do espaço organizado tanto à escala do Urbano quanto da microrregião, aos quais se associa um funcionamento - tipos de relações, incitando a reflexão sobre as relações forma-função, entre estrutura e o sistema de interações que lhes dá emergência e que, simultaneamente, produz tensões sobre as interações sociais.

O pressuposto da Sintaxe Espacial é de que Arquitetura é conjunto de relações do homem com o espaço, onde o espaço construído é artefato social acionado na reprodução de práticas cotidianas e comportamentos sociais, estruturado por um sistema de edificações e espaços abertos que suportam fenômenos sociais complexos. A Teoria propõe o estudo de sociedades a partir da morfologia de sua espacialização, resgatando mecanismos de reprodução das relações sociais a partir de sua dimensão espacial (HILLIER, 1996). Esta proposição é importante no tema das pequenas cidades por causa das relações de proximidade e continuidade das estruturas espaciais rural - urbano e campo - cidade e suas interações à escala regional da rede de cidades em que se inserem.

3.1 Estudos Configuracionais e a Sintaxe Espacial

Estudos configuracionais, sob a ótica da Sintaxe Espacial (HILLER & HANSON, 1984), tem se consolidado como uma das principais teorias e métodos para analisar sistemas urbanos de tamanhos diferentes, sobretudo processos evolutivos dos mesmos pois dá a possibilidade de decompor sistemas espaciais em uma dimensão, isto é, propõe uma decomposição unidimensional (vetorial) do espaço urbano, aqui entendido como sistema de barreiras e permeabilidades.

Na Sintaxe Espacial o resultado desta decomposição é o mapa axial, onde as linhas axiais são as linhas de maior continuidade espacial e visual. A decomposição axial capta a estrutura do espaço e permite sua análise a partir de distancia topológica, isto é, como um grafo. A distância topológica é medida através de passos de profundidade, mudanças de direção entre uma e todas as linhas do sistema. A partir dela pode se realizar inúmeras análises partindo das variáveis espaciais trabalhadas (UGALDE *et al.*, 2015), cujos resultados normalizados das medidas obtidas permitem tanto sua representação gráfica, como sua análise estatística.

A pesquisa descreve as diferentes configurações espaciais que emergem às escalas do núcleo urbano da cidade de Santa Tereza. A partir desta descrição reflete sobre as diferenças na integração deste do território do município dentro de estratégias de valorização do patrimônio construído e da paisagem cultural (Hillier & Hanson, 1984, 1996, 2005).

A seguir serão apresentadas as mais diferentes possibilidades de análises de configurações urbanas para justificar o uso da sintaxe espacial no estudo de caso proposto, para descrição da dimensão espacial do isolamento que está sujeito.

Quanto mais integrado é um espaço em relação à rede de percursos, estes espaços tendem a concentrar mais movimento e assim se tornar pontos atratores para atividades como comércio, serviços. Isto é, a medida de integração sintática captura o grau de acessibilidade de um lugar ou espaço no sistema espacial global. Desta forma a configuração ordena hierarquias e características espaciais que podem repercutir em diversos aspectos socioespaciais e mudanças nas relações cidade – região, campo – cidade que emergem nos processos evolutivos que modificam interações entre a rede urbana e a rede regional.

Segundo os estudos realizados por Hillier & Hanson (1985), a arquitetura possui propriedades relacionais que foram denominadas de “configuracionalidade”, o que no entendimento dos autores significa que:

“(…) a configuração é alterada quando vista de pontos diferentes dentro dela própria, e que havendo alterações na configuração dos elementos ou de relações entre eles, o conjunto todo pode sofrer mudanças que alteram padrões de apropriação do espaço. (HILLIER & HANSON, 1997).

O que a Sintaxe Espacial trata são as relações configuracionais da parte com o todo, objetivando expressar padrões que possam emergir da análise do espaço de forma consistente, detectados nas representações gráficas das propriedades morfológicas do estudo de caso e nas análises quantitativas baseadas em dados estatísticos. Por fim, a Teoria da Sintaxe Espacial é um conjunto de métodos e ferramentas para analisar espacial e quantitativamente, a eficiência dos espaços a partir da forma urbana e relacionar esses resultados com as práticas sociais.

3.1.1 Procedimentos metodológicos

Para Hiller & Hanson (1984) o espaço arquitetônico é entendido como um sistema com permeabilidades e obstruções ao movimento e à visibilidade, um sistema contínuo e descontínuo segundo padrões de proximidade e distância topológica relacionada ao grau de deformação da malha urbana. A sintaxe propicia analisar a correlação entre as transformações dinâmicas - socioeconômicas e as mudanças de padrões espaciais e na forma como o espaço é apropriado nas práticas cotidianas.

No caso da cidade de Santa Tereza, será utilizada a *modelagem axial* que permite decompor a malha urbana da cidade em *unidades de uma dimensão* denominadas *linhas axiais*. Através desta decomposição chega-se ao mapa axial que é resultado da inserção no sistema de espaços abertos do “menor número de linhas retas que passam através de todos os espaços abertos convexos”³ (HOLANDA, 2002). O mapa axial é a ferramenta que permite fazer a descrição sintática de uma configuração espacial, mostrando de forma mais clara as distâncias topológicas, destacando a continuidade, a integração e as barreiras da malha urbana (BRAGA, 2013).

Nesta pesquisa se descreve os seguintes aspectos da configuração espacial de Santa Tereza/RS: acessibilidade e centralidade. Medidas sintáticas de integração global e local serão utilizadas como indicadores de acessibilidade; a medida de *Choice* (sistema por escolha de rotas) se indicará a hierarquia e centralidade das vias na rede de circulação à escala do município e à escala microrregional.

A medida sintática de integração (R_n) expressa a profundidade topológica das linhas axiais em relação a todas as outras do sistema, mostrando a relação entre profundidade média de cada linha axial e a totalidade de linhas do conjunto. Esta medida indica a acessibilidade relativa entre todos os espaços de uma malha em relação ao menor número de mudanças de direção, mostrando o quanto um espaço é mais integrado ou segregado dos demais que compõe o conjunto. Já a medida de integração local (R₂, R₃, R₅, R₇) é uma medida restritiva pois relaciona a totalidade

³ Um espaço convexo corresponde ao que entendemos por “lugar” numa pequena escala: um trecho distinto de rua, uma praça. Ao caminhar pelo espaço aberto da cidade, sabemos intuitivamente que sempre cruzamos transições (invisíveis) entre dois lugares (entre dois espaços convexos) ao dobrarmos uma esquina, ao adentrarmos numa praça (HOLANDA, 2002, p.97)

de linhas axiais com um número determinado de mudança de direção em relação a todas as demais linhas, capturando acessibilidade à escala local.

A correlação entre estas medidas, integração global e local (sinergia) permite entender a coerência entre padrões espaciais globais e locais, que refletem as diferentes escalas do sistema urbano através da correlação de sinergia⁴ (RIGATTI, 2000).

A outra medida sintática que será usada é a medida de *Choice*, ou escolha de rotas, que verifica o quanto uma linha axial tem de possibilidade de ser utilizada nos deslocamentos através de toda a malha urbana estudada. Esta medida se baseia no conceito de centralidade *betweenness* e captura o potencial de movimento através da malha urbana em deslocamentos origem e destino ou a probabilidade de fluxos através de certas rotas (*through movement*), e também determina a quantidade de movimento que passa através dos elementos espaciais em deslocamentos, ou entre todos os pares de elementos espaciais num sistema, o que permite que a medida de *Choice* seja aplicada nas escalas global e local (BRAGA, 2013).

Assim, através da medida de *choice* pode-se verificar se um espaço está presente na composição e rotas de menores caminhos entre todos os pares de espaços, indicando o quanto o espaço pode ou não ser uma centralidade em um sistema espacial.

Resumindo, para Hillier e Iida (2005) a medida de *choice* mostra o potencial de movimento de passagem, já a de integração demonstra o potencial de movimento de destino, ou seja, a medida de integração mostra o quanto o ambiente urbano é acessível pela distância topológica enquanto a medida de *choice* mostra o quanto, ou o potencial que um ambiente urbano tem de mobilidade.

A análise é realizada com as medidas de Integração Global, de Integração Local e a medida de *Choice* (escolha de rotas). Com os resultados obtidos com a modelagem axial são realizadas as análises qualitativas da configuração espacial do município de Santa Tereza, nos períodos históricos propostos.

No entanto, a teoria da Sintaxe Espacial oferece alguns obstáculos para a análise tradicional de alguns mapas, assim, para atenuar estes problemas, Turner (2001), com o principal objetivo de quebrar a linearidade de vias muito sinuosas, representadas por vários eixos e, portanto, como se fossem várias mudanças de

⁴ Ação ou esforço simultâneos; cooperação, coesão, trabalho ou operação associados.

direção, o que nem sempre ocorre, criou a Análise Angular baseada em segmentos de uma rede que apresenta duas diferenças fundamentais em relação à análise axial clássica: a análise da relação entre as partes da cidade não é apenas topológica (em relação às mudanças de direção), mas também angular (geométrica), ou seja, a Análise Angular calcula medidas de acessibilidade espacial baseando-se no menor ângulo de encontro entre dois ou mais segmentos que assim formam percursos contínuos (visualmente) e são lidos como “semirretas”, que representam melhor a lógica de movimentação das pessoas, considerando que as “pessoas caminham em linhas retas” realizando o caminho com o menor desvio angular possível, tornando-se mais próximo do movimento real das pessoas na cidade (CASTRO,2016).

A Análise Angular “quebra” os segmentos nas interseções com outros segmentos, calculando individualmente cada segmento criado. Isto permite que a análise da acessibilidade espacial seja mais detalhada, principalmente para linhas muito longas, que apresentam diferentes graus de acessibilidade ao longo do percurso.

A medida pode ser angular, topológica ou métrica. No entanto, na decomposição segmentada as variáveis angular e métrica são as mais eficientes, onde a integração Angular melhor captura a facilidade de deslocamento pela complexidade da malha urbana.

3.2 Dados, bases cartográficas e Procedimentos Metodológicos

Como bases para este trabalho são utilizados dados empíricos e obtidos através de bases cartográficas da malha urbana da cidade de Santa Tereza, que mostrem a evolução do espaço urbano e as mudanças do início da colonização até a atualidade. As bases cartográficas utilizadas foram, © OpenStreetMap, GoogleMaps, Cartas do Exército, Mapas da Evolução Urbana do IPHAN.

A partir das bases cartográficas selecionadas foram utilizados métodos de decomposição da malha urbana e regional: axial, ou seja, decomposição unidimensional da malha urbana em vetores ou linhas axiais, nas quais o procedimento indica que se desenham as linhas de visão e deslocamento mais longas, atravessando sequencias de lugares.

As descrições e análises seguem a lógica do local (do núcleo urbano) ao global (da microrregião) tal como se segue os passos metodológicos:

1) Evolução do núcleo urbano: escala da cidade

Como forma para entender o fenômeno de segregação espacial e compreender melhor a relação da cidade de Santa Tereza com a região e interpretar a realidade atual de Santa Tereza iniciou-se a de forma local, pelo Núcleo Urbano do município, contido dentro do perímetro de tombamento determinado pelo IPHAN (Fig. 5).

Para tal a cidade foi decomposta em um sistema espacial de linhas axiais que foram retiradas do mapa do núcleo tombado, um sistema espacial extremamente pequeno e compacto com boa parte do sistema tendendo a formar uma grelha ortogonal, considerando principalmente o período da primeira metade do século XX.

Nas modelagens, o Rio Taquari também foi incorporado ao sistema como uma linha axial nos mapas montados (1900, 1960 e 2005), pois o rio era navegável até o seu encontro com o arroio Marrecão, um porto natural, que foi responsável pela chegada dos mais diversos produtos vindos de outras regiões do estado do Rio Grande do Sul para serem distribuídos na região e núcleo urbano e seu entorno rural estabelecido através de linhas e travessões. Este porto foi também responsável pela organização na ocupação do território e pelo escoamento da produção agrícola da região de Bento Gonçalves para o restante do estado.

A linha axial que representa o Rio Taquari é desconectada do mapa de 2005⁵ por meio de um *unlink*, (forma da ferramenta DEPHTMAP.0.3x ler o sistema sem a linha do Rio sem prejudicar os resultados) pelo fato de que nos anos de 1950⁶ o Rio Taquari sofreu um processo de assoreamento, deixando de ser navegável e assim a chegada e o escoamento da produção agrícola passam a ocorrer via terrestre através de novas estradas que foram abertas ligando Santa Tereza aos demais municípios da região.

⁵ O mapa da malha urbana de Santa Tereza/RS não sofreu alterações desde o ano de 2005, portanto podemos utilizá-lo neste estudo como sendo o mapa atual da cidade.

⁶ Não existem dados concretos sobre a data em que o porto fluvial de Santa Tereza teria encerrado suas atividades devido ao assoreamento do Rio Taquari, sabendo-se apenas que ocorreu nos anos de 1950 optou-se por trabalhar com a linha axial que representa o rio no mapa de 1960 para fins das análises propostas neste trabalho.

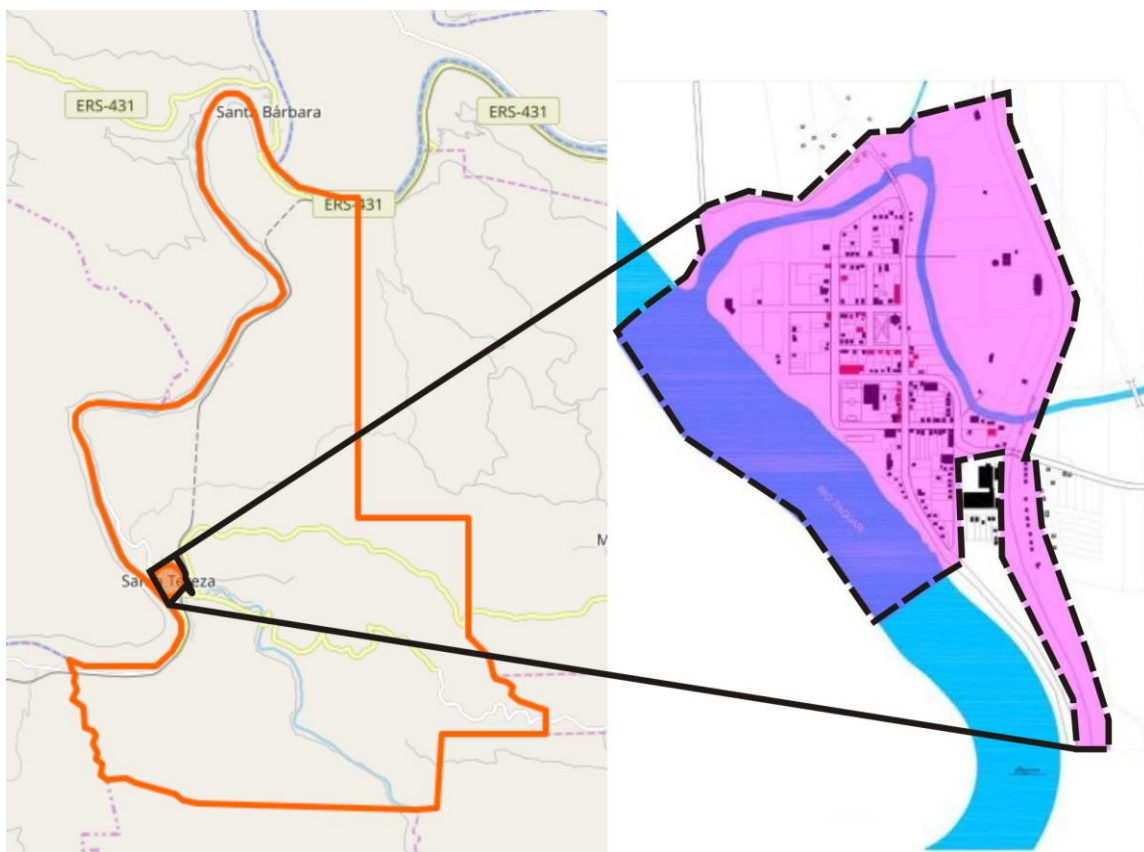


Figura 5. Limite municipal de Santa Tereza/RS e poligonal de tombamento do núcleo urbano pelo IPHAN. Fonte: OpenStreetMaps e IPHAN 2016

A escolha das bases cartográficas do núcleo urbano do município nos anos de 1900, 1960 e 2005 (Fig. 6, 7 e 8) justifica-se por mostrar a evolução do sistema de conexões do núcleo urbano tombado com municípios como Bento Gonçalves e também o papel que o porto exercia na comunicação com outras regiões do Estado do RS. A análise da configuração espacial proposta é feita através das medidas sintáticas de integração global (R_n); integração local (R_2 , R_5 e R_7) e escolha de rotas (Choice).

Estes mapas foram selecionados por mostrarem as transformações na malha urbana do município, e também por serem mapas que elucidam o crescimento e auge do desenvolvimento da cidade até os anos de 1960 e a estagnação em que a cidade se encontra desde então.

- 1) Relação urbano-rural: escala do município e diferenças na produção do espaço urbano e rural (geometria do parcelamento do solo).

A partir da classificação das bases, procede-se à decomposição axial (Quadro 1.) da malha urbana. Será utilizada ainda decomposição de toda a microrregião onde a cidade se insere para que sejam realizadas a montagem que capturaram a estrutura viária da microrregião de Caxias do Sul na atualidade para demonstrar o papel de Santa Tereza dentro deste recorte espacial. Para a realização da modelagem axial foi utilizada a ferramenta DephtMap.0.3x (UCL, Varoudis, 2011-2015).

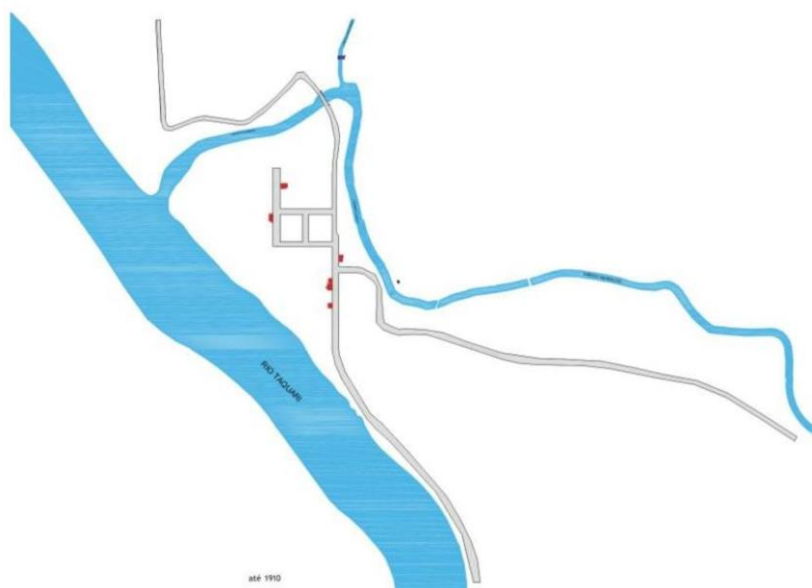


Figura 6. Evolução Urbana de Santa Tereza, 1900. Fonte: IPHAN 2009.

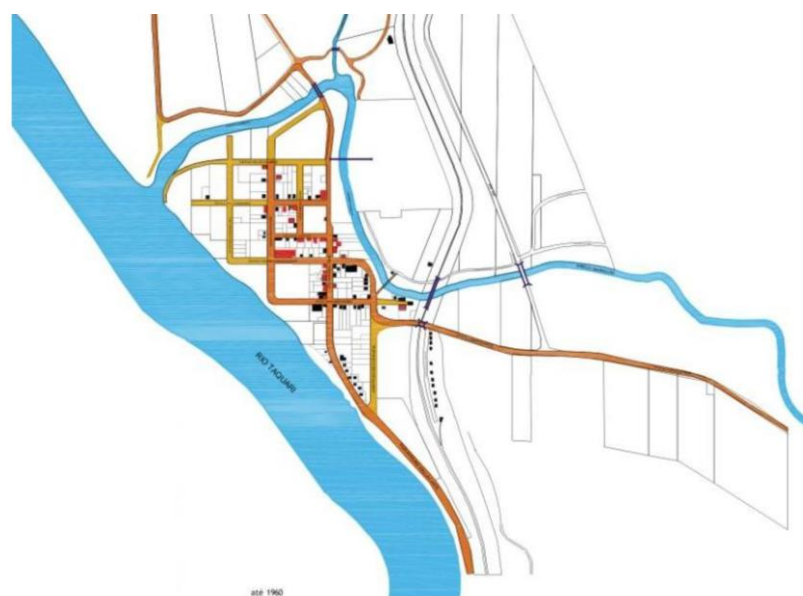


Figura 7. Evolução Urbana de Santa Tereza, 1960. Fonte: IPHAN 2009.



Figura 8. Evolução Urbana de Santa Tereza, 2005. Fonte: IPHAN 2009.

Para realizar a etapa de análises da malha urbana de Santa Tereza foram selecionados mapas usados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN à época da solicitação do Tombamento do Núcleo Urbano de Santa Tereza como recorte temporal. Os mapas utilizados datam de 1900, início do núcleo urbano; 1960, final da navegação fluvial até o porto natural de Santa Tereza pelo Rio Taquari; e 2005, com a malha urbana e o sistema viário atual (RS 444) de ligação entre o município de Santa Tereza e Bento Gonçalves (Fig. 6, 7 e 8).

Data do mapa	Fonte	Escala	Autor	Modelagem	Medidas	Raios
2016	IPHAN	Local	Damazzeni. M. (2016)	Axial	Integração Local, Choice, Conectividade	R3, R5, R7, R50

Tabela 3. Quadro das medidas sintáticas usadas. Fonte: Damazzini M. (2017)

- 2) Interações Regionais: à escala da Microrregião foi utilizada a metodologia de montagem da base segmentada a partir da técnica de *road centre line* (Turner, 2007) que parte de um mapa baseado em imagem de satélite cujos raios e segmentação sofrem processo de generalização e simplificação mantendo-se as feições geográficas e geométricas, mas diminuindo-se o número de segmentos finais. Para tal forma eliminadas as servidões e

acessos a propriedade rurais (*T junctions*), mantendo-se as linhas e travessões que remetem à organização espacial do território rural com o objetivo de analisar a densidade de conexões e a posição Relativa Na Rede de Circulação à Escala Da Região do núcleo urbano (Fig. 9). O objetivo desta decomposição é analisar a posição relativa de Santa Tereza em relação à probabilidade de fluxos regionais e sua incorporação a rotas mais curtas conectando a rede urbana.



Figura 9. Recorte microrregional simplificado por Damazzini e Braga, 2017. Fonte: UGALDE, 2015

A análise realizada no contexto regional utiliza da análise angular e medidas de Integração Global, Integração Local, *Choice*. Os resultados obtidos através destas análises servem para analisar qualitativamente a configuração espacial da rede urbana microrregional e a posição de hierarquia que o núcleo urbano de Santa Tereza ocupa em relação à circulação na região.

3.3 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza

Os métodos e ferramentas que se utilizou na pesquisa para analisar o núcleo urbano de Santa Tereza relaciona a teoria das cidades pequenas, o contexto regional, a rede urbana e os limites territoriais impostos pelas ações institucionais às

propriedades morfológicas da configuração espacial (HILLER; HANSON, 1984). Para realizar a análise configuracional, o trabalho usou *Mapa Axial*, que é uma decomposição unidimensional na qual o menor número de linhas mais longas corta o maior número de espaços convexos (Fig. 10). O método prevê a descrição sistemática da organização espacial a partir da decomposição num sistema de barreiras e permeabilidades que impõe continuidade / descontinuidade ao espaço, e captura estruturas de relações dos edifícios entre si (decomposição bidimensional) e dos espaços abertos entre si (decomposição unidimensional): uma instância é função da outra, e ambas influenciam o comportamento das pessoas no espaço, dado que “restrições impostas ao processo randômico na agregação de edifícios localmente dá emergência a padrões espaciais globais bem definidos.” (HILLIER & HANSON, 1984, p. 9).

Isto permite comparar sistemas de tamanhos diferentes ou sua evolução histórica. A ordenação dos limites entre espaços organiza as interfaces entre as categorias sociais moradores / estranhos, no qual o morador detém controle sobre o espaço. Se configuração espacial é gerador primário de potenciais de movimento, a malha urbana é produto cultural que cria campos de encontro diferenciados em função de expectativas de interfaces entre indivíduos, segundo a lógica espacial de cada sociedade.

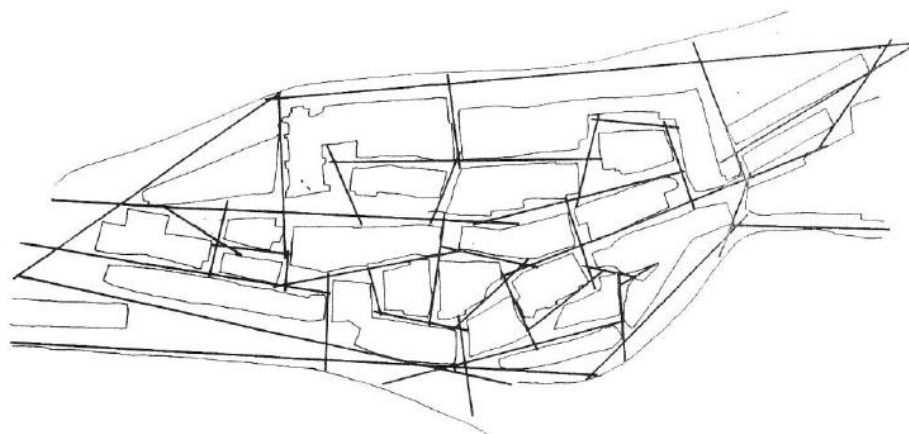


Figura 10. The axial map as a representation of spatial form (Hillier & Hanson 1984).

Com o auxílio do *Mapa Axial* obtiveram-se diversas medidas sintáticas que auxiliarão a compreender os fenômenos sociais e espaciais relacionados ao isolamento de Santa Tereza na microrregião, verificando-se as propriedades

morfológicas da malha urbana à escala urbana e urbano-rural, verificando-se mudanças ou tendências ao desenvolvimento do sistema espacial a partir de:

- a. Efeitos sobre sua expansão, impostos pelo perímetro de tombamento e pelo relevo;
- b. Localização das edificações listadas como de interesse de preservação em relação às práticas cotidianas dos moradores quanto à segregação / integração espacial;
- c. Tendências de modificações nas interações urbano - rural (fechamentos abatedouros, aviários e encerramento da produção de fumo);
- d. Potenciais de interações entre categorias sociais morador - estranho.

Para descrever e analisar as diferenças entre as lógicas espaciais na produção do espaço urbano e rural da Colônia de Santa Tereza nas suas interações com o perímetro tombado como paisagem cultural (HILLIER & HANSON, 1984), que tem como pressuposto que Arquitetura é conjunto de relações do homem com o espaço, donde o espaço construído é artefato social acionado na reprodução de práticas cotidianas e comportamentos sociais. Propõe o estudo de sociedades a partir da morfologia de sua espacialização, resgatando mecanismos de reprodução das relações sociais a partir de sua dimensão espacial (HILLIER, 1996).

A partir do mapa axial se recuperam regras generativas do sistema discreto de elementos de natureza topológica (intuitiva) e numérica (formal) da organização social, através da configuração espacial. Segundo RIGATTI (2000,) “numa configuração uma descrição é simétrica quando a relação entre dois espaços e um terceiro é igual para ambos, assim como a dos dois para um terceiro...” RIGATTI (2000, p.17).

A Análise se detém sobre como e porque formas diferentes de reprodução social materializam-se em diferentes organizações espaciais. Segundo PEPONIS (1989) “padrões de ruas constituem padrões de copresença não intencionais, mas sistemáticos, como recurso social e não são neutros, são mediadores de estruturas sociais e discursivas”. O problema metodológico se baseia na análise da simetria / assimetria do sistema espacial a partir de uma medida de Integração, cuja estrutura, matematicamente, define um **sistema** (Figura 11).

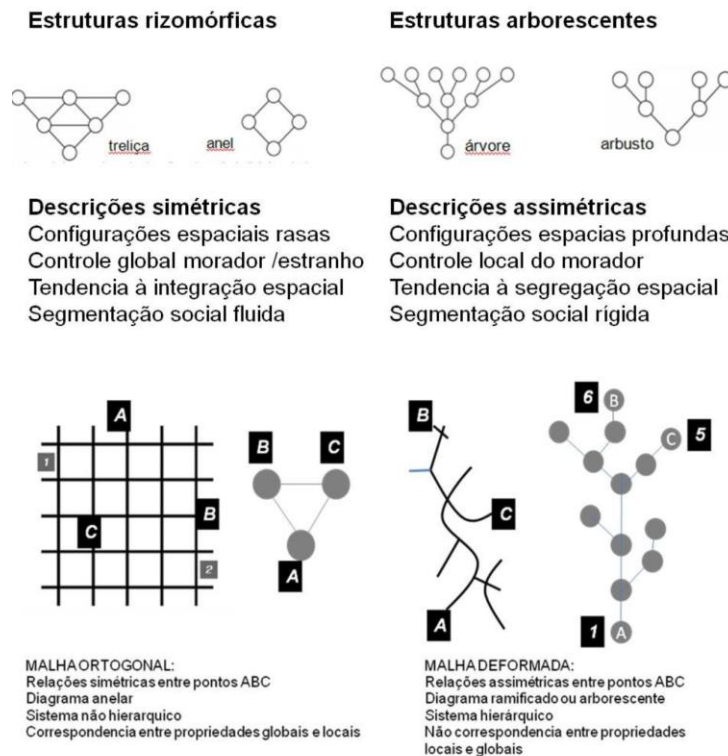


Figura 11. Grafos de configurações espaciais. Fonte: BRAGA, 2014, Diagramas Base, AMORIN, 2007 e OTSWALD, 2011, p.16.

Assim, é possível estabelecer uma análise qualitativa das diferenças na produção e apropriação social do espaço urbano e rural e interpretar significados das práticas cotidianas e organização do sistema produtivo da localidade e a insularidade de Santa Tereza nos processos de reconfiguração produtiva que ocorrem na região da Serra Gaúcha.

A modelagem do mapa axial com auxílio do programa Depthmapx 0.3 (VAROUDIS, 2013) permite visualizar diferentes maneiras de apreensão de um sistema, como função da posição relativa de cada espaço em relação a todos os outros (HILLIER, 1996). A generalização da noção de distância baseada na profundidade topológica de cada espaço em relação a todos os outros, permite medir o nível **Assimetria (Profundidade Relativa)** do sistema espacial através da medida de **Integração** que expressa a profundidade média de cada linha axial em relação ao número total de linhas do sistema, isto é, indica a acessibilidade relativa entre todos os espaços de um assentamento em relação à maior economia de mudanças de direção (RIGATTI, 2000, p.17).

A **Integração global (RN)** é a média de integração de cada linha axial em relação à linha mais integrada do sistema. Numa descrição simétrica a relação entre

dois espaços e um terceiro é igual para ambos ...” (RIGATTI, 2000, p.17). Quanto menor a Integração Global, maior a assimetria do sistema, privilegiando o controle local (moradores).

A **Integração Local (Rx)** é a medida de integração associada a uma restrição de passos de profundidade topológica, relacionando todas as linhas axiais com até x mudanças de direção em relação a todas as outras, dispondo a coerência entre padrões espaciais globais e locais em diferentes escalas do sistema urbano. Portanto integração é a medida chave para obtenção de propriedades configuracionais, permitindo interpretar hierarquias de controle entre espaços, funções e usos, comportamentos sociais, correspondências entre segregação espacial e segmentação social e transformações nos códigos que regem a produção do espaço.

Outras medidas utilizadas neste estudo foram **Conectividade e Choice**, onde **Conectividade** é a medida local que pondera o número de conexões entre uma linha axial e aquelas que a cruzam; (BRAGA, 2003) e **Choice** é a medida que identifica os nós com maior probabilidade de uso em deslocamentos de e para todos os lugares do sistema (HILLIER,1997).

Das medidas sintáticas selecionadas serão feitas correlações entre as mesmas para que auxiliem a descrever o fenômeno da segregação espacial de Santa Tereza, são elas; Inteligibilidade e Sinergia.

A **Integibilidade**, que é a correlação entre Integração Global (Rn) e Conectividade (local), ela sugere o potencial de encontro e movimento dos lugares e também o potencial de apreensão do sistema como um todo a partir de determinado ponto (capacidade de orientação e domínio), ilustrando a noção de comunidade virtual (construção da estrutura espacial que determina como se dá a interface entre os grupos – moradores e estranhos - num lugar).

Sinergia, que é o grau de coerência entre Integração Global (Rn) e Integração Local (Rx) e demonstra o grau de coerência entre as escalas de apreensão do espaço, sugerindo domínios específicos da comunidade virtual (BRAGA, 2003).

Os dados encontrados através do estudo dos *Mapas Axiais* de Santa Tereza foram processados pela ferramenta *dephmap* 0.3x (VAROUDIS, 2013) que reproduz todas as relações possíveis entre todas as linhas do sistema,

hierarquizando as mesmas segundo seus graus de acessibilidade e conectividade relativas e calibradas em função do tamanho do próprio sistema estudado. A iconografia resultante das análises das medidas é hierarquizada numa escala de cores que vai das mais quentes (vermelhos - maiores medidas) às mais frias (azuis - menores medidas).

As descrições são de cunho evolutivo e a análise da posição relativa do núcleo urbano de Santa Tereza quanto à acessibilidade na rede de circulação regional e sua potencial centralidade em relação às mudanças no contexto histórico da região.

3.4 Análise espacial: a Teoria dos Lugares Centrais como Instrumento de Análise do Estudo de caso - Santa Tereza/RS

Seguindo o processo de análise do estudo de caso e com o intuito de dar continuidade à análise dos fenômenos de segregação espacial do município Santa Tereza em relação à região em que está inserida, e respondendo aos objetivos listados, o trabalho recorre, neste momento a duas etapas metodológicas que se complementam:

A primeira etapa parte da análise espacial da rede de circulação regional (CHRISTALLER, 1933) com auxílio da ferramenta SIG (SCHERMAN, 2009), utilizando-se a técnica de buffers para analisar o raio de influencia dos núcleos da rede urbana na microrregião de Bento Gonçalves e da Serra Gaúcha.

A segunda etapa trabalha com a decomposição segmentada dos mapas obtidos a partir do método de *road centre line* (TURNER, 2007) diretamente da imagem de satélite modelados para as medidas sintáticas de Integração e Choice com o auxílio da ferramenta *depthmap 0.5x* (UCL, VAROUDIS, 2011-2015).

Estas etapas auxiliam na verificação de variáveis geográficas tais como contiguidade e continuidade espaciais podem estar subjacentes à estagnação e segregação espacial de Santa Tereza na rede urbana microrregional e contribuem para a comprovação da hipótese levantada nesta pesquisa.

Para geógrafo alemão, Walter Christaller (1936) dos primeiros a preocupar-se em justificar a dimensão, a distribuição e o número de centros urbanos apoiado nos princípios reguladores da oferta e da procura a partir de uma visão empresarial de

maximização do lucro e do comprador na minimização do custo. Diante disso formulou os dois conceitos básicos de sua teoria:

- 1) O limiar da procura, onde o mínimo de procura justifica o início da oferta de um produto;
- 2) O alcance do bem, que é distância ou custo máximo que um interessado estaria disposto a pagar para possuir este produto.

Através de sua teoria demonstrou como os padrões de localização se interligam para formar um sistema regional de cidades ou localidades (LOPES, 1995), e criou um modelo para suas análises de dados coletados empiricamente na região Sul da Alemanha onde as localidades de ordem mais baixa na hierarquia da rede urbana tinham as condições essenciais de bens, serviços e acessibilidade, permitindo que a população gaste no máximo uma hora para adquirir os mesmos. O modelo definiu a distância máxima de 4km para realizar tal procedimento, distancia que em um espaço isotrópico (plano e sem topografia) se pode tomar para raio de um círculo correspondente à região complementar do centro de menor importância, ou seja, o alcance da população local, e um distanciamento médio de sete quilômetros entre os lugares centrais. Este modelo subsidia as análises espaciais em *buffer* que se ancoram na densidade, sobreposição ou distanciamento entre os raios adotados para análise para inferir sobre a potencial oferta de serviços e a minimização de custos, inclusive de infraestrutura numa rede urbana.

Através da união de diversos locais centrais de ordem mais baixa a configuração torna-se hexagonal, sendo que um destes locais de ordem mais baixa se desenvolve de forma a tornar-se uma localidade de ordem imediatamente superior aos demais com um alcance, portanto, de 7 km. Na sequência do estudo encontram-se localidades distantes entre si em 12 km posteriormente de 21 km, 36 km, 62 km.

Com as características encontradas, Christaller delimitou em sua pesquisa vários tipos de configurações hexagonais com comportamentos diversos, que segundo sua teoria, correspondem a três princípios estabelecidos: o princípio de mercado, o princípio administrativo e o princípio de tráfego. O princípio de tráfego, busca a minimização das distâncias entre os centros de uma rede urbana, aplicando este princípio com uma visão do espaço intermediário entre sedes regionais, um centro de ordem imediatamente inferior aos principais, deve existir em meio ao

incluídas neste recorte pelo REGIC⁷ (IBGE, 2007) (Fig. 13), que coloca o estudo de caso, Santa Tereza, juntamente com Carlos Barbosa como Centros Locais, Garibaldi como Centro de Zona B, Bento Gonçalves como Centro Sub-regional A e Caxias do Sul como Capital Regional B. Farroupilha não aparece classificada no estudo do IBGE (REGIC, 2007), mas devido a sua posição geográfica de ligação entre as duas capitais regionais no recorte territorial em estudo, a mesma foi incorporada.

Centro local [...] cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

Centro de zona cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares [...] b. Centro de zona B [...] (23 mil habitantes e 16 relacionamentos).

Centro sub-regional [...] centros com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. [...] a. Centro sub-regional A (95 mil habitantes e 112 relacionamentos)

Capital regional [...] como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. [...] b. Capital regional B (435 mil habitantes e 406 relacionamentos) (REGIC, 2007)

Estes municípios foram assentados nas áreas onde o relevo é mais favorável a ocupação urbana, entre eles existem quase que exclusivamente estradas que os conectam, pois, o relevo acidentado se torna um limite natural que impede a criação de núcleos urbanos com tamanhos relevantes à pesquisa. Da mesma forma, apesar do processo de industrialização que se inicia nos anos 1970 impulsionando o crescimento de cidades como Bento Gonçalves e Caxias do Sul, a região preserva a sua ruralidade, sendo pontuada por pequenos núcleos urbanos que estabelecem a conexão campo - cidade, contribuindo para a compacidade da rede urbana e para a estruturação do território desde o início do processo de colonização.

⁷ O REGIC (Regiões de Influência das Cidades) é uma publicação do IBGE (Instituto Nacional de Geografia Estatística) que tem como objetivo estudar a hierarquia da rede urbana brasileira, com base no fluxo de informações, bens e serviços.

Abaixo o quadro síntese das medidas usadas para descrever e analisar o caso empírico.

Tipo de análise	Escala da análise	Fundamentação teórica	Medidas adotadas	Ferrementa
Análise Axial	Local, do núcleo urbano	Sintaxe espacial	Integração axial a escala local (R5) e global (Rn)	Depthmap
Análise Axial	Município	Sintaxe espacial		Depthmap
Análise Angular	Microrregional	Sintaxe espacial	Choice Integração (Rn)	SIG
Análise Espacial	Microrregional	Teoria dos Lugares Centrais (Christaller) zona de influência das cidades	Buffer	SIG

Tabela 4. Quadro síntese das medidas de análise do caso empírico. Fonte: Damazzini, M. 2017

A escolha de mais de um método de descrição e análise dos fenômenos de segregação espacial e estagnação da cidade de Santa Tereza, foi trabalhada para que se esgotassem o maior número de possibilidades analíticas das variáveis espaciais acionadas no processo de diferenciação das tendências de desenvolvimento local à escala da microrregião, corroborando com a hipótese levantada de que a cidade vem sendo atingida pelos fenômenos descritos.

CAPÍTULO 4

4.1 Estudo de Caso

O capítulo trata do estudo de caso, para isso é feita uma contextualização histórica do processo de ocupação e estruturação do território da região Nordeste do Estado e da cidade de Santa Tereza, dentro do quadro da imigração italiana para o Rio Grande do Sul. Aqui se elencam aspectos relevantes da estrutura fundiária, produção agrícola chegando a evolução histórica do município e sua posição no contexto da microrregião de Bento Gonçalves, e da região da Serra Gaúcha, para subsidiar as análises e os resultados da pesquisa a partir da aplicação das metodologias apresentadas.

4.2 Contextualização do Caso

Para entender os fenômenos da segregação espacial e da estagnação que atingem a cidade de Santa Tereza, devemos antes procurar entender como se desenvolveu o processo de formação do território da imigração italiana no Brasil e, especificamente no Rio Grande do Sul.

O processo imigratório de europeus para o Brasil teve início antes mesmo da proclamação a independência no séc. XIX e fomentar seu projeto de Estado Moderno. À época já se debatia a imigração, num projeto que tinha como metas a mudança da estrutura produtiva e fundiária brasileiras: a substituição do escravismo e da grande propriedade rural, tendo-se o horizonte de mudança no desequilíbrio entre a população branca senhorial e minoritária e a negra, prevendo a abolição da escravidão no país. Efetivamente este processo se iniciou quando da vinda de D. João VI para o Brasil, quando o processo tomou um caráter de renovação das estruturas existentes, onde a mão de obra de imigrantes europeus era tratada como uma forma de tornar a então colônia portuguesa em um país independente (HEREDIA, 2001).

Na visão política da época, a vinda de imigrantes europeus para o Brasil criaria novas possibilidades econômicas, políticas e sociais e a partir disso se formaria uma nova mentalidade no Brasil que ajudaria o país a superar problemas

que vinham da sua formação inicial que era estruturada em três pilares; latifúndio, monocultura e a escravidão (HEREDIA, 2001).

No entanto a política imigratória brasileira, que até meados do século XIX não se concretizou até 1850, devido à oposição política dos fazendeiros que continuavam a expandir o mercado escravista e a estrutura fundiária agrária só ganha força quando o contrabando negreiro é definitivamente extinto.

Diante deste cenário constituíram-se duas correntes divergentes pró-imigração: uma formada pelos fazendeiros e grandes comerciantes que queriam manter suas grandes propriedades e viam os imigrantes apenas como proletários que viriam a substituir a mão de obra escrava, para os quais o imigrante poderia ser de qualquer raça; e outra, as autoridades governamentais que viam nos imigrantes um instrumento de “civilização” do Estado, e para isso deveriam preencher características étnicas e culturais, como por exemplo “*branquear*” o país (ALENCASTRO, RENAUX, 1997). As práticas sociais, de comunidade, costumes e crenças modelavam os que eram brasileiros e este modelo, imposto também aos que desembarcavam nos portos do Império, os tornariam brasileiros.

Estima-se que cerca de cinco milhões de imigrantes, entre europeus, asiáticos e levantinos entraram no território brasileiro entre os anos de 1850 e 1950. No início do século XIX, em 1815, após anos em meio a guerras, a Europa se viu com um contingente excedente de população apta a imigrar para a América, e neste contexto, parte do excedente populacional europeu poderia desembarcar no Brasil e substituir a mão de obra escrava. Deste contingente, em 1872, apenas seis mil eram imigrantes italianos. Os imigrantes, majoritariamente desprovidos de posses, alocavam-se como empregados nas novas áreas pós-escravistas atendendo as demandas dos fazendeiros. Por outro lado, sendo europeus e católicos não fugiam às características culturais e demográficas formadas pela classe dominante imperial e assim se enquadravam nas perspectivas da corrente “civilizatória” pretendida pelo Estado (ALENCASTRO, RENAUX, 1997).

Para HERÉDIA (2001, p.2) o movimento de colonização, além dos objetivos elencados acima, serviria para a

(...) “formação de um grande exército pela necessidade de defesa do território onde eram visíveis as dificuldades de controle das fronteiras e conseqüentemente da própria hegemonia; a ocupação dos espaços vazios que propiciasse o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo; a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre,

assalariada devido à expansão da causa abolicionista e à implantação do trabalho livre que desenvolveriam as cidades, estimulariam o comércio e fomentariam a criação de serviços de infraestrutura, gerando um desenvolvimento para o país”.

Na virada dos séculos XIX e XX colônias de imigrantes italianos já estavam consolidadas no Rio Grande do Sul, o que, junto às colônias alemãs, constituiria uma nova face da diversidade cultural brasileira (ALENCASTRO, RENAUX, 1997). Este processo de consolidação de povoamento pela imigração italiana no Sul do Brasil passa pelo compartilhamento do momento histórico vivido pela Itália e pelo Brasil - a formação de estados modernos - na segunda metade do século XIX, já que é a partir deste processo que a região da Serra Gaúcha é ocupada e se desenvolve.

Em 1870 a Itália emerge como estado territorial moderno modificando o sistema de vida feudal e de cidades-estados que foram substituídos por um estado nacional e pelo capitalismo protoindustrial⁸ desigual. Essas transformações políticas e econômicas resultaram em tensões sociais internas na disputa pela terra. Na esfera socioeconômica, altos impostos locais somados ao endividamento da população causaram forte desemprego. Estes fatores aliados ao excesso de população, à proliferação de doenças endêmicas, o horror à guerra e ao serviço militar deixaram o povo italiano sem perspectivas de melhorar sua qualidade de vida no país que se consolidava. Essas transformações políticas e econômicas resultaram em tensões sociais internas na disputa pela terra, as massas populares italianas encontravam-se condenadas à miséria e à fome encurraladas de um lado pelo processo de industrialização e, de outro, pela preservação de estruturas de servidão agrária que fizeram do excesso de população na Europa algo negociável.

O Brasil neste período se adaptava aos interesses capitalistas, modificando sua política de mão de obra e de terras de base econômica escravagista substituída por mão de obra livre. Com o processo imigratório, o Brasil teria seus problemas resolvidos, substituindo a monocultura pela lavoura familiar que aceleraria o povoamento de áreas antes desocupadas e diversificaria seus produtos agrícolas, minorando os problemas de abastecimento regionais.

Como o território do Rio Grande do Sul só foi definido depois de três séculos e meio da chegada dos portugueses e espanhóis e de diversas disputas territoriais

⁸ Proto-industrial: atividade de fabricação rural, doméstica e sazonal para mercados exteriores à região de produção, que precedeu a Revolução Industrial na Europa.

entre os mesmos, o processo de emergência de estados nacionais na América do Sul, simultâneo ao europeu depara-se com a desocupação e, conseqüente dificuldade de manutenção de fronteiras internacionais, sobretudo na parte Sul do território brasileiro. Assim o processo imigratório tornava-se para o Brasil, também uma forma segura de ocupação de terras devolutas e garantia de sua posse. Este sistema de colônias povoadas por imigrantes europeus de estatuto diferenciado deixava ao Estado o controle da terra, fundamental para aplacar disputas locais e garantir a soberania nacional, mitigando movimentos separatistas e o poder de caudilhos.

Açorianos, alemães e italianos formaram os maiores grupos de imigrantes assentados no Rio Grande do Sul que chegaram por meio de um programa chamado *WalkerField*, que gerenciava a distribuição de terras, ferramentas, animais, sementes e subsídios para alimentação no primeiro ano de estabelecimento (PELLEND, 1980, p.55). O processo de imigração ganhou mais força e solidez através do sucesso da colonização alemã na colônia de São Leopoldo.

Porem este aparente sucesso imigratório teve seu fluxo interrompido no final da primeira metade do sec. XIX devido à pressão que os donos da terra exerceram sobre o governo imperial, alegando que o governo estava cedendo a forças abolicionistas externas, principalmente vindas da Inglaterra e só seria reestabelecida anos depois com a Lei Provincial N° 301, conhecida como Carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a qual estabelecia os princípios básicos da colonização, conforme segue: (PORTO, 1934, .164-165)

"Art. 1° - A Colonização da Província será feita sobre a base de terras; para este fim fica o respectivo presidente autorizado a comprá-las nos lugares mais próprios quando neles não haja terras devolutas compreendidas na disposição do art. 16 da Lei Geral n° 514, de 28 de outubro de 1848; esta venda será feita pela forma e sob as condições seguintes:

Art. 2° - O Presidente da Província empregará as quantias anualmente consignadas pela Assembleia Provincial na compra de terras usadas para a lavoura, as quais mandará medir, dividir e demarcar os lotes em cem mil braças quadradas para serem expostas à venda aos colonos, sendo o preço mínimo de cada lote 300\$000.

Art. 3° - Na mediação e demarcação das colônias o Presidente da Província fará reservar as terras precisas para estradas, porto, igrejas, cemitérios e outras servidões públicas, cuja necessidade se reconhecer.

Art. 4° - A venda das colônias poderá ser feita a prazos, que

excedam a 5 anos, e pelo excesso pagarão os colonos o prêmio de 1% ao mês, ficando as terras hipotecadas até o completo pagamento, não só estas, como também das quantias que lhes tiverem sido adiantadas.

Art. 5° - Fica o Presidente da Província autorizado a adiantar para auxílio da passagem dos colonos, que espontaneamente se apresentarem na Província, até a quantia de 50\$000, por cada um, qualquer que seja a sua idade ou sexo, com obrigação de reembolso no prazo e com as condições do artigo antecedente.

Art. 6° - Fica também autorizado a fazer as despesas indispensáveis com as acomodações dos colonos enquanto não chegarem ao lugar de seu destino, se não estabelecerem em casas próprias, sem que eles fiquem na obrigação do reembolso dessas quantias.

Art. 7° - O mesmo presidente diligenciará a entrada para as colônias de famílias brasileiras agrícolas, e laboriosas, vendendo-lhes as terras com os favores e ônus expressos na presente lei.

Art. 8° - Os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos ou por meio de pessoas assalariadas, não poderão, porém, fazê-lo por meio de escravos seus alheios, nem os possuí nas terras das colônias sob qualquer pretexto que seja”.

Com estas regras estabelecidas de forma oficial, a colonização do território da Província do Rio Grande do Sul deveria exercer papel de povoar regiões antes desocupadas e desenvolver atividades agrícolas em pequenas propriedades, assim além de não fazer frente às propriedades latifundiárias e as atividades nelas desenvolvidas, aumentaria o consumo em centros urbanos. Estas ações garantiram o sucesso do processo imigratório no sul do país (HEREDIA, 2001).

HEREDIA (2001) entende que:

A grande diferença entre as políticas do processo de imigração e de colonização era que do primeiro alterava o regime de trabalho e do segundo o regime de propriedade. Portanto, a imigração no Brasil assumiu aspectos diversos, dependendo da região em que se desenvolveu dos fins propostos, do sistema de produção, das iniciativas e dos financiamentos como se observa na análise da colonização italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (HEREDIA, 2001, p.6).

4.2.1 A Imigração Italiana para o Brasil: Região Nordeste do Rio Grande do Sul

No final da primeira metade do século XIX, o Governo Provincial do Rio Grande do Sul solicita ao Governo geral mais terras devolutas para ocupação, situadas na região conhecida como Encosta Superior da Serra do Nordeste da

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Estas terras estavam localizadas entre as bacias de três rios: Rio Caí, Rio das Antas e Rio Taquari, e seus limites geográficos eram delimitados por São João do Montenegro, São Sebastião do Caí, Taquara do Mundo Novo e São Francisco de Paula de Cima da Serra (HEREDIA, 2001).

A ocupação deste território teve início com a instalação das Colônias Conde D' Eu e Dona Isabel, hoje Garibaldi e Bento Gonçalves respectivamente. Esta parte do território era de difícil acesso, o que dificultou a ocupação dos lotes rurais e levou o Governo Geral a contratar empresas para atrair imigrantes para a região. Companhias como, Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Cia, Mackai Son & Co. e Guilherme Hasfield ficaram incumbidas de assentar aproximadamente quarenta mil pessoas nestas terras num prazo de dez anos (PELLANDA, 1980, p.36-37). Para atingir os objetivos de assentamento na Encosta Superior da Serra do Nordeste, os imigrantes eram atraídos através da propaganda⁹ mostrada ainda na Itália.

Chegando às terras das colônias os imigrantes eram recebidos por uma Comissão de Terras¹⁰, alojados em barracões e se alimentavam de caça, pesca, frutos silvestres e do pouco que era fornecido pelo governo até se instalarem em seus lotes rurais, quando, iniciavam uma agricultura de subsistência representada pelo cultivo de milho, trigo e videira.

As primeiras indústrias foram artesanais, predominantemente domésticas e com mão de obra familiar, bem como no comércio de troca e venda de produtos que surgiu com a produção de excedentes agrícolas e com a criação de animais. No início a compra e venda de produtos era feita apenas na sede da colônia conectada ao campo por trilhas abertas na mata, demarcadas pelos próprios imigrantes.

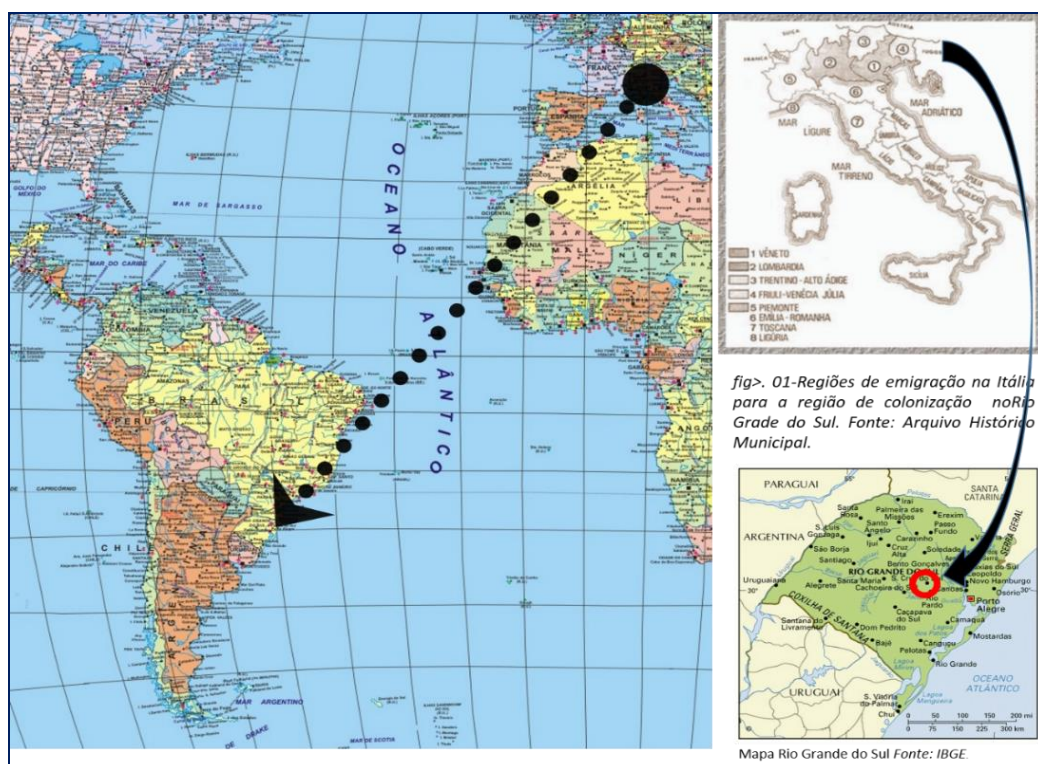
Este "centro" de trocas remete ao burgo feudal e ao sistema europeu a que estavam acostumados, com a maior parte da população vivendo na zona rural e

⁹ "... Na América - Terras no Brasil para os italianos. Navios em partida todas as semanas do Porto de Gênova. Venham construir os seus sonhos com a família. Um país de oportunidade. Clima tropical e abundância. Riquezas minerais. No Brasil vocês poderão ter o seu castelo. O governo dá terras e utensílios a todos."

¹⁰ A Comissão de Terras era o órgão encarregado de medir e demarcar lotes rurais, receber os imigrantes e assenta-los em seus lotes, dando-lhes assistência nos primeiros meses.

dirigindo-se ao núcleo urbano em períodos específicos do ano, num claro simulacro aos dias de mercado regionais e feiras.

As regiões do Norte da Itália foram as que geraram a maior parte das imigrações para a região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 1875: provenientes do Vêneto, Lombardia, Trentino – Alto Ádige e de Friuli, Venécia Julia, cujos indivíduos povoaram as colônias Dona Isabel - hoje Bento Gonçalves, Conde D' Eu – hoje Garibaldi e Nova Palmira – hoje Caxias do Sul (Fig. 14).



fig>. 01-Regiões de emigração na Itália para a região de colonização no Rio Grande do Sul. Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Figura 14. Regiões de imigração na Itália para a região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul, em ordem decrescente. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves

Com a Revolução Farroupilha entre os anos de 1835 e 1845, ocorre uma interrupção da corrente imigratória, que se reestabelece de forma contínua em 1875, com a chegada da imigração italiana para a Encosta Superior do Nordeste, originando as colônias Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), Conde D' Eu (hoje Garibaldi) e Nova Palmira (hoje Caxias do Sul).

É a partir de 1875 - sob a administração da União - que chegam as primeiras levas de italianos para Conde D'Eu e Dona Isabel. A área dessas colônias encontrava-se limitada pelo rio Caí, os campos de Vacaria e o município de Triunfo, sendo divididas entre si pelo caminho de tropeiros que seguia de Maratá em direção ao rio das Antas (Conde D'Eu ficava à esquerda, Dona Isabel à direita).

No mesmo ano - 1875 - foi criada a colônia Caxias, no local chamado pelos tropeiros que subiam a serra em direção a Bom Jesus de "Campo dos Bugres". Dois anos depois, em 1877, foi criada uma nova colônia para imigrantes italianos, a de Silveira Martins em terras próximas de Santa Maria (Fig. 15).

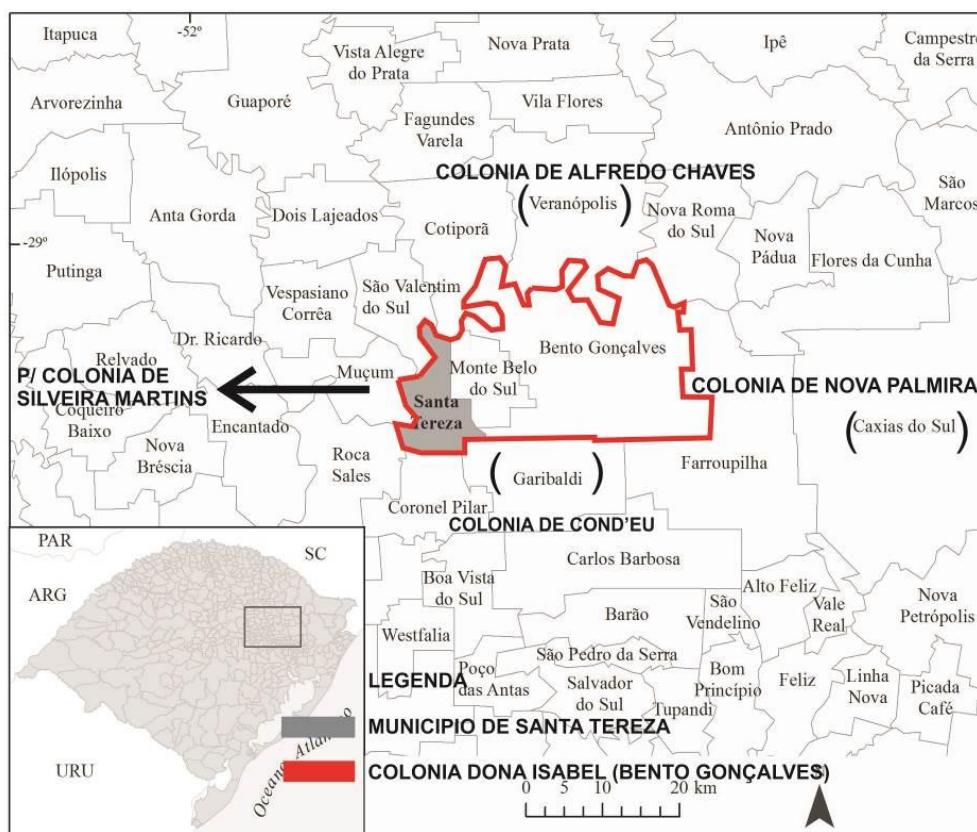


Figura 15. Colônia de Dona Isabel. Fonte: Elaborado por Damazzini, M. (2015).

Essas quatro colônias oficiais foram os núcleos básicos da colonização italiana que, a partir dali, transbordaria para regiões próximas, que foram ocupadas por colônias particulares, e mais tarde atingiria o Planalto Gaúcho.

A Colônia Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves, criada em 1870, já era conhecida por Região da Cruzinha, devido a uma cruz rústica, cravada sobre a sepultura de um possível tropeiro ou traçador de lotes coloniais. Era época do escambo, da troca. A Colônia Dona Isabel sediava um pequeno comércio no quais os tropeiros faziam pausas para descanso.

Em 1875, os núcleos do Planalto começaram a receber novos imigrantes, e em março de 1876, o Presidente do Estado, José Antônio de Azevedo Castro, anunciava a existência de 348 lotes rurais medidos e demarcados, divididos em três classes de tamanho: 60,50 hectares, 30,20 hectares e 12,10 hectares; os urbanos

poderiam ser divididos em várias classes, variando conforme o local escolhido devendo ter área desmatada de 4.840 m² e uma casa provisória, com uma população de 790 pessoas, sendo 729 italianos. Ainda em 1875, imigrantes oriundos do Tirol Austríaco e Vêneto chegaram à esplanada, onde hoje está situada a Igreja Matriz Cristo Rei na Colônia Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves.

O início do povoamento foi marcado por inúmeras dificuldades, conta disso é que em 1877, dois anos após o início da ocupação, a Colônia Dona Isabel sediava três casas comerciais, duas padarias, uma fábrica de chapéus e um total de 40 casas comerciais em todo o território da colônia. Em 1890 o desmembramento da Colônia Dona Isabel do município de Montenegro (Ato 474, de 11 de outubro de 1890), foi assinado por Cândido Costa, para constituir o município de Bento Gonçalves, homenagem ao general Bento Gonçalves da Silva, chefe da Revolução Farroupilha (1835), ocorrida no Rio Grande do Sul (HEREDIA, 2001).

Os imigrantes vinham de uma tradição agrícola de pequenas propriedades exploradas de forma familiar e que tinham como missão estabelecer polos de produção de gêneros para o abastecimento, fixar-se na terra e promover a colonização agrícola da região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, definitivamente incorporado ao território brasileiro (HEREDIA, 2001).

4.2.2 A colônia Dona Isabel

A colônia Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves e que tinha anexado em seu território o então Distrito de Santa Tereza, foi criada em 1870, juntamente com a colônia de Conde D' Eu. Contudo a ocupação não se deu da forma com que o Governo Provincial pretendia e em 1875 as colônias de Dona Isabel e Conde D'Eu tiveram sua gestão transferida para o Governo Geral. Este movimento foi fundamental para que a ocupação das colônias se desse de forma gradativa e daí por diante esses territórios se desenvolvessem.

Muito desse desenvolvimento provinha das boas condições de acesso por estradas de chão batido, como por exemplo, a Estrada Geral, que ligava as colônias de imigração italiana e alemã. Mesmo assim nos relatórios apresentados pelos agentes da Comissão de Terras davam conta da dificuldade de se povoar a Colônia de Dona Isabel, conforme descreve Luiz Walter, no relatório enviado a Coroa:

Para se povoar esta Colônia com alguma probabilidade de sucesso, será necessário não só aperfeiçoar a estrada, afim de que os colonos recém-chegados alcancem seus terrenos habitados; assim como que se crie uma diretoria própria da colônia [...] entre outros investimentos que garantam ao imigrante as condições e garantias de que tanto carece de uma nova Colônia. (DE PARIS, 2006, p.41)

Neste período a Colônia ainda dependia de sua sede, o município de São João de Montenegro, fato que só se alteraria com a sua emancipação, quando Dona Isabel se torna Município de Bento Gonçalves.

4.3 A Estrutura da terra na área de Colonização Italiana

O Governo Imperial retomou para si o processo de colonização promovendo o povoamento das duas primeiras colônias, Conde D' Eu e D. Isabel, colônias já demarcadas e uma terceira colônia chamada "Fundos de Nova Palmira" foi fundada com limites geográficos determinados pelos Campos de Cima da Serra, pelas colônias de Nova Petrópolis, Nova Palmira e Picada Feliz. Dois anos mais tarde, o Governo Imperial criaria a quarta colônia para abrigar novos imigrantes que chegavam à Província, chamada Colônia Silveira Martins, completando assim o núcleo básico inicial da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Ao chegar à Colônia, os imigrantes podiam escolher livremente o lote onde se assentariam desde que pagassem à vista o preço fixado segundo o regulamento da colônia. Para os que optassem pela compra a prazo ao valor final da terra seria acrescido de 20% pagos em cinco prestações iguais a partir do segundo ano em que estivesse estabelecido na terra. Se o colono não se estabelecesse no lote com a moradia fixa no prazo de dois anos perderia o direito ao mesmo lote que poderia ser vendido em hasta pública. Os colonos que optavam pela compra a prazo ainda recebiam títulos provisórios ou de designação de lotes e o título definitivo após quitado com a Fazenda Nacional e assinado pelo Presidente da Província.

Nestes títulos, provisórios ou definitivos, era descrita com exatidão as confrontações do lote, as distâncias e os rumos das linhas divisórias, a superfície quadrada e os nomes das áreas confrontantes, as condições e o ônus. Outras tarefas atribuídas aos imigrantes que iniciavam o povoamento da Colônia eram abertura de estradas, construção de barracões para receber novos imigrantes e em troca deste trabalho, o valor recebido podia ser investido em novas terras ou no

pagamento das dívidas existentes. Como as dívidas com a Fazenda Nacional não eram salgadas logo nos primeiros anos devido às dificuldades iniciais enfrentadas pelos colonos com a produção agrícola esta forma de pagamento era importante para que os colonos não perdessem suas terras.

Quanto ao registro das terras, na fase de colônia, cabia ao Chefe da Colônia como tarefa da Inspetoria Especial de Terras - os vigários de cada localidade - os encarregados de receber as declarações para os registros das terras e instruir os colonos da obrigação de registrar a terra, dentro do prazo estabelecido e as penas que incorressem se não o fizessem, dando-lhes todas as explicações necessárias para o cumprimento da referida obrigação. Essas instruções eram muitas vezes transmitidas nas missas e publicadas por todos os meios de comunicação presentes à época. Era da obrigação dos vigários manter livro de registros numerado e rubricado nos quais escreviam textualmente as declarações que lhe eram apresentadas. Cabia ainda ao vigário registrar nascimentos, casamentos e óbitos e batizados em que constassem dados da procedência, filiação, função dos pais, residência, etc. Isso demonstra que a autoridade religiosa possuía uma série de poderes jurídicos frente aos colonos que dependiam em várias instâncias dessas autoridades, reforçando o papel da Igreja na organização do território das colônias.

O Governo Imperial programou inúmeros procedimentos para a ocupação das terras, desde a chegada dos imigrantes do país de origem até se instalarem definitivamente nas colônias. E para agilizar e controlar esta ocupação foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas e uma Inspetoria Especial de Terras e Colonização, que através de suas secções, tratavam das questões referentes à terra, ao atendimento e ao destino dos colonos europeus. Essa Inspetoria era representada pela Diretoria da Colônia, subordinada ao Presidente da Província (HEREDIA, 2001).

As colônias agrícolas do Nordeste do Rio Grande do Sul foram inicialmente divididas em léguas quadradas, linhas e travessões, (Fig. 16) porém nem todas as léguas possuíam o mesmo número de travessões, isso dependia da topografia encontrada em cada terreno, visto que o ponto de partida das demarcações e divisões dos lotes sobre os mapas, não levando em consideração o relevo acidentado da região, desta forma o sistema foi alterado em partes substituindo os travessões por linhas numeradas, e as léguas, por secções. Com este processo de

demarcação de terras cada colônia era delimitada pelos travessões que significavam a divisão territorial entre as diversas localidades (SEYFERTH, 2013).

Para Thales de Azevedo (1975) "os travessões constituíam o polo imediato de convergência e de coordenação da vila nos lotes, a unidade de referência para indicar a localização e as distâncias das colônias e o grupo primário de integração étnica e familiar".



Figura 16. Mapa Geral da Colônia Dona Isabel. Fonte. Arquivo Histórico de Bento Gonçalves, 1975

Em geral, os lotes médios coloniais apresentavam uma superfície média de 25 hectares, e esta área era dividida em parreiral (2 hectares), potreiro (4 hectares), lavoura em rotação de terras (19 hectares), cultivo (3 hectares). Este tipo de divisão de culturas fazia da paisagem apresentada possuir traços do modelo agrícola indígena, com uma produção de caráter primitivo e métodos rotineiros, excetuam-se apenas pela cultura da vinha.

4.4 A Pequena Produção Agrícola e Mercado

O sistema de colônias de imigração no Rio Grande do Sul tinha o regime da pequena propriedade, cujos proprietários com o passar do tempo tornaram-se pequenos produtores com o uso da mão de obra familiar com a produção agrícola inicial sem traços de cultura permanente. O sistema agrícola adotado era chamado de "rotação de terras melhorada", predominando a cultura do milho. O repouso do campo só era feito quando apresentava sintomas visíveis de esgotamento, desencadeando um aumento no ciclo da rotação de terras e implicando alternadamente novas culturas como o centeio, a cevada, o feijão, a batata doce, a cana e a mandioca. A cultura do arroz e do trigo era uma prática de inverno.

O milho e o trigo eram plantados para o próprio consumo usando-se sementes importadas, sendo o milho a cultura de sustentação visto que a base de toda a alimentação do colono era a polenta e os acompanhamentos dessa refeição se diferenciavam segundo a zona italiana de origem e a condição econômica da família: salada, vinho, queijo, ovos, salame, etc., sendo utilizado também na criação de animais como aves, porcos, etc., por ser de fácil plantio, sem grandes exigências quanto ao preparo da terra.

O sistema de exploração da terra baseado na rotação de terras, e não na rotação de culturas comum no modelo de agricultura europeu, com o tempo foi alterado pelos os imigrantes italianos devido aos contatos com os alemães na parte Superior da Encosta da Serra. Com a implantação, cada vez mais presente das vinhas, o processo na viticultura acabou por caracterizar a economia local, como fonte de lucros, perpassando o consumo doméstico para se caracterizar como uma das principais culturas permanentes da região e como o principal produto comercial.

Desta forma pode se constatar que política de colonização italiana no Rio Grande do Sul foi um processo exitoso, uma vez que os resultados históricos redundaram na construção de uma das regiões mais fortes economicamente no Estado. A pequena propriedade colonial especificamente no Rio Grande do Sul, não foi uma conquista de grupos subalternos, como afirmam DE BONI e COSTA (1979):

"nem o resultado de transformações sociais que tivessem tornado inviável a grande propriedade monocultora; foi uma concessão das classes dominantes, latifundiárias para com os estrangeiros, tendo como finalidade salvar os interesses da grande lavoura" (DE BONI, L., COSTA, Rovílio. 1979 p. 223)

4.5 A Evolução do Município de Santa Tereza - a formação do núcleo urbano

A Colonização de Santa Tereza se iniciou aproximadamente duas décadas e meia após o início da formação da Colônia Dona Isabel, em 1877 quando imigrantes italianos vindos do Norte da Itália - Veneto, Trentino, Lombardia e Friuli - e que primeiro chegaram à Dona Isabel, iniciaram o povoamento as terras próximas ao Rio Taquari, na então Villa de Santa Tereza. (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p.65-66)

Conforme consta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, nos anos de 1870 já havia um projeto de ocupação destinado a um núcleo urbano da Villa de Santa Tereza, a Linha Leopoldina. Esta linha é uma das primeiras a ser ocupada, a partir dos Lotes rurais nº125, nº126 e lote nº127 e num segundo momento pelos lotes nº181 e 182, lote nº 167 e o lote nº 168 (Fig.17). Após o que outros lotes próximos da Villa, lote nº 01 da Linha José Júlio e lote nº 03 da Linha Bento Gonçalves são ocupados. Posteriormente são ocupadas pelos colonos italianos as Linhas Graciema, Pederneira, Capanema e Linha Santa Bárbara – Primeira Secção (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p.65-66).

Em 1885, aproximadamente uma década depois da chegada dos primeiros imigrantes italianos, começaram a chegar imigrantes poloneses a Santa Tereza oriundos da região Europeia chamada “Pomerânia oriental”- que ficava perto do mar. Os colonos poloneses chegam à região e se estabelecem no interior da linha José Júlio, ocupando inicialmente os lotes nº 16 e nº 26. Duas décadas após a chegada dos imigrantes poloneses, Santa Tereza tornou-se o 4º Distrito de Bento Gonçalves, através do Acto nº05, assinado pelo Prefeito Coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho em 15 de outubro de 1916. No entanto apenas em meados de 1927, iniciou-se a construção da estrada que ligaria o distrito de Santa Tereza a Bento Gonçalves (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p.69).

Até a abertura desta estrada, todo o transporte de mercadorias era feito por balsas pelo Rio Taquari, e a Vila era considerada um verdadeiro porto para escoamento e chegada de mercadorias a Bento Gonçalves, uma vez que era a única ligação com outros municípios e a capital do Estado. A madeira para a construção das casas, o querosene, a produção rural, tudo era transportado através de balsas, principalmente, na época das cheias. A partir daí deu-se o desenvolvimento do núcleo urbano que tinha seu ponto alto o comércio de produtos agrícolas (feijão, trigo, milho), madeiras, peles e aguardentes.

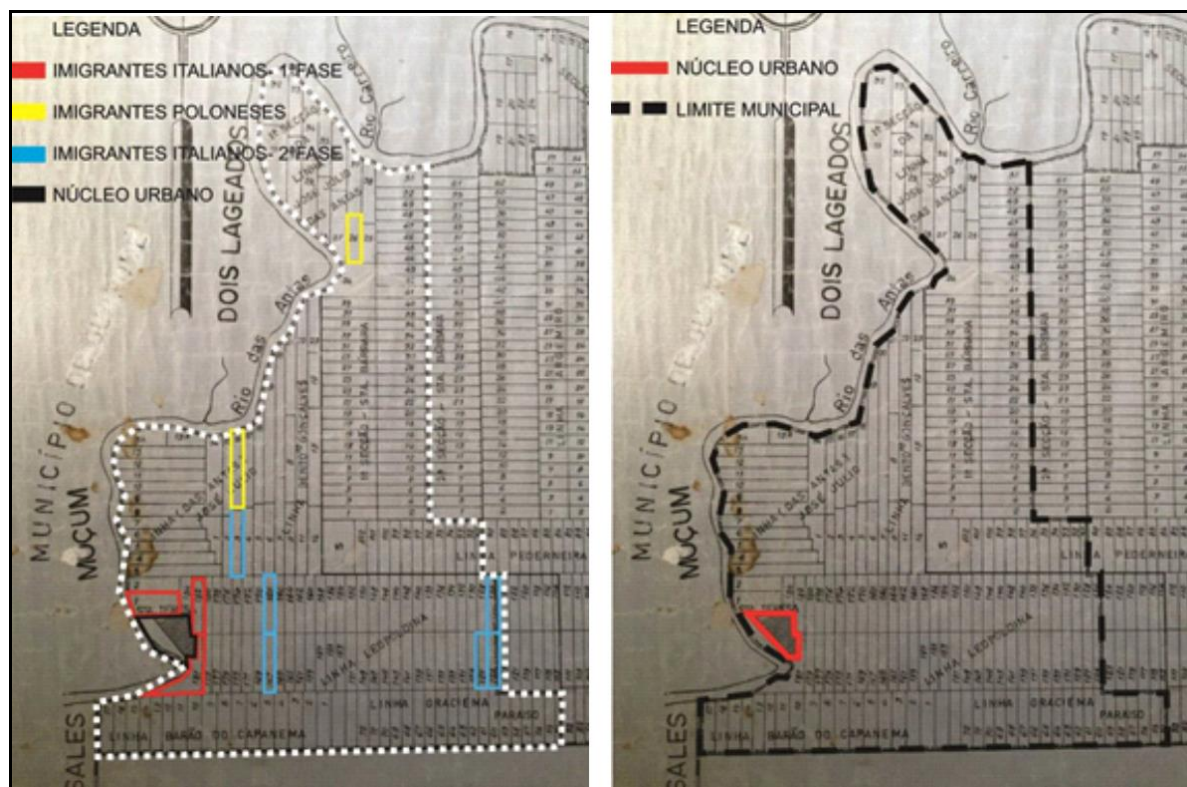


Figura 17. 1os lotes ocupados pelos imigrantes italianos e poloneses em Santa Tereza. Fonte: Damazzini (2017) sobre mapa de lotes da colônia Dona Isabel © Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves ,1975.

O crescimento da Villa de Santa Tereza a partir de 1910 pode ser avaliado por atividades econômicas tais como: fábrica de gaitas, moinhos, curtume, locadora de carros, hotéis, casa comercial de produtos coloniais, cantina de vinhos, fábrica de queijos e olaria, Indústria de Ferramentas, empresa de ônibus, fábrica de refrigerantes, alfaiataria, alambiques, máquinas de sulfatar, sapataria, cartório, construtora de moinhos, hospital e farmácia e uma hidroelétrica que fornecia luz para a vila (CAPRARA;LUCHESE, 2005, p.71). Os autores descrevem que em 1935 haviam três agências bancárias na Vila: Banco Nacional do Comércio, Banco Pelotense e Banco do Estado do Rio Grande. Em 1940 um grupo de colonos forma uma cooperativa com o objetivo de libertar-se do ônus de intermediários e que se notabilizou pela venda de cachaça, tendo seção de consumo (loja) e a construção de um novo moinho, um silo e um secador para cereais. A cooperativa foi ainda pioneira na importação de suínos vindos da Holanda e Alemanha e atuante em setores como comércio, escoamento e abastecimento de produtos, saúde com atendimento médico e odontológico, indústria, telefonia e eletrificação rural.

Como Santa Tereza gozava de posição estratégica em relação ao transporte fluvial, era considerada entreposto comercial¹¹ entre a Capital do Estado e a microrregião de Bento Gonçalves e dos principais núcleos produtores agrícolas nos anos de 1950, mantendo intercâmbios constantes com outras cidades do Estado, principalmente com a capital, Porto Alegre, que influenciava a vida urbana.

Como pode se verificar empiricamente e através da literatura, o distrito de Santa Tereza chegou a atingir um nível de desenvolvimento invejável até os anos 1950 e que ficou registrado na sua arquitetura. O encerramento das atividades portuárias (Fig. 18 e 19) devido ao assoreamento do Rio Taquari impossibilitava a subida das embarcações e está relacionado à perda de importância e estagnação do núcleo urbano como entreposto, pois as funções urbanas mais relevantes deslocaram-se para cidades melhor conectadas ao sistema de circulação rodoviário.

O encerramento das atividades portuárias foi determinante para a implantação da via férrea nas margens da pequena cidade, que recebeu uma vila ferroviária e uma estação para escoamento e distribuição da produção local (Fig. 20). Todos estes fatores colocavam Santa Tereza em um patamar superior de desenvolvimento dada sua importância no escoamento da produção agrícola da região, no entanto, este processo não se concretizou e a cidade de Santa Tereza ficou em situação de marginalidade em relação à região da Serra Gaúcha.

¹¹ [...] Os entrepostos eram locais onde se depositavam as mercadorias enquanto aguardavam a sua venda, expedição ou pagamento de direitos alfandegários. Em casos especiais os entrepostos dispunham de instalações próprias para o transbordo de mercadorias importadas ou para o seu armazenamento, enquanto aguardavam pela reexportação ou pelo despacho para consumo. Quando um mercador chegava a uma localidade e dispunha de pouco tempo para deitar mão a todos os produtos que procurava, era preciso haver no local uma organização que os pudesse encomendar de antemão, servir de centro de recepção, desempenhar o papel de intermediário e efetuar os pagamentos. Era indispensável haver uma espécie de agência. A natureza destes postos avançados comerciais variava segundo os países.

Alguns entrepostos comerciais transformaram-se numa rede comercial mais abrangente constituída por diversos centros marítimos, desempenhando as funções de portos de escala, que cresceram em dimensão e influência, assumindo uma posição de potencial supremacia sobre as comunidades limítrofes e contribuindo para a sua concentração e estabilização. Os mercadores aproveitavam estes centros de comércio externo e de comércio interno para efetuar trocas com as populações autóctones.

Nos séculos XIII a XV, as cidades-estados de Veneza e Génova estabeleceram no Próximo Oriente entrepostos comerciais assegurados por meio de capitulações, conseguidas junto dos governantes muçulmanos, e por meio de instrumentos contratuais que estipulavam a liberdade de comércio, a segurança das vidas e propriedades dos mercadores. Estes guardavam para si o monopólio do comércio de especiarias, cereais e escravos, deixando à população nativa apenas as mercadorias de retalho e o comércio regional. (GOMES, 2009, p. 544)



Figura 18. Barco a vapor. Porto fluvial de Santa Tereza 1914. Fonte IPHAN, 2009.



Figura 19. Local do Antigo Porto, situação em 2016. Fonte. Damazzini, M., 2016.



Figura 20. Estação Férrea de Santa Tereza em 2016. Fonte: Damazzini, M., 2016.

Outro aspecto que influenciou a estagnação do núcleo urbano foi a deficiência nas comunicações e a situação geográfica de Santa Tereza, prejudicando seu estado de conservação. Também contribuíram o descaso do Poder Público Municipal com o Distrito, o êxodo rural que influenciou na diminuição da população e da produção agrícola do distrito, bem como a saída de jovens para estudo.

Estes motivos levaram os moradores locais a reunir-se em Assembleia Popular para formar a Comissão Emancipacionista e, em 1991 foi realizado um Plebiscito para a aprovação do pedido de emancipação do distrito, pedido esse que culminou em 20 de março de 1992 com a criação do Município de Santa Tereza pelo decreto Lei nº 9627 (IPHAN, 2009).

4.6 A microrregião de Bento Gonçalves e seu contexto

Considerando que Santa Tereza é distrito emancipado de Bento Gonçalves e que Bento Gonçalves é um dos maiores municípios da região da Serra Gaúcha, onde Santa Tereza também se insere, podemos considerar o potencial de desenvolvimento desta microrregião apresenta, conforme tabela 5.

DADOS DE SANTA TEREZA E MUNICÍPIOS VIZINHOS-CENSO IBGE 2010							
Município	População			Taxa de Urbanização	Taxa de crescimento 2000-2010	PIB	Renda Per Capta
	Urbana	Rural	Total				
Bento Gonçalves	99.069	8.209	107.278	92,30%	1,61%	R\$ 4.737.043,00	R\$ 42. 528,93
Carlos Barbosa	19.992	5.200	25.192	79,40%	2,07%	R\$ 1.462.421,00	R\$ 54.211,94
Caxias do Sul	419.406	16.158	435.564	96,30%	1,91%	R\$ 21.349.578,00	R\$ 45.883,07
Farroupilha	55.053	8.582	63.635	86,50%	1,41%	R\$ 2.417.832,00	R\$ 35.838,31
Garibaldi	27.211	3.478	30.689	88,70%	1,49%	R\$1.458.893,00	R\$ 44.781,54
Monte Belo do Sul	770	1.900	2.670	28,80%	-0,75%	R\$ 100.293,00	R\$ 36.872,44
Pinto Bandeira	-	-	2.681	-	-	R\$ 32.747,00	R\$12.214,43
Santa Tereza	627	1.093	1.720	36,50%	-0,27%	R\$31.201,00	R\$ 17.508,91

Tabela 5. População urbana e rural, taxa de urbanização fonte:FEE 2013.

O desenvolvimento registrado nos últimos 25 anos na região da Serra Gaúcha através da indústria moveleira, metal-mecânica, da vitivinicultura e do turismo, colocou a região em destaque no cenário estadual, nacional e internacional, principalmente se considerarmos o turismo do vinho ou enoturismo na microrregião

de Bento Gonçalves/RS. O desenvolvimento do enoturismo ganhou força a partir dos anos de 1990 a partir de interações com regiões produtoras na Europa, facilitadas pelo processo de globalização econômica que difundem regionalmente circuitos turísticos de valorização do que é local é ímpar, pautados nos novos padrões de consumo mundial, mais elitizado e que busca a exclusividade e a distinção em oposição ao turismo de massa dos anos 70 e 80, conforme texto do site www.camaraportuguesa.com.br.

“Europa poderá ter rota turística de vinhos e pratos típicos”

O presidente do Conselho Europeu de Confrarias (CEUCO), Carlos Martín Cosme, sugeriu neste sábado a criação de uma rota "enogastronômica" (combinação de vinhos e pratos) europeia, que permita ao viajante conhecer e desfrutar das gastronomias tradicionais.

[...] Cosme apresentou a ideia no Congresso Europeu de Confrarias vinícolas e gastronômicas que reúne até domingo no Porto cerca de 450 convidados e membros da CEUCO, provenientes de Espanha, Inglaterra, França, Itália, Grécia, Estônia e Portugal. Segundo o responsável, a rota deverá contar com "os correspondentes apoios institucionais e envolver a colaboração das confrarias e associações enogastronômicas dos Açores até a Grécia".

O objetivo é defender a tradição vinícola e gastronômica das diferentes regiões europeias.

"O viajante agradece, paga e fica mais tempo do que se for só ver a paisagem ou o monumento e tiver de comer uma refeição rotineira e malfeita", disse Cosme, afirmando que "o turismo rural em forma de turismo gastronômico aumentou o número de visitantes a pequenas localidades que ameaçavam extinguir-se".

Citou como exemplo o caso das Astúrias, na Espanha, que "em apenas uma década passou da depressão produzida pelo desmantelamento das siderurgias e minas a uma potência em turismo rural, com muitos e bons estabelecimentos hoteleiros e restaurantes".

No congresso, que tem como lema "Gastroturismo e enoturismo, o papel das confrarias e o sabor da tradição", os confrades e visitantes são convidados a conhecer, saboreando, os pratos típicos e as tradições das regiões dos diferentes países representados. Não faltam, entre outros petiscos, o queijo Gorgonzola e o vinho italiano, a broa de Avintes, o vinho do Porto, o cabrito, o leitão e outras especialidades portuguesas, o presunto, os *pimientos assados* e os doces asturianos, da Espanha, e os vinhos, queijos, licores e mel gregos". (Agência Lusa. 2006.)

Em função destas novas demandas geradas pela tendência do turismo cultural, roteiros gastronômicos e do enoturismo de pequena escala e sofisticado passam a ser explorados na Itália e na França, sobretudo, associados também aos produtos com denominação de origem. Na microrregião de Bento Gonçalves, há uma identificação desta tendência e então a comunidade passa a explorá-la de

maneira eficiente conforme a transcrição de parte de uma reportagem retirada do site do Jornal do Comercio (versão impressa 24/08/2015).

Serra gaúcha comemora desempenho do turismo.

Se o dólar alto acaba inibindo muitos turistas brasileiros a fazerem passeios internacionais, como Miami e Nova Iorque, o cenário contribui para a atração aos destinos internos do Brasil. Entre as localidades que estão sendo favorecidas por esse panorama estão a Região das Hortênsias e a Serra Gaúcha. Empreendedores turísticos atestam que o primeiro semestre deste ano e a estação de inverno têm sido bem movimentados.

O secretário municipal de Turismo de Bento Gonçalves [...] é um dos que confirmam a boa frequência. "Ao contrário de outros segmentos econômicos, o turismo, na cidade, teve um crescimento bastante interessante" [...]. O aumento foi de aproximadamente 20%, em relação ao mesmo período do ano passado. [...] é feito um trabalho permanente de promoção do turismo local, fundamentalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País, mas o fator decisivo para o bom desempenho foi a alta do dólar. Esse fenômeno, [...] aqueceu o mercado doméstico e enfraqueceu o do exterior.

[...] Bento Gonçalves possui a vantagem de ser o principal destino de enoturismo no Brasil, contando com 74 vinícolas. Além disso, a Serra gaúcha desperta um forte interesse na estação de inverno. [...] A proximidade com outros destinos turísticos, como Garibaldi, Carlos Barbosa, Gramado, Canela, entre outros, facilita o desenvolvimento do setor.

[...] essas regiões podem disputar o interesse dos turistas, mesmo aqueles que têm histórico de viagens internacionais, principalmente, quando o dólar se encontra em um momento de valorização. No entanto [...] a Serra e a Região das Hortênsias conseguem capitalizar essa oportunidade melhor que outras partes do Estado. (Jefferson Klein. 2015)

A urbanidade valorizada nos anos 70 e 80 cede espaço para o retorno ao agrícola bucólico e ao contemplativo: o campo é retomado segundo novos valores. Com a valorização da cultura da imigração italiana, percebeu-se a importância da preservação do patrimônio edificado, mesmo que este venha através da relocação de casas antigas como forma de estabelecer "percursos patrimoniais", ou ainda pela substituição das tipologias existentes num esforço para as paisagens parecerem mais antigas do que realmente são. Com o patrimônio edificado da região de Bento Gonçalves concentrado praticamente em sua totalidade na área rural, a valorização da urbanidade poderia beneficiar Santa Tereza, pois a cidade possui seu núcleo urbano preservado e tombado pelo IPHAN. Mesmo fazendo parte da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, da região de Bento Gonçalves e sendo tangenciada por estes inúmeros roteiros turísticos, Santa Tereza parece não se beneficiar deste fator ou mesmo se conectar de alguma forma a este processo de desenvolvimento (UGALDE *et al.*, 2010).

Mesmo não usufruindo desta dinâmica econômica que circunda a cidade, Santa Tereza possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 31.201.000,00 e renda Per Capita de R\$ 17.508,91/ano e Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 0,723, o que comprova que o município tem um nível de desenvolvimento próximo dos demais municípios que formam a Região da Serra Gaúcha (Censo do IBGE. 2010) (Fig. 21), o que permite especular sobre o fenômeno de segregação espacial para capturar tendências de transformação locais, o que permitirá compreender a relação da cidade de Santa Tereza com a região em que se insere.

POPULAÇÃO	
População estimada [2017]	1.780 pessoas
População no último censo [2010]	1.720 pessoas
Densidade demográfica [2010]	23,76 hab/km ²
ECONOMIA	
PIB per capita [2014]	19.685,46 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	88,6 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,746
TRABALHO E RENDIMENTO	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015]	2,6 salários mínimos
Pessoal ocupado [2015]	308 pessoas
População ocupada [2015]	17,3 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	17 %

Figura 21. Índices demográficos e econômicos de Santa Tereza. Fonte: Censo IBGE (2010).

4.7 Contexto Atual da Serra Gaúcha

A metropolização surge na Europa no século XIX e chega ao Brasil no início do século XX mudando a maneira como o planejamento urbano e regional são organizados e aplicados. Antes contidas em seus limites políticos e administrativos, as cidades passam a constituir formas que ultrapassam estes limites. Esta questão

se torna estudo de caso na Europa e nos Estados Unidos em meados do século XX, e começa a ser discutida no Brasil nos anos 1970, com a instituição de Regiões Metropolitanas que espelham o momento da política nacional de crescimento.

No entanto, os estados não podiam interferir em projetos ou programas previstos pela esfera federal para as recém-criadas regiões metropolitanas brasileiras, o que denota o centralismo e autoritarismo das políticas federais que em colocavam-se interesses políticos antes dos metropolitanos. (UGALDE et al., 2015). Essa discrepância de interesses só cresceu nos últimos 20 anos, mesmo dentro da ideia de democracia e descentralização do poder não apenas pelo fato de que novas regiões metropolitanas estão sendo criadas, mas pelo constante aumento nas regiões metropolitanas já instituídas sem critérios técnicos. Em 2010, foram criadas e instituídas 46 Regiões Metropolitanas no Brasil sem critérios técnicos suficientes que demonstrem a interdependência dos entes municipais que as compõem ou demonstrem interesses públicos comuns como sugere a Constituição Federal Brasileira de 1988 (UGALDE et al. 2015), que entendem que:

Se, por um lado, na década de 1970, os critérios técnicos adotados para a delimitação das áreas metropolitanas corresponderam basicamente à continuidade da ocupação do território, o deslocamento e a atividade econômica da população ativa que trabalha em atividades industriais, por outro lado, as transformações sociais e econômicas que ocorreram em todo o mundo nas últimas décadas, com reverberações em como o território está estruturado, se faz necessário revisar os critérios e reestruturação do processo produtivo e as relações entre produção e consumo de produtos e serviços. Consequentemente, as pessoas e os fluxos de mercadoria precisam ser descritos, bem como os padrões de acessibilidade decorrentes destas mudanças na forma como o território está ocupado.

Neste contexto onde as Regiões Metropolitanas não obedecem aos critérios técnicos e sim aos interesses políticos “ uma ocupação mais fragmentada das áreas localizadas entre as cidades pode estar produzindo uma hierarquia espacial” (UGALDE et al. 2015). Exemplo disso é a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSA) instalada pela Lei Complementar nº 14.293, em 2013, a RMSG, que embora constituindo um território não consolidado pelo processo de aglomeração de cidades, e formada pelos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, São Marcos, Nova Pádua, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e Pinto Bandeira forma com a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) um eixo de ocupação de direção norte-sul do Estado do Rio Grande do Sul, com características econômicas muito dinâmicas (Fig.

22). Em 2010 o conjunto dos 13 municípios possuía uma população de 735.276 habitantes, densidade de 163,2 habitantes/km² e taxa de crescimento de 1,7% ano (Fig. 23).

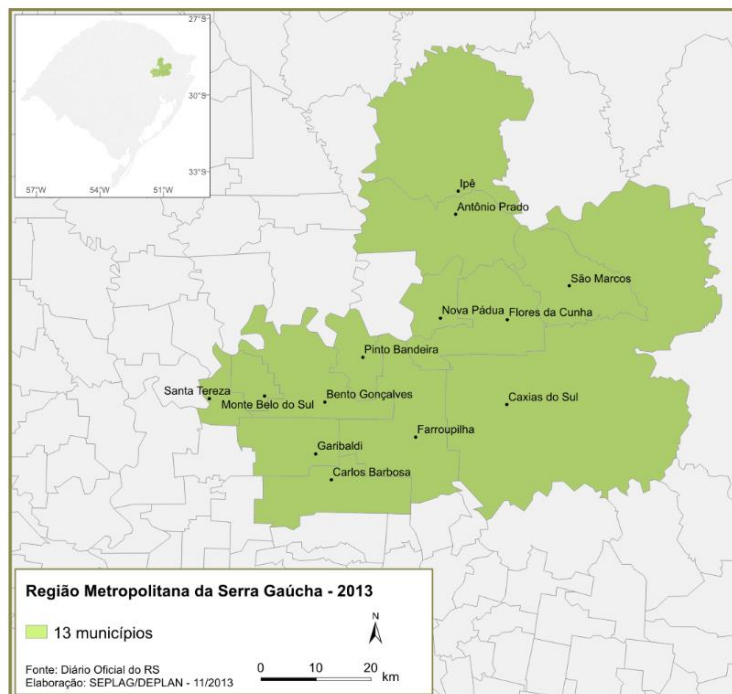


Figura 22. RMSG - Região Metropolitana da Serra Gaúcha, 2013. Fonte: Diário Oficial RS

Um estudo realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2011, intitulado **Perfis Regionais por Região Funcional de Planejamento** (2011) elencou algumas iniciativas para maior desenvolvimento dos municípios que compunham o COREDE Serra (Fig. 22) com destaque para as seguintes:

- a) Aprimoramento Competitivo dos Arranjos Produtivos Locais (APLs); buscando uma maior integração das cadeias produtivas, visando consolidar a competitividade nos mercados nacional e internacional. Entre os segmentos potenciais destacam-se o setores metal-mecânico / automotivo, de móveis e madeira, fruticultura (uva/vinho/maçã) e aves e suínos.
- b) Intensificação de atividades primárias e entre as diversas atividades primárias promissoras da região podem ser destacadas a de frutas de clima temperado, hortigranjeiros, silvicultura, aves e suínos, carnes especiais, vinhos e sucos e alimentos processados.
- c) Ampliação das atividades turísticas como a promoção de segmentos promissores para expansão do turismo, tais como o turismo de lazer, o ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios/eventos/compras e o

4.8 Resultados

4.8.1 Análise da Configuração Espacial do Núcleo Urbano de Santa Tereza

A pesquisa partiu para a análise do núcleo urbano de Santa Tereza (Fig. 25 e 26) a partir da elaboração dos mapas axiais do núcleo urbano do município nos anos de 1900, 1960 e 2005 que mostra a evolução do sistema de conexões do núcleo urbano tombado com municípios como Bento Gonçalves e também o papel que o porto exercia na comunicação com outras regiões do Estado do RS. A análise configuracional proposta é feita através das medidas sintáticas de integração global (R_n); integração local (R_7) e escolha de rotas (Choice).

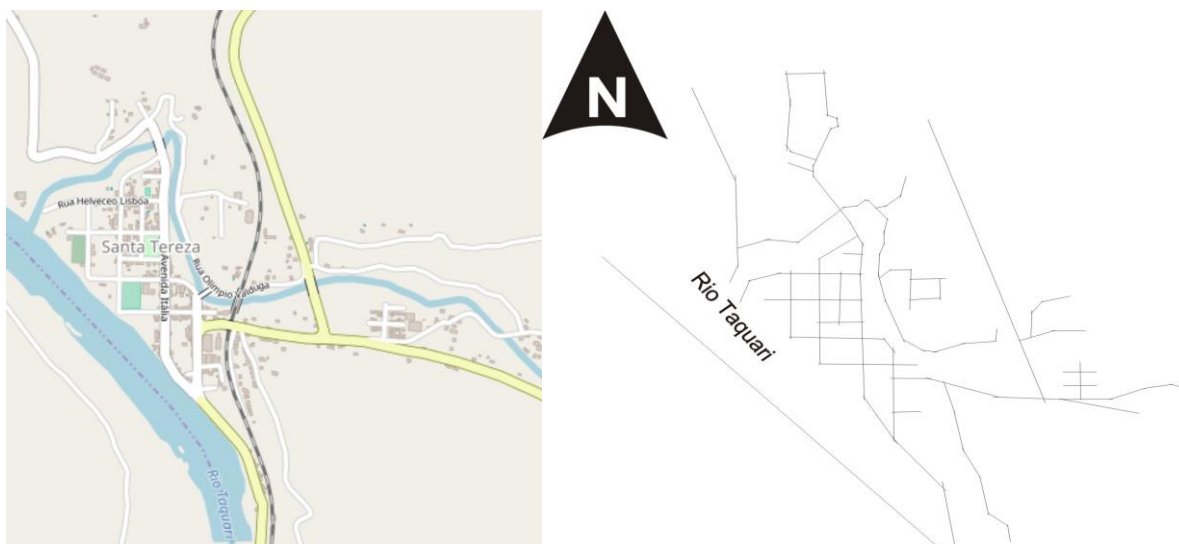


Figura 24 e Figura 25 Mapa de Santa Tereza/RS. Fonte: OpenStreet Maps, 2017; Mapa Axial de Santa Tereza/RS. Fonte: Damazzini, com base no mapa do OpenStreet Maps, 2017.

a) Integração Global (R_n)

Quanto menor for a medida de Integração global, mais assimétrico é o sistema, privilegiando o controle local (Fig. 26,27,28) e tendendo à segregação do sistema espacial.

b) Integração Local (R_7)

A medida de integração local associada a uma medida de restrição relaciona todas as linhas axiais com sete mudanças direção, ou passos de profundidade, em relação a todas as outras: coerência entre padrões globais e locais e escalas (Fig. 29,30,31).

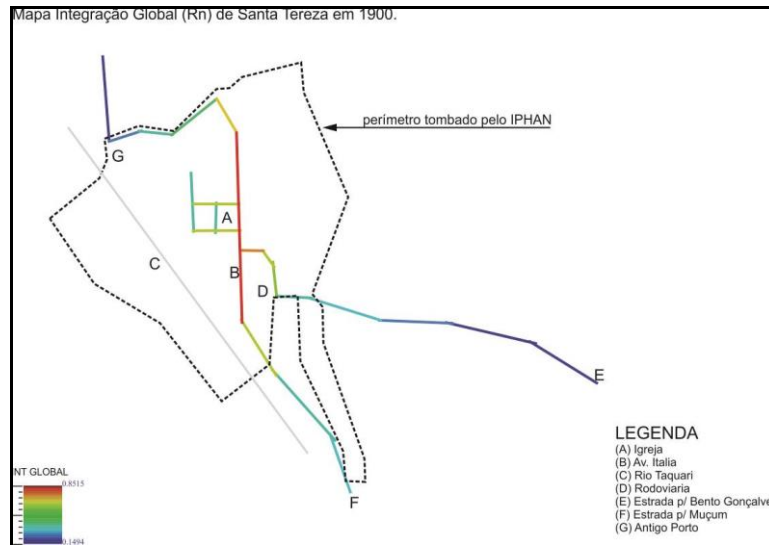


Figura 26 Mapa Integração Global (RN) de Santa Tereza 1900. Fonte: Damazzini, M. 2015.

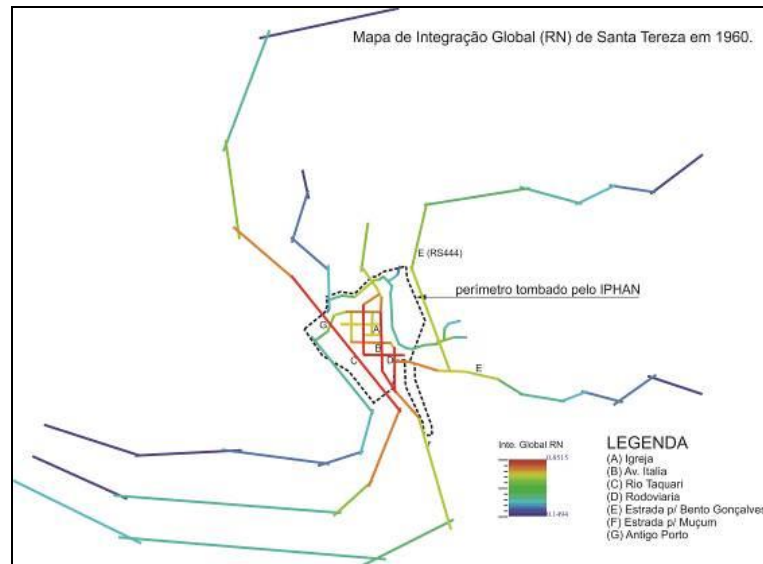


Figura 27 Mapa Integração Global (RN) de Santa Tereza 1960. Fonte: Damazzini, M. 2015.

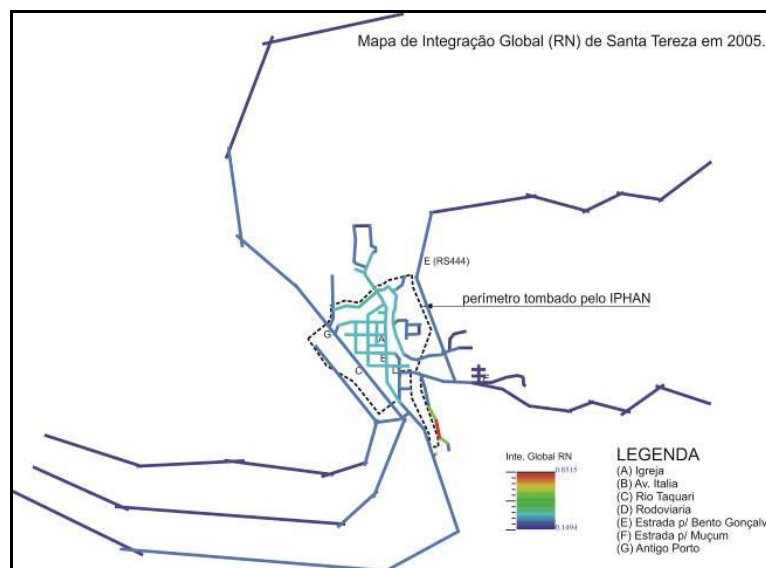


Figura 28. Mapa Integração Global (RN) de Santa Tereza 2005. Fonte: Damazzini, M. 2015.

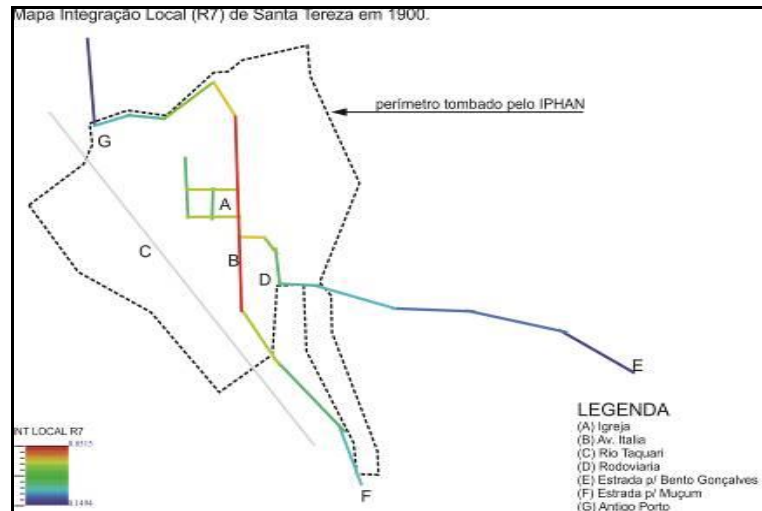


Figura 29. Mapa Integração local (R7) de Santa Tereza 1900. Fonte: Damazzini, M. 2015.

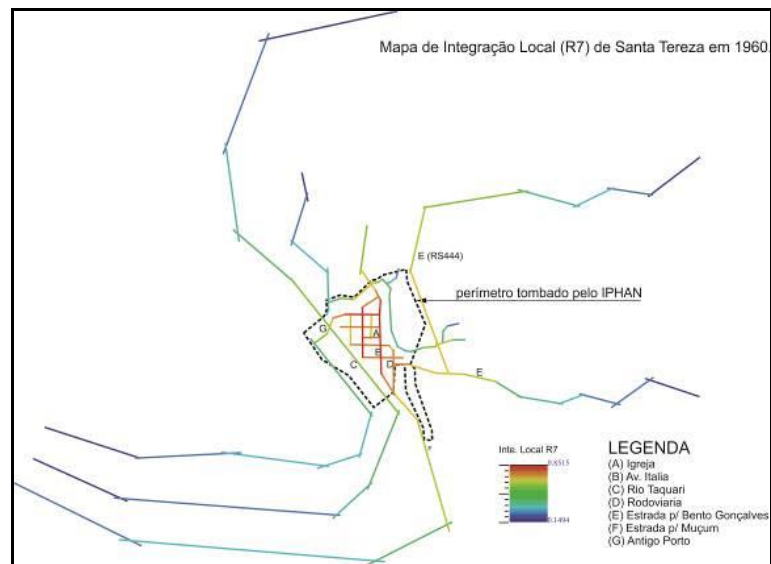


Figura 30 Mapa Integração local (R7) de Santa Tereza 1960. Fonte: Damazzini, M. 2015

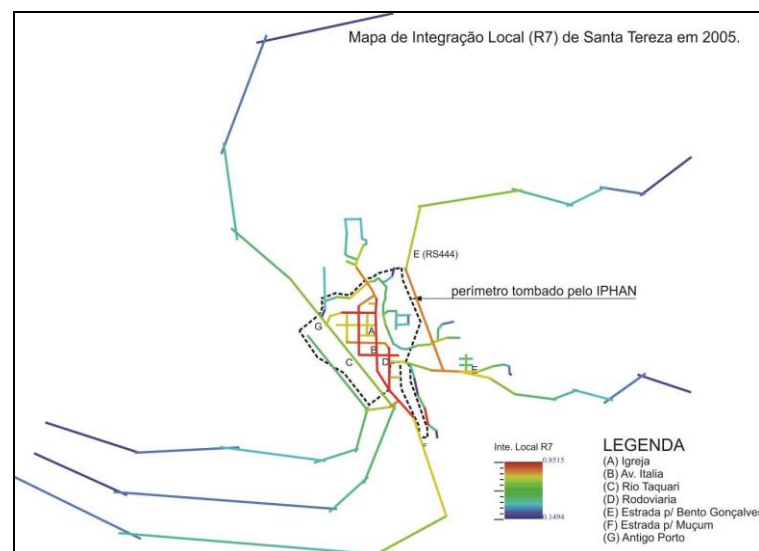


Figura 31 Mapa Integração local (R7) de Santa Tereza 2005. Fonte: Damazzini, M. 2015.

c) **Choice** Global

Medida que identifica os nós com maior probabilidade de uso em deslocamentos de e para todos os lugares do sistema: tipo de anelaridades /centralidades sintáticas (HILLIER,1997), (Fig. 34).

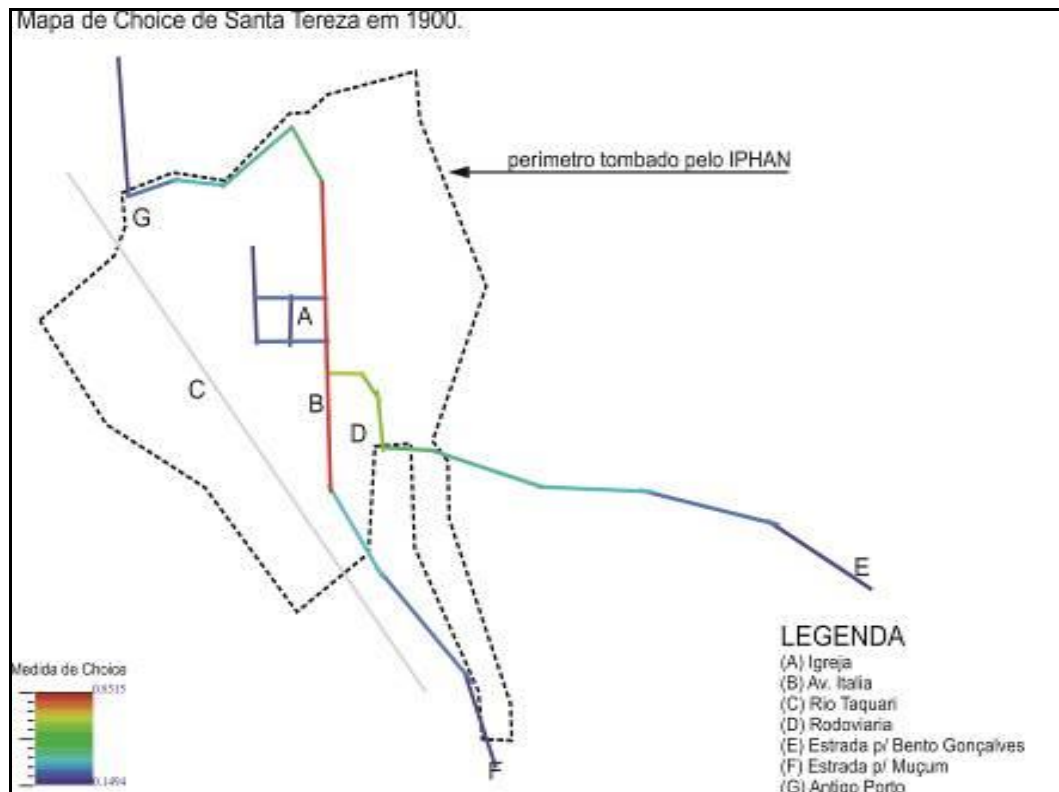


Figura 32. Medida de Choice de Santa Tereza 1900. Fonte: Damazzini, M. 2015

4.8.2 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Recorte 1900

Observando a análise da integração Global (Fig.26) verifica-se que uma única linha (Av. Itália) captura toda a integração global do sistema ignorando o entorno rural, inclusive as primeiras linhas habitadas (Jose Júlio) onde se concentraram, além de colonos italianos, os poloneses. A igreja, que funcionava como uma espécie de cartório no início da colonização da vila, e o eixo formado pela Av. Itália é o ponto topograficamente mais alto, estabelecendo um ponto de verificação visual que contribui para a *orientabilidade* nos caminhos rurais, define esta linha axial como a de maior integração do sistema e mantém a coerência dos

aspectos simbólicos, culturais e institucionais que informam a localização do núcleo urbano e dos serviços utilizados pelos habitantes da zona rural que constituem a maior parte da população da cidade.

Se considerarmos a Integração local R7 (Fig. 29) verifica-se que integração do sistema se dissemina e se eleva, indicando que o sistema é segregado globalmente, ou seja, não se comunica com localidades vizinhas, e comprova que o controle sobre o espaço está na mão do morador e as instituições que organizam a comunidade imigrante do novo país, concentram-se sobre o único eixo que captura a integração local.

A medida de *Choice* (Fig. 34) demonstra que a probabilidade de fluxos sobre grande parte (40%) das linhas do sistema é nula ou insignificante entre 0 e 1, o que demonstra que a organização linear e visível dos equipamentos de uso coletivo comparece como elementos de integração social e cultural entre a vida do núcleo urbano e a vida rural, sendo elemento acionado na reprodução dos comportamentos sociais e das práticas sociais e culturais do imigrante italiano. A avenida Itália é o único eixo de continuidade campo-cidade atestando para os limites difusos entre estes dois ambitos da vida na Colônia e a importância da integração espacial para a reprodução do sistema colonial com controle do estranho (do Controle de Terras).

4.8.3 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Recorte 1960

O cenário desenhado pela análise configuracional para Santa Tereza nos anos de 1960 mostra mais força quando analisamos a integração local (R7). A análise indica a força da malha ortogonal no sistema de circulação regional e aponta claramente o potencial de emergência de uma nova centralidade funcional próxima ao rio, em local com topografia mais favorável a concentração de serviços ligados à atividade portuária como armazéns, depósitos atestando a importância da navegação fluvial no processo de expansão urbana, pautada pelas potencialidades de interfaces exógenas. A anelaridade do sistema aumenta, difundindo integração pelo perímetro imediato da Avenida Itália. Demonstra que a via urbana torna-se independente da vida rural no sentido em que os intercâmbios geram novas dinâmicas de localização das atividades econômicas no núcleo urbano, notando-se aumento na distributividade de controle espacial entre estranhos e moradores. Isto

é, a vila passa a ser espaço do comerciante e do empreendedor, contribuindo para diferenciá-los do agricultor e do mundo rural.

A Rodoviária é instalada no ponto de encontro entre a malha urbana e a nova via de acesso a Bento Gonçalves, pela prevalência de conexão através do Vale dos Vinhedos que suplanta localmente a relação com o território ampliado do Rio Grande do Sul (através do Rio Taquari).

O sistema cresce aproximadamente quatro vezes desde 1900 em número de linhas indicando a multiescalaridade de integração topológica (local e global) isto é, a conexão com outros centros urbanos imprime peculiaridades à forma como o núcleo urbano se desenvolve, já que o porto não é mais a única forma de ligação com o restante do Estado, outros atratores podem ser identificados tal como incorporados ao processo de expansão urbana. Nota-se também que emerge uma hierarquia de acessibilidade rural-urbano que estabelece um âmbito de difusão espacial das atividades propriamente urbanas que tendem a se interpor ao espaço antes rural, onde se localizam moinhos, atividades de beneficiamento e outras.

4.8.4 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Recorte 2005

A análise configuracional do núcleo urbano de Santa Tereza em 2005 demonstra e ratifica a segregação total do sistema em relação à estrada que o conecta a Bento Gonçalves, indicando que o núcleo urbano continua tendo força expressiva localmente e endogenamente. A anelaridade do sistema do núcleo urbano, que concentra integração num perímetro limitado indica que o sistema é segregado globalmente (em relação à região) e que o controle sobre o espaço continua na mão do morador. Esta segregação do núcleo urbano em relação à região se manifesta, principalmente, pelo fato de que o sistema rural do município é profundo onde o morador tem controle do espaço, ou seja, o estranho tem dificuldades de “ler” o espaço.

A estagnação do processo de expansão urbana se faz sentir na manutenção do perímetro de maior integração, informando tendência à integração exógena do sistema do qual irradiam linhas bastante segregadas correspondentes ao sistema linha-travessão que não é modificado nem pelo processo de expansão urbana e nem pela conexão a outros núcleos urbanos da rede microrregional.

Pode-se concluir que houve aumento da medida de integração global na evolução histórica do núcleo urbano, tendendo este a expandir e ampliar o potencial de difusão de integração previsto para grelhas ortogonais, modelo corrente de urbanização de colônias desde a antiguidade que foi aplicado também aos núcleos urbanos da colonização italiana (BRAGA, 2013).

4.8.5 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Correlações: Inteligibilidade X Sinergia

A primeira correlação que pode ser estabelecida é a **Inteligibilidade** (Fig. 33) que é a correlação entre Integração Global (Rn) e Conectividade (local), ela sugere o potencial de encontro e movimento dos lugares e também o potencial de apreensão do sistema como um todo a partir de determinado ponto (capacidade de orientação e domínio), ilustrando a noção de comunidade virtual (construção da estrutura espacial que determina como se dá a interface entre os grupos – moradores e estranhos - num lugar).

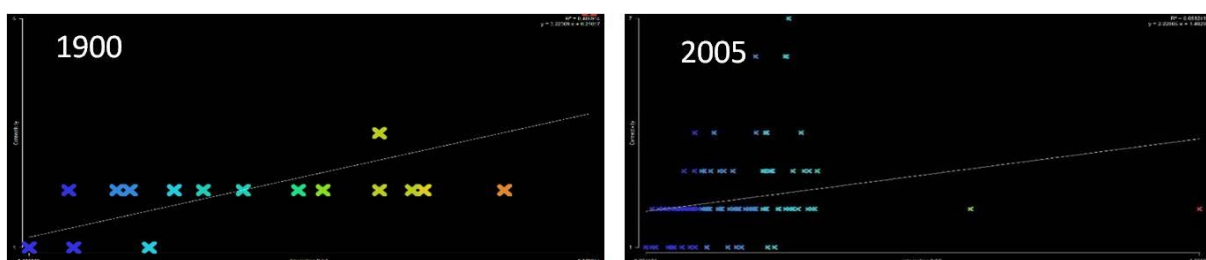


Figura 33. Inteligibilidade Santa Tereza. 1900 e 2005. Fonte: Damazzini, M. 2015.

Pode-se dizer que a inteligibilidade do sistema é baixa, principalmente devido à diferença nos padrões espaciais do espaço urbano e do rural, que opõem modelos diametralmente opostos quanto à geometria da malha e organização da integração decorrendo em lógicas antitéticas na produção do espaço: a malha ortogonal e a espinha de peixe, que são reforçadas pela baixa compacidade do sistema espacial e pela topografia do terreno onde o núcleo urbano é assentado. Esta medida também revela a falta de limites claros entre rural e urbano contribuindo para a baixa inteligibilidade (orientação) no sistema espacial.

A inteligibilidade (Fig. 33) confirma que sistema de integração e das ligações com o entorno e o território da região desloca a integração para fora do núcleo urbano, o que comprova que este está desconectado da zona rural desde o início da formação do município. Demonstra que o sistema de articulação regional tende ao

modelo de roda deformada tendo o núcleo urbano no centro, o que denota a força centrípeta do núcleo. Em relação ao núcleo urbano especificamente, apesar da medida de integração global diminuir (R_n máx.), há a maior e melhor distributividade de integração nas linhas que compõe a parte urbana do sistema, colaborando ainda mais com a ideia de enclave que a vila possuía nos anos de 1900. O que demonstra que o sistema se torna cada vez mais profundo, onde o controle do espaço está com os habitantes locais. A integração mais alta se dá ainda sobre o eixo principal do sistema (Av. Itália) e sobre a linha onde se localiza a rodoviária e em direção as vias de chegada e saída da cidade, tanto na direção de Bento Gonçalves (RS444) quanto para a cidade Muçum demonstra a importância da ligação terrestre com a região para o desenvolvimento e integração econômica do núcleo urbano em suas relações inter-regionais (Fig.34).

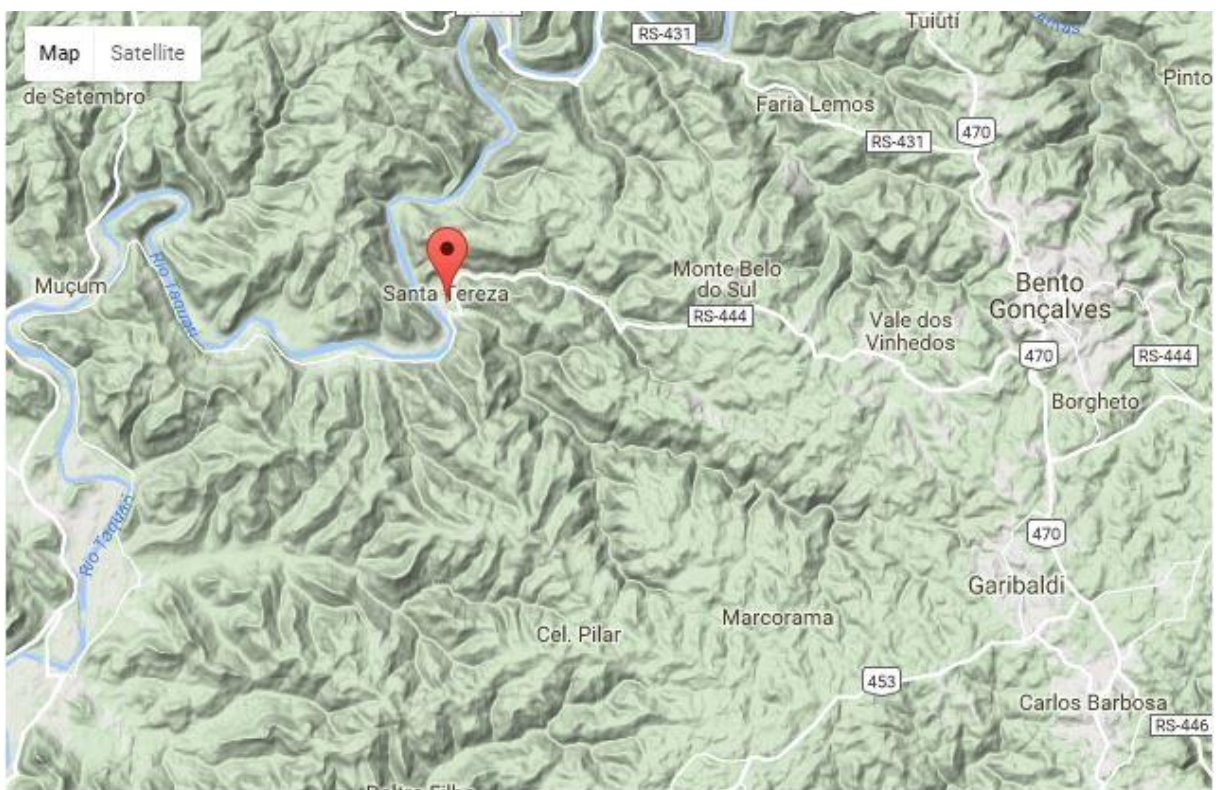


Figura 34. Mapa satélite de Santa Tereza e municípios contíguos. Fonte: ©Google Earth.

Da mesma forma a sinergia (integração global x integração local R_7), concentração de linhas com valores baixos de integração afastando-se da linha de tendência (Fig. 35) mostra a alta segregação do sistema e, por seu tamanho reduzido, a coerência entre integração global e local pode ser verificada, sendo uma

correlação robusta que se mantém ao longo da evolução do sistema, que preserva sua lógica ao longo do tempo.

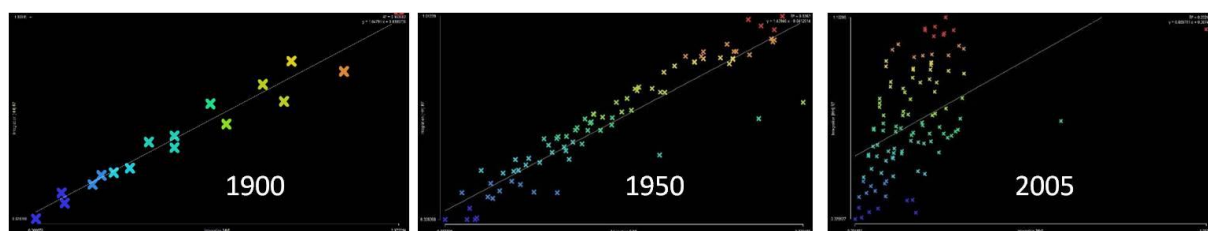


Figura 35. Sinergia. Fonte: Damazzini, M. 2015.

4.8.6 Análise Configuracional do Núcleo Urbano de Santa Tereza: Conclusões

A Análise se detém sobre como e porque formas diferentes de reprodução social materializam-se em diferentes organizações espaciais. Segundo PEPONIS (1989) “padrões de ruas constituem padrões de copresença não intencionais, mas sistemáticos, como recurso social e não são neutros, são mediadores de estruturas sociais e discursivas”, a partir de uma medida de Integração, cuja estrutura, matematicamente, define um **sistema**.

O núcleo urbano, cuja estagnação econômica possibilitou a preservação do patrimônio arquitetônico, não ocorrendo expansão do seu perímetro em mais de trinta anos, com baixa substituição do estoque construído é então tombado segundo as diretrizes para Preservação da Paisagem Cultural do IPHAN (2009). O perímetro de tombamento secciona a continuidade urbano-rural característica do processo de colonização em minifúndios, e desta maneira, o recorte que toma as linhas de relevo que consolidam os visuais sobre a paisagem urbana, encravada no Vale do Taquari, descarta as possibilidades de transformações mais significativas na organização do espaço rural, responsável pela produtividade econômica do município e sua dinâmica de transformações. Cabe indagar se o instrumento é eficiente na preservação da organização espacial das relações produtivas e sociais que caracterizam a paisagem cultural do município e o contínuo urbano - rural.

Assim, é possível estabelecer uma análise qualitativa das diferenças nas lógicas de produção e apropriação social do espaço urbano e rural e interpretar significados das práticas cotidianas e organização do sistema produtivo da localidade e a insularidade de Santa Tereza nos processos de reestruturação produtiva que ocorrem na região da Serra Gaúcha.

Na fala de BOURDIEU (2005) a *vida social* assim como os códigos culturais que funcionam como variáveis independentes na emergência de padrões espaciais e organização da vida espacial, disposição de usos do solo relacionados às formas de apropriação social do espaço e às expectativas de encontro entre categorias sociais ou ainda ao *habitus* demonstram que a organização da ocupação do território rural, que segundo os autores citados na contextualização tendiam a concentrar sobre mesma linha famílias extensas e de mesma origem (aldeia, região da Itália) dando conta da importância da solidariedade espacial na manutenção de vínculos transpaciais num primeiro momento da colonização onde estranhos eram todos os outros, mesmo de origem semelhante; o núcleo urbano funcionava como uma “ponte” entre as comunidades rurais integrando e acolhendo a todos a partir de códigos culturais e religiosos que transcendiam a etnicidade local dos diferentes grupos - inclusive linguísticos - acolhidos sob o rótulo de italianos.

Portanto a fórmula de contraste segregação (de vizinhanças rurais) e integração da comunidade ampliada no núcleo urbano, funcionam para a reprodução de hábitos cotidianos e consolidam a noção de aldeia europeia transposta para o território da colonização, contribuindo para fortalecer a base para a formação de uma paisagem cultural da imigração italiana no Brasil.

Destaca-se que os padrões espaciais diferentes - malha urbana ortogonal e parcelamento rural em espinha de peixe tem correspondência nos *habitus*, práticas e comportamentos coletivos identificados com a preponderância da solidariedade espacial (campo) e transpacial (vila), entre vizinhos no meio rural. Isto leva à segregação e formação de aglomerados (clusters) segundo o grupo étnico ou cidade / região de origem dos imigrantes ao longo das **linhas e travessões**.

No núcleo urbano como local de reunião e manifestação coletiva entende-se que a malha xadrez tenha sido a forma adotada para o projeto básico das vilas, no qual estranhos e moradores tem mesmo potencial de controle espacial. As vilas foram implantadas com o objetivo de integrar a população rural que, nas suas escolhas, tendem a privilegiar relações de vizinhança. No entanto, na cidade ou vila, reiteram a noção de comunidade à qual o isolamento não parece transformar a vida cotidiana, mas ser condição para reproduzi-la.

O conjunto edificado de Santa Tereza diferenciando-se tecnicamente dos demais conjuntos arquitetônicos da região de colonização italiana, sobretudo no

emprego de materiais - em lugar da tábua de topo estruturada sobre porão de pedra, com até 4 andares, tem-se a alvenaria de tijolos rebocada, o que demonstra que até os anos 1950, seus moradores tinham condições financeiras favoráveis devido à função portuária que tornava a vila, um polo regional de intercâmbios e serviços. A arquitetura popular ali praticada incorpora elementos formais e volumétricos que remetem à arquitetura do séc. XIX na região do Vêneto (Fig. 36 e 37), cujas imagens aqui trazidas em fotografias trazem uma visualização das semelhanças encontradas.

A interpretação de paisagem cultural como patrimônio coletivo retrospectiva e perspectivamente (DE PRADO, 2011) cujos significados conferidos pela apropriação social do espaço, justificam a preservação do núcleo urbano de Santa Tereza. Este se mantém como testemunho do sistema de integração regional que permitiu a instalação das colônias de imigrantes ao longo das rotas fluviais navegáveis. Último porto natural no curso do rio Taquari, a Vila de Santa Tereza captava os intercâmbios entre a região da Serra e a capital do Estado do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, tornando-se até os anos 1950 polo de serviços e comércio regional. O ocaso da navegação fluvial na região, substituído na década de 1970 por uma rede rodoviária nacional está relacionada ao isolamento a que fica relegada a vila.



Figura 36. Arquitetura italiana, Belluno, Região do Veneto, Itália. Fonte: Damazzini, M, 2013.

As funções sociais do núcleo urbano retomam a escala local, funcionando como centro da vida social e religiosa da população eminentemente rural do

município. Sua função integradora e preservadora das tradições religiosas da comunidade de descendentes de imigrantes católicos, tanto italianos como poloneses, bem como de reprodução de suas práticas cotidianas revelam que o instrumento de preservação da paisagem cultural tem potencial para integrar “porções peculiares do território nacional representativas do processo de interação do homem com o meio natural, às quais a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (DE PRADO, 2011, p. 127). E, sobretudo, preservar testemunhos do sucesso das estratégias políticas de ocupação do território e integração cultural através da difusão espacial das tradições católicas, que se sobrepõem à diversidade étnica dos grupos de imigrantes.



Fontes "selos": Veneza

Figura 37. Exemplos da arquitetura popular em Santa Tereza / RS (Damazzini.M). Selos são referencias extraídas na região do Veneto.

4.8.7 Análise da Escala Microrregional

Como forma de reforçar as análises feitas sobre o estudo de caso, utilizam-se nesta pesquisa a Teoria do Lugares Centrais de Walter Christaller e os métodos e

ferramentas da Sintaxe Espacial para descrever e analisar a evolução dos padrões de integração espacial do município de Santa Tereza em duas escalas, a escala Local e a escala microrregional.

Para Christaller (1966), todo percurso tem tendência a ser retilíneo (espaços isotrópicos) na união de centros de mesma ordem para, assim servir no maior número de lugares intermediários entre estes centros, e as vias de tráfego impõe uma rotação no sistema geral de forma que a ligação de dois centros de ordem maior sirva os de ordem inferior. Desta forma, a análise feita no estudo de caso, Santa Tereza, através da Teoria de Christaller com a aplicação da ferramenta SIG é o de verificar se através deste processo a estagnação socioespacial pode ser comprovada. Nesta etapa a pesquisa se apoia nos métodos da Teoria dos Lugares Centrais para descrever e analisar a evolução dos padrões de integração espacial do município de Santa Tereza na escala microrregional.

Os resultados desta análise estão expressos nas figuras 38 e 39 e demonstrados através dos *buffers* com dois tamanhos de raios, 10 e 20 km. Estes raios foram escolhidos por serem as distâncias rodoviárias medias entre a rede de cidades recortadas neste estudo e mantém relação de proporção com o parcelamento do solo rural. Analisando as imagens simuladas no SIG podemos perceber que a cidade de Santa Tereza está à margem Oeste da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), porem próxima à área de maior aglomeração urbana.

Desta maneira pode-se pensar que Santa Tereza, faz parte ativa da aglomeração de municípios, pois os *buffers* com raio de 10km se interceptam aproximadamente na metade da distância rodoviária entre Santa Tereza e Bento Gonçalves. Neste ponto de intersecção localiza-se a cidade de Monte Belo do Sul, outro antigo distrito de Bento Gonçalves, com uma integração socioespacial mais efetiva com o restante da RMSG, em virtude do município fazer parte de um dos roteiros turísticos da Serra Gaúcha mais conhecidos, o Vale dos Vinhedos.

Com Santa Tereza isto não acontece, considerando o raio de 10 km do *buffer*, em amarelo, a sua interação se dá apenas com Monte Belo do Sul, município que também não possui desenvolvimento significativo e, por consequência não exerce atração sobre Santa Tereza, o que corrobora a ideia de segregação espacial e autonomia na vida das localidades com baixa probabilidade de interações.

Analisando, através da quantidade de intersecções que Santa Tereza apresenta no *buffer*, considerando a imagem da figura 40, é possível interpretar que a cidade deveria pertencer à região do Vale do Taquari, tangente à RMSG. Mas novamente percebemos que Santa Tereza não se integra a esta segunda região, mesmo tendo ligações passadas com cidades como Lajeado, devido à navegação do Rio Taquari.

Ocorre que hoje o rio não é mais navegável e o acesso às cidades do Vale do Taquari se dão por rodovias em más condições de trafegabilidade e de chão batido onde o escoamento de produtos e mercadorias muitas vezes fica inviabilizado, o que também influencia na segregação de Santa Tereza.

Partindo do exemplo da figura 42, o recorte foi reduzido para apenas três cidades, sendo uma Santa Tereza, e as demais são as duas maiores cidades da Serra: Bento Gonçalves, polo vitivinícola e moveleiro, e Caxias do Sul, maior cidade da região maior polo metalomecânico do Rio Grande do Sul e do Brasil.

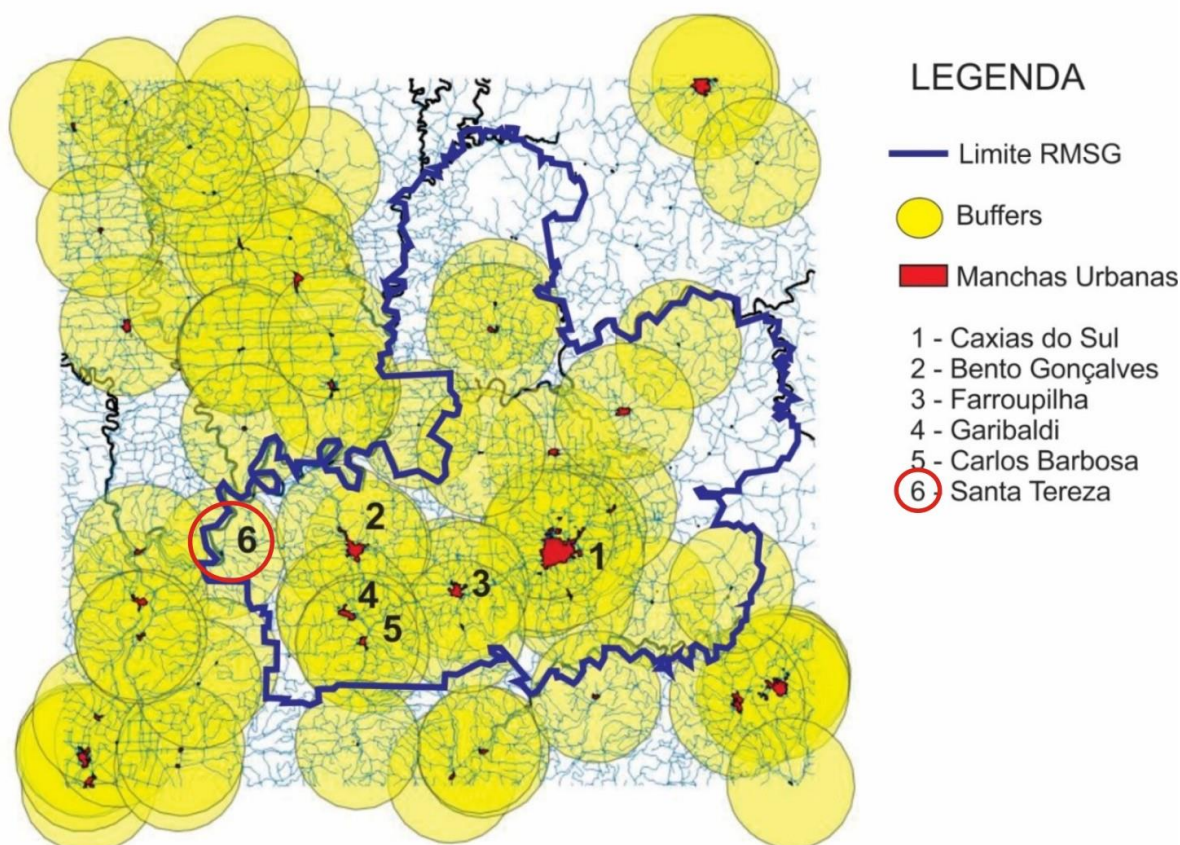


Figura 38. Buffer dos Centroides das Malhas Urbanas da RMSG, raio: 10km. Fonte: o autor (2017).

Neste segundo recorte realizado foi simulado um *buffer* com raio de 20 km, distancia media entre Bento Gonçalves e Caxias do Sul e que tem intersecção em

Farroupilha, que liga Bento Gonçalves a Caxias do Sul pela BR 453. Sobre este recorte foi simulada a rede proposta na teoria de Christaller, na tentativa de encontrar alguma integração entre a cidade de Santa Tereza e as duas principais cidades da Serra Gaúcha.

Porém, nesta simulação também não houve uma integração da cidade de Santa Tereza com Bento Gonçalves e conseqüentemente com Caxias do Sul: o fenômeno da segregação visto na simulação com o todo da RMSG continua presente mesmo Santa Tereza estando em dos vértices e formando uma pequena rede com Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa, Farroupilha e Caxias do Sul.

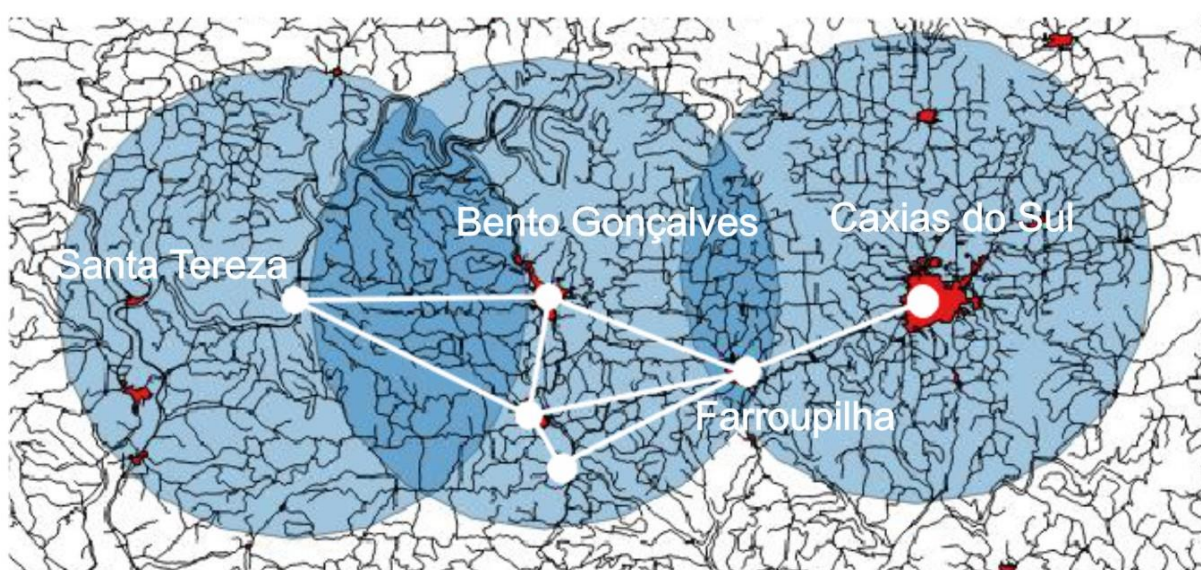


Figura 39. Buffer dos Centroides das Malhas Urbanas de Santa Tereza, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, raio: 20km. Padrão hexagonal de rede de cidades segundo Christaller. Fonte: o autor (2017)

Pode-se ainda analisar os círculos de abrangência produzidos pelo *buffer* de 20km e será percebido que o raio produzido pela malha urbana de Bento Gonçalves não atinge a malha urbana de Santa Tereza confirmando a segregação espacial.

Tomando como base Santa Tereza, o *buffer* de 20 km tangencia parte da malha urbana de Bento Gonçalves, mas segundo a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, a influência é exercida pelo centro maior, o que neste caso não ocorre, já que os centros maiores são Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Esta situação verificada aumenta ainda mais os argumentos que comprovam a segregação de Santa Tereza levantados na hipótese desta pesquisa (Fig. 39).

4.9 Análise Configuracional Microrregional.

A pesquisa parte em um terceiro momento para a análise da microrregião de Caxias do Sul onde se insere Santa Tereza. A análise também será feita através da Sintaxe Espacial (HILLER&HANSON, 1984) para realizar a análise configuracional do sistema microrregional.

a) Integração Angular (Rn): Análise global do recorte regional.

O núcleo de integração se expande por um triângulo formado entre Bento, Farroupilha e Garibaldi, sendo que Farroupilha e Garibaldi difundem sobre a malha urbana as medidas de integração mais altas. Bento Gonçalves está num percentil de integrações mais baixas, porém ainda dentro dos valores mais altos da medida (20%).

Santa Tereza e Pinto Bandeira, antigos distritos de Bento Gonçalves estão localizados em trechos do sistema rodoviário de mais baixa integração (1.17 e 0.97), ilustrando que o potencial de movimento maior se dá entre as cidades de Garibaldi, Carlos, Barbosa e Farroupilha e Bento Gonçalves. Esta verificação aponta que se estabelece um triângulo onde o potencial de interações entre estes municípios é maior, portanto há uma área em que a integração mais alta e distributiva da rede indica que Farroupilha e Garibaldi são os centros de maior acessibilidade na rede microrregional concentrando a maior parte da atividade industrial do COREDE da Serra: Estes dois municípios tem em suas sedes indústrias de grande porte que contribuem fortemente na dinâmica econômica não só destas cidades, mas em níveis regionais, estaduais, nacional e internacionais. Farroupilha é sede da Grendene, grande fabricante de calçados, e Garibaldi, assim com Farroupilha tem filiais da Tramontina, grande empresa metalúrgica, com sede em Carlos Barbosa (Fig. 40).

Os Circuitos Turísticos da região contidos no recorte espacial proposto, Caminhos de Pedra, Vale dos Vinhedos e Estrada do Sabor são circuitos turísticos que contribuíram para o desenvolvimento local baseado em estratégias ligadas ao retorno da agricultura familiar da viticultura e da gastronomia, diversificando as atividades produtivas e efetivamente contribuindo para a geração de novas tendências de desenvolvimento já consolidadas.

Todos os três circuitos estabelecidos estão inseridos nas áreas de maior integração ao longo de segmentos com maior acessibilidade relativa regional,

portanto dentro da zona em que a centralidade por proximidade que dá uma boa previsão de que estes circuitos são destinos altamente desejáveis na rede de Santa Tereza.

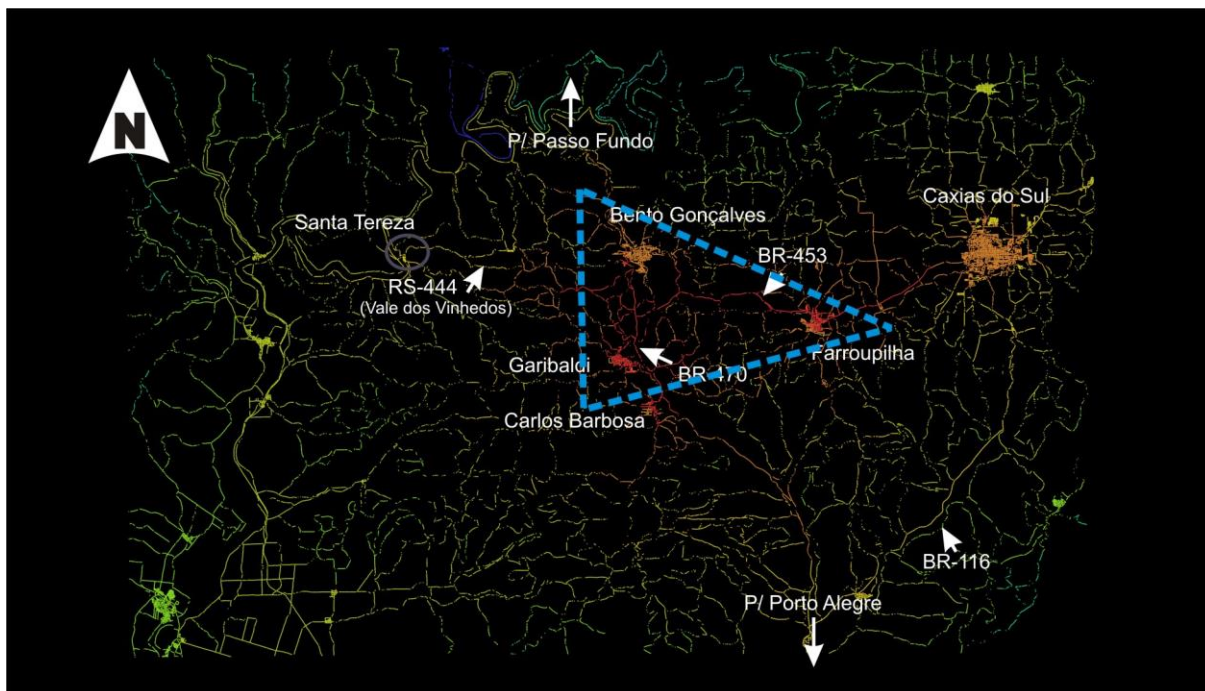


Figura 40. Integração Global Angular. Processado por Damazzini, M. utilizando o software Depthmap (Varoudis, 2013).

Como a especificidade da produção de Pinto Bandeira (espumantes premiados) e Santa Tereza (paisagem cultural) apresentam desenvolvimento local à especialidade dos atratores e ao potencial de movimento na rede microrregional e como a estrutura dos circuitos turísticos vem desenvolvendo a associação entre rotas enogastronômicas que podem ser consideradas parte fundamental do patrimônio cultural da imigração italiana, Santa Tereza, apesar da tombada como paisagem cultural, possui baixo poder de atratividade, tornando-se, assim, destino secundário.

Entre estes roteiros de alta e baixa atratividade encontram-se outros dois: a Rota das Cantinas Históricas e o Vale do Rio das Antas. Os dois pertencentes à Bento Gonçalves e inseridos nos distritos de Faria Lemos e Tuiutí respectivamente. Ambos apresentam integração baixa talvez por ainda não estarem consolidados e assim estes roteiros ainda não possuem a mesma atratividade, como por exemplo, do Vale dos Vinhedos.

b) Integração Angular Local - R50.

Pelo recorte estabelecido a integração angular segmentada com *R50step*, isto é, ponderada pela profundidade do sistema destaca-se a cidade de Caxias como o nó da rede viária mais integrado localmente. Isto porque sua malha urbana (ortogonal) tem segmentos mais longos que as outras. Fato interessante é que a medida, apesar de nada acrescentar sobre a rede rodoviária microrregional depreende a hierarquia entre os núcleos urbanos, o que justifica Caxias do Sul ser o polo da Região Metropolitana da Serra Gaúcha e considerada pelo IBGE (2007) como Capital Regional.

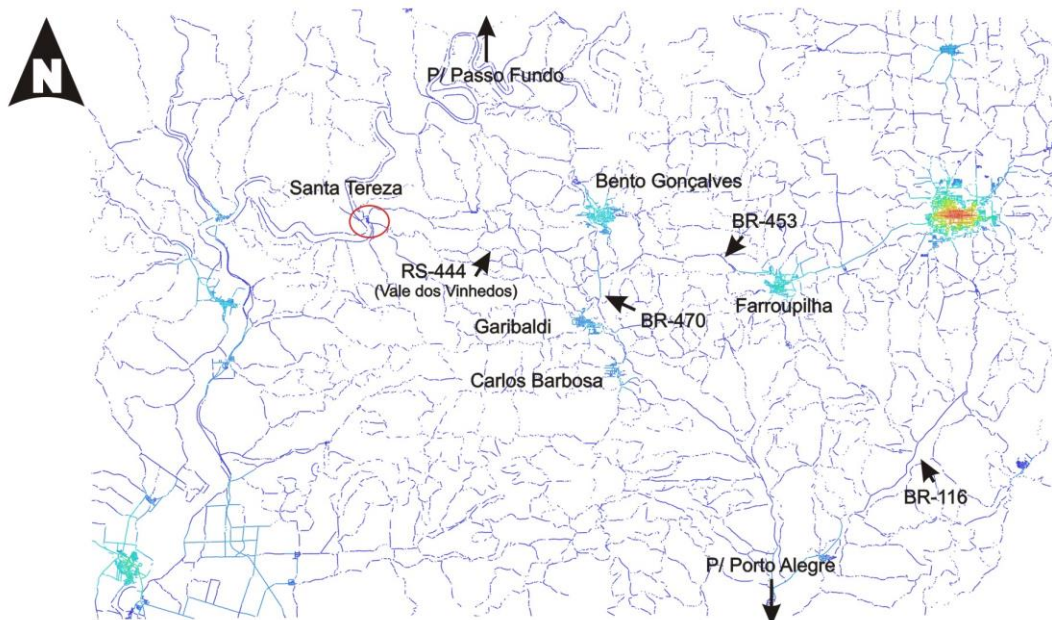


Figura 41. Integração Segmentada R50step, processado com Depthmap (Varoudis, 2013).

A hierarquia de centralidade por proximidade topológica da rede microrregional composta por Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Garibaldi, também é coerente com o tamanho populacional e a intensidade das atividades produtivas relacionadas à indústria local (Fig. 41).

c) Escolha por rotas – Choice Angular Global.

Na modelagem proposta, a medida de *choice global* depreende (centralidade por intermediação), os locais com maior probabilidade de fluxos através da rede rodoviária. No recorte proposto, a estrada com maior probabilidade de fluxos, portanto o centro por intermediação da rede microrregional é o trecho que conecta a

rodovia BR 470 (Porto Alegre – Passo Fundo) e o trecho da BR 453 entre as cidades de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, passando pela cidade de Farroupilha. O trecho entre esta cidade e Caxias do Sul o de maior probabilidade de fluxos microrregionais, também em função do trecho ser responsável pela ligação de microrregião com via BR 116 e destas com o restante do país. Já o sistema rodoviário estadual aparece com menores probabilidades de fluxos conectando a região ao litoral BR 453 (Estrada Rota do Sol) e ao centro do estado. O sistema rodoviário também liga a região a BR386, conhecida como Estrada da Produção através do Vale do Taquari e deste com a região das Missões ao norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Focando apenas na região de Bento Gonçalves que fora sede dos hoje municípios de Monte Belo do Sul e Santa Tereza, a rodovia RS 444 é destacada pela medida de Choice o que corrobora a importância do porto fluvial que existia em Santa Tereza, nos anos de 1950, para desenvolvimento do município de Bento Gonçalves. Importante também destacar que o Vale dos Vinhedos está incorporado como uma centralidade nesta rota Bento Gonçalves - Santa Tereza. O que é coerente com seu desenvolvimento e com a consolidação como polo turístico enogastronômico de nível nacional (Fig. 42).

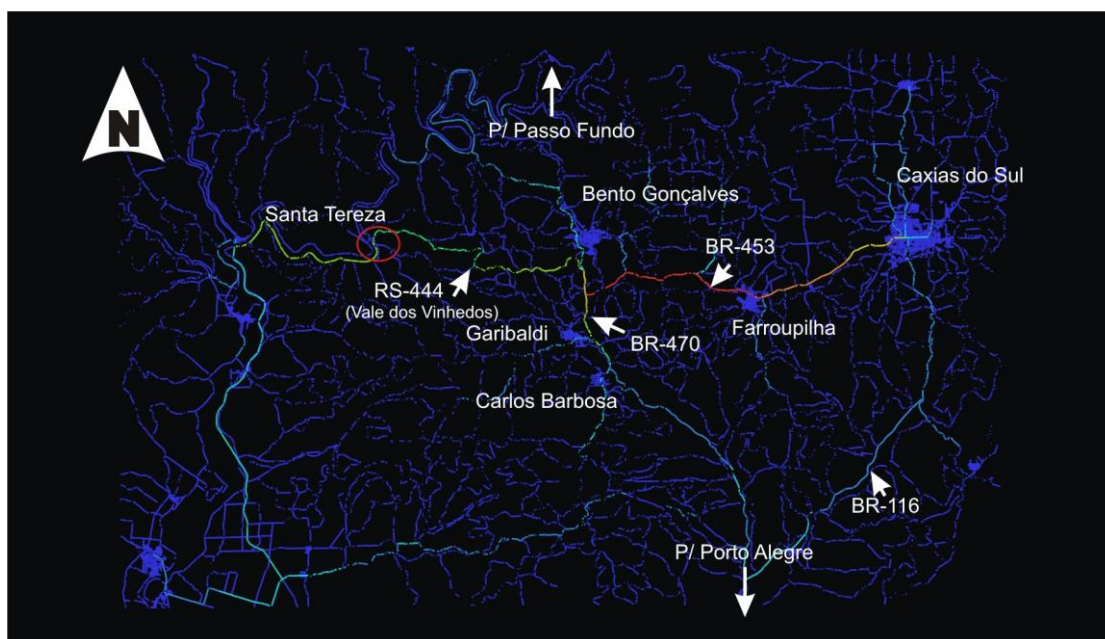


Figura 42. Choice, processado com Depthmap (Varoudis, 2013).

É importante destacar, aqui, no entanto, a descontinuidade de probabilidade de fluxos entre Bento Gonçalves e Santa Tereza, demonstrando duas centralidades

hierárquicas: uma que engloba o trecho Santa Tereza – Monte Belo do Sul e a outra o trecho do Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves e que demonstra que as interações entre Santa Tereza e Monte Belo são potencialmente mais intensas que entre Monte Belo e Bento Gonçalves e Santa Tereza e Bento Gonçalves comprovando que a hierarquia de centralidades não é encampada pela probabilidade de fluxos.

Na abordagem regional, embora a formação dos núcleos urbanos, historicamente seja de ocupações isoladas, a estrutura espacial da microrregião de Caxias do Sul mostra um grau de dependência dos núcleos urbanos em relação ao todo nas relações socioeconômicas contemporâneas que se evidencia em três rodovias que cortam o recorte proposto, BR-453, BR-470 e RS-444 que chamam atenção devido aos seus maiores valores de escolha de rotas (choice) (Fig. 42).

O alto grau de acessibilidade ou integração visualizado na BR-453, por exemplo, pode ser explicado pela proximidade topológica e geométrica das cidades de Farroupilha e Bento Gonçalves e pela alta conexão com a rede urbana de Caxias do Sul. Em Farroupilha o fato de a Rodovia BR-453 ser uma parte real do tecido urbano, reforça sua importância e autonomia na aglomeração, diferente de Bento Gonçalves que apesar de ser cortada pela BR-470 não a incorpora à sua malha urbana. Garibaldi e Carlos Barbosa acabaram por não estar tão integrados a todo o sistema, em parte devido à sua posição que tangencia a BR-470, fazendo com que Carlos Barbosa e Garibaldi percam importância a escala global considerando suas centralidades internas. Parte dessa segregação espacial tem a ver com estradas cruzando redes de rua, o que parece ser o caso dessas cidades (UGLADE et al., 2015).

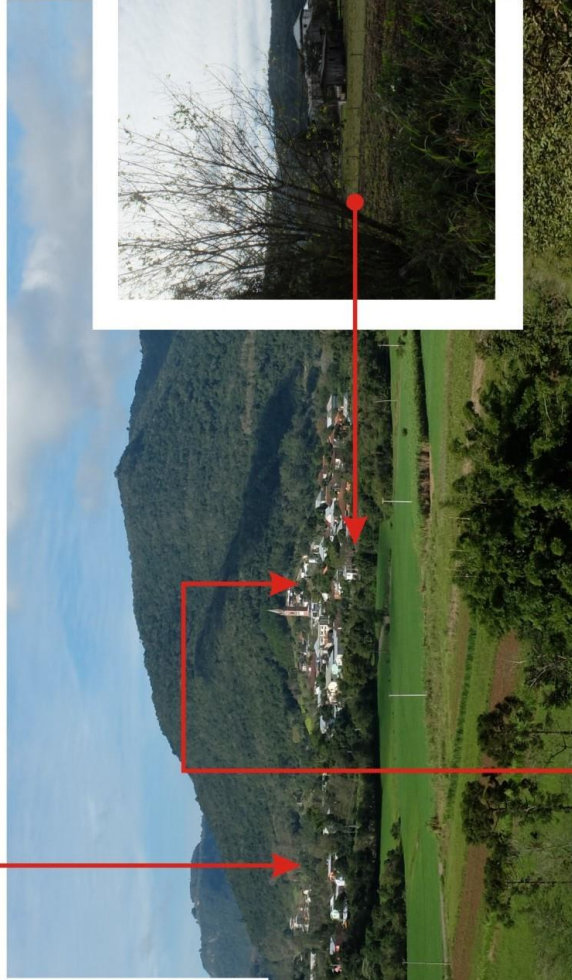
No caso de Santa Tereza, fica clara a maior segregação espacial da cidade, pois além da distância topológica das duas rodovias de maior acessibilidade do recorte regional proposto, BR-470 e BR-453, e mesmo sendo ligada a estas rodovias pela RS-444, estrada tomada como rota turística Vale dos Vinhedos, não existe uma integração da cidade com estes polos, visto que o grau de integração da RS-444 perde força ao longo da rodovia, no sentido Bento Gonçalves – Santa Tereza.

Após feitas as análises do território aplicando-se as teorias e as metodologias propostas ao longo do trabalho são apresentados os resultados encontrados.

Sobre a escala local, a análise feita através da evolução urbana da cidade de Santa Tereza, nos três períodos selecionados, (1900, 1960 e 2005) é possível afirmar que o núcleo urbano tombado não mudou sua centralidade no sistema local, tendo como ponto de maior destaque a Av. Itália, que corta todo o núcleo e que conecta o principal ponto da cidade, a praça da igreja à via RS-444 principal acesso a cidade. Essa verificação fortalece a ideia de que o controle do local está com o morador e exemplo disso pode ser verificado in loco, é que a presença de estranhos não é bem-vinda e que “as portas se fecham” quando se chega ao núcleo urbano da cidade. No contexto microrregional percebe-se que todo o núcleo urbano está segregado da microrregião provocando o seu isolamento espacial.

Este tipo de isolamento não é uma constante em cidades pequenas, porque em muitos casos estas cidades pequenas formam uma rede junto às cidades medias e grandes e atendem a demandas que cidades maiores não conseguem atender. Muitas destas cidades pequenas são produtoras de serviços e produtos globais através de empresas que atendem não só as regiões que se inserem, mas também locais fora do país. Neste caso isso não se verifica, pois, a cidade de Santa Tereza não participa do processo de reestruturação econômica. No entanto este tipo de funcionamento não pressupõe, mas não concretiza o empobrecimento esperado ou subdesenvolvimento local. Isso confere a cidade desenvolvimento local que para

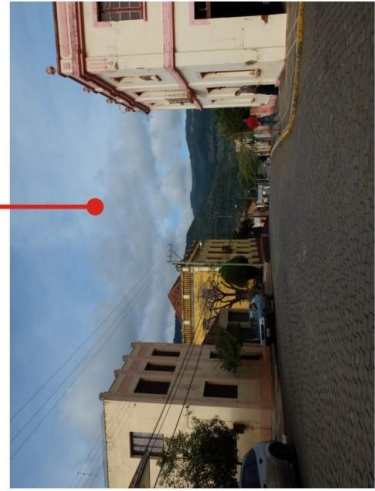
Rural_Fora do Núcleo Tombado



Rururbano_Inserido no Núcleo Tombado



Rural e Urbano_se sobrepõem



Urbano_Inserido no Núcleo Tombado

Figura 43. Relações Rural-urbano de Santa Tereza. Fonte: Damazzini, M. 2017.

F

autores como MILANI (2005), para se obter desenvolvimento local deve existir consciência da realidade local em aspectos como a melhoria na qualidade de vida das pessoas junto com a conservação ambiental, por exemplo.

Outro destaque sobre o desenvolvimento local com relação ao estudo é que as relações urbano-rural da cidade são vistas contínuas, como podemos verificar na figura 43, onde percebe-se que não existe “fronteira” entre o urbano e o rural e percebe-se que Santa Tereza, é considerada cidade por possuir uma sede, porem caso não fosse seria ainda uma vila, mantendo a vida e seu cotidiano intactos. Mesmo que as políticas públicas de escala distritais ajam localmente isolando a cidade das demais ou congelando a cidade, como no caso do Tombamento do Núcleo Urbano pelo IPHAN, onde o município pouco pode decidir sobre tais questões, visto que estas decisões foram tomadas fora da escala local.

CAPITULO 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o trabalho é necessário que se faça a verificação da hipótese da pesquisa com o objetivo de ratificar ou não sua proposição inicial. Num segundo momento pode-se indicar quais tendências foram capturadas na análise do estudo de caso, a cidade de Santa Tereza, e as possíveis relações com a delimitação do perímetro tombado pelo IPHAN (2011) a qual a cidade foi submetida, bem como os possíveis desdobramentos que o estudo pode oferecer para futuras pesquisas.

Os fenômenos de segregação espacial e consequentes problemas de estagnação do desenvolvimento local, principalmente em pequenas cidades como Santa Tereza, que mesmo inseridas em regiões com alto nível de desenvolvimento não conseguem participar do processo de transformação das relações produtivas e das relações campo-cidade, refletem no desenvolvimento local, na qualidade de vida dessas pequenas cidades ou pequenos municípios, o que tem possibilitado inúmeros estudos sobre o assunto.

A revisão bibliográfica deste trabalho e a aplicação da metodologia comprovam a importância deste assunto e auxiliaram a verificar a hipótese levantada pela pesquisa onde: objetivos positivos e transformadores das ações políticas à escala nacional em interação com os potenciais de integração espacial local e regional fazem emergir tendências distintas entre os municípios envolvidos, sejam de integração aos processos de mudança da organização social e espacial ou desigualdades em relação às tendências de desenvolvimento local e que através da implementação de recortes espaciais vindos de esferas regionais, estaduais e federais, num sistema *top-down* apresentam recortes espaciais que não produzem resultados significantes devido à falta de interações entre poder público e as comunidades envolvidas. Outro ponto que contribui para esta falta de interação é a grande sobreposição de recortes que não interagem entre si, cada uma com suas demandas, que, muitas vezes extrapolam as escalas governamentais e dificultam tomadas de decisões que propiciem atingir os objetivos que cada um deles se propõem.

Além do que já foi exposto, a própria localização geográfica do município de Santa Tereza em relação à microrregião de Bento Gonçalves já indica a existência de segregação espacial e estagnação do desenvolvimento local, apontando que cidade se encontra na periferia da microrregião, onde a densidade de funções e os fluxos prováveis são mais intensos. Deve se considerar ainda outros fatores que contribuem para amplificar os efeitos dos fenômenos elencados como: a) exclusão da cidade de circuitos turísticos ligados à gastronomia e vitivinicultura; b) implantação de novas infraestruturas onde se sobressai a rede rodoviária, essencial a integração da cidade com as redes urbanas regional. Essas alterações levam ao processo de estagnação e a não aderência da comunidade de Santa Tereza às transformações em curso na Serra Gaúcha.

Neste caso, a segregação da cidade à escala microrregional é fator contribuinte para a resiliência de práticas cotidianas, do sistema produtivo e das relações campo-cidade, rural-urbano que contribuíram para distingui-la como um dos exemplares notáveis da imigração italiana para o Rio Grande do Sul e torna-la Paisagem Cultural Brasileira. A segregação espacial, geradora de uma situação de marginalidade em relação as rotas com maiores probabilidades de fluxos tendem a fortalecer as relações endógenas na comunidade, sinalizando a preservação de *habitus* e modos de vida que tem suas raízes nas terras de origem, principalmente considerando a análise configuracional da malha urbana de Santa Tereza em relação a microrregião onde a cidade está inserida, onde fica comprovado, que em termos de acessibilidade a cidade também está excluída do contato direto com os núcleos urbanos mais desenvolvidos o que fortalece a segregação espacial e tende a uma consequente estagnação do município.

Dentro da proposta deste trabalho, as tendências que foram capturadas na análise do caso, no contexto da cidade de Santa Tereza, e diante de seu status de paisagem cultural, (aliado ao crescimento da indústria do turismo) é possível aferir que em algum momento a dinâmica sócio econômica que circunda a cidade consiga transpor a resistência da comunidade local e modificar a organização social e espacial do município, inserindo-o nos processos de desenvolvimento verificados na região. Para ilustrar graficamente esta tendência e mostrar como a cidade se relaciona com o entorno, e também como o tombamento tende a “congelar” sua

relação com os demais municípios foi elaborado um esquema gráfico (Fig. 48) que mostra Santa Tereza com relação a microrregião em que se insere.

É possível ainda verificar através deste esquema gráfico, que mesmo com a distância física entre a maioria das cidades do recorte não seja superior a 40km, existe uma distância entre Santa Tereza e os demais municípios que pode ser medida através do nível de desenvolvimento e da integração e transformação espacial causada pela forma como as políticas públicas são aplicadas regionalmente. A investigação empírica mostra que, apesar de segregada, a comunidade é desenvolvida, partindo do pressuposto que para se obter desenvolvimento local é necessária uma transformação consciente da realidade local, entendendo que o desenvolvimento local não está relacionado somente com crescimento, mas também com outros aspectos, como, a melhoria na qualidade de vida das pessoas e com a conservação ambiental.

Este pressuposto é bastante legível no âmbito local de Santa Tereza, o que corrobora, em parte, com a hipótese levantada por este trabalho e onde as tendências dissimilares de integração aos processos de mudança da organização social e espacial, bem como desigualdades em relação às tendências de desenvolvimento local, não interferem no cotidiano da cidade, já que a população local não participa do que ocorre na microrregião que Santa Tereza se insere. É possível afirmar que: a) a cidade e a comunidade escolheram manter o estilo rural dos últimos 100 anos praticamente intacto, preservando o cotidiano, o *modus vivendi* e suas estruturas; b) o *modus vivendi* certamente influenciou na não inclusão da cidade no processo de reestruturação econômica que a microrregião de Bento Gonçalves tem se submetido nos últimos 25 anos.

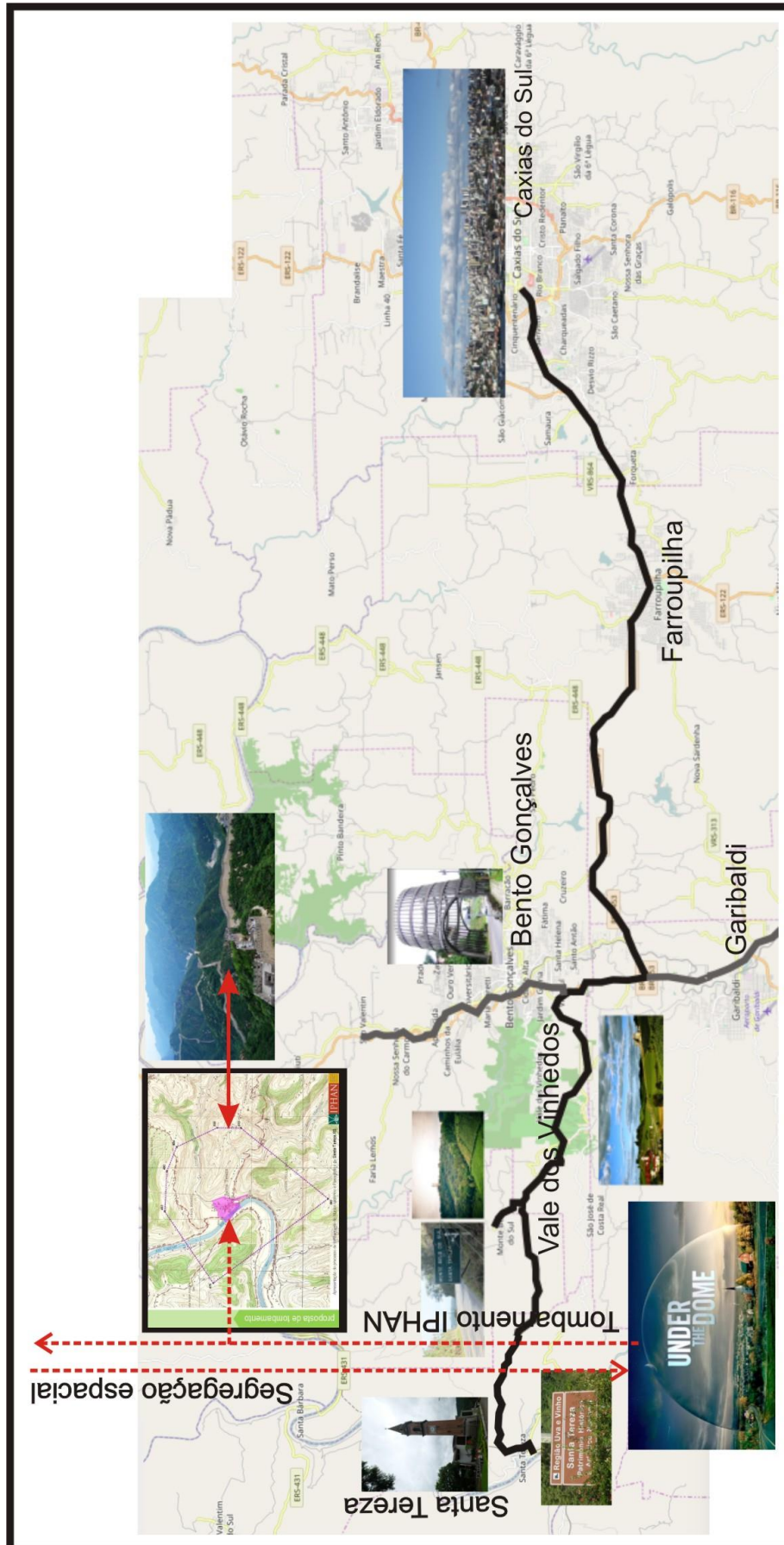


Figura 44. Esquema gráfico da segregação de Santa Tereza. Fonte. Damazzini, M. 2017

O objetivo de desenvolvimento local preservando de alguma forma o *modus vivendi* da região mas usufruindo do “rotulo” da preservação da cultura da imigração italiana é tratada pelo autor desta pesquisa como um processo de *gringuificação* em uma forma bem-humorada de aludir ao processo conhecido como *gentrificação* (Smith e Williams, 1986) que trata da “*Substituição de populações em um bairro antigo, degradado, por populações mais abastadas, acompanhada de uma revitalização do ambiente construído*” ocorridos principalmente em Londres na Inglaterra e Nova Iorque nos Estados Unidos em meados dos anos de 1950 e 1960.

Este processo de *gringuificação* na microrregião de Bento Gonçalves se deu pela reapropriação da história local, a inclusão do poder público como parceiro nas ações de preservação do patrimônio, como tentativa de tornar cada vez mais atraente, investimentos do capital privado em ações deste âmbito, principalmente explorados pela indústria da enogastronomia e do turismo que remetem às novas lógicas da agricultura familiar.

Neste momento é possível posicionar Santa Tereza como um caso especial de auto segregação aos novos parâmetros de desenvolvimento vistos acima. Estes se inseriram de forma permanente na economia local, e a cidade/comunidade local poderia usufruir da indústria turística e enogastronomica que se consolida na região. O tombamento do núcleo urbano de Santa Tereza pelo IPHAN (2012), é outro ponto que poderia ser transformado em fonte de renda para o município, no entanto, não é utilizado como tal, muito menos serve de justificativa para a estagnação da cidade. O tombamento é visto pela comunidade local não como uma forma de preservar a cidade como monumento, como história, mas sim como um instrumento que preserva o cotidiano local o que é visto com bons olhos pela comunidade e que mantém o papel de entreposto do núcleo urbano mesmo sem fronteiras claras com o rural, tomando parte ativa na reprodução da estrutura das relações sociais e das relações urbano - rural.

Nesse caso, não se pode falar da “destruição” do tecido social na comunidade, nem da desagregação do ambiente cultural ou esvaziamento demográfico, ou ainda da perda de costumes tradicionais, como as relações de vizinhança, mutirões, “serões” entre famílias, as reuniões religiosas e outros. Apenas

não se modificaram as expectativas da comunidade em relação ao seu próprio desenvolvimento e aos seus *habitus*.

Santa Tereza não despertou o interesse dos “novos” produtores rurais e sim expressa a idéia dos antigos valores típicos do mundo rural, que se pensava estivessem em vias de extinção, e que vem passando por uma certa revigoração e que a partir disso começa a ganhar a adesão de pessoas da cidade. Esta reconstrução cultural de valores camponeses em contraposição aos valores urbanos destaca noções positivas do mundo camponês em relação ao tempo, ao espaço, ao trabalho e à sociabilidade, representando o que se tem chamado de pós-industrial e pós-fordista, caracterizado, como um conflito entre diferentes visões e interesses do que possa vir a serem espaços, “lugares” em que aparecem novas categorias sociais nos espaços rurais, assinalando a existência de situações similares no Brasil.

Portanto nestes casos entender que algumas microrregiões estão internamente integradas, articuladas do ponto de vista do desenvolvimento local e social e outras são caracterizadas pela coexistência descoordenada do crescimento regional, sendo primordial considerar-se variáveis espaciais, morfológicas e configuracionais na análise de cada caso. Só assim é possível identificar o papel que a segregação espacial da cidade de Santa Tereza e seu afastamento, com relação às rotas de maior probabilidade de fluxos da rede regional tem na relação com as expectativas dos moradores considerando às interações com os estranhos. No entanto este tipo de posicionamento da comunidade local pode, com o passar do tempo, mudar de rumo e Santa Tereza aderir às transformações ocorrendo na região, muitas delas agenciadas pelos jovens que voltam à sua cidade de origem, tirando proveito da herança cultural e familiar e reinventando processos com vistas a abrir novos mercados e é aqui que a chancela de Paisagem Cultural, como um instrumento que de desenvolvimento local, pode ser de fundamental importância para montar estratégias que contribuam para o desenvolvimento de Santa Tereza sem interferir de forma danosa no sistema social local, que em comparação as terras de origem mantêm um diálogo estreito, não só no modo de vida mas também em questões relacionadas a paisagem, como pode ser visto na Figura 45.

Paisagem de Belluno (IT) x Paisagem de Santa Tereza (Bra)

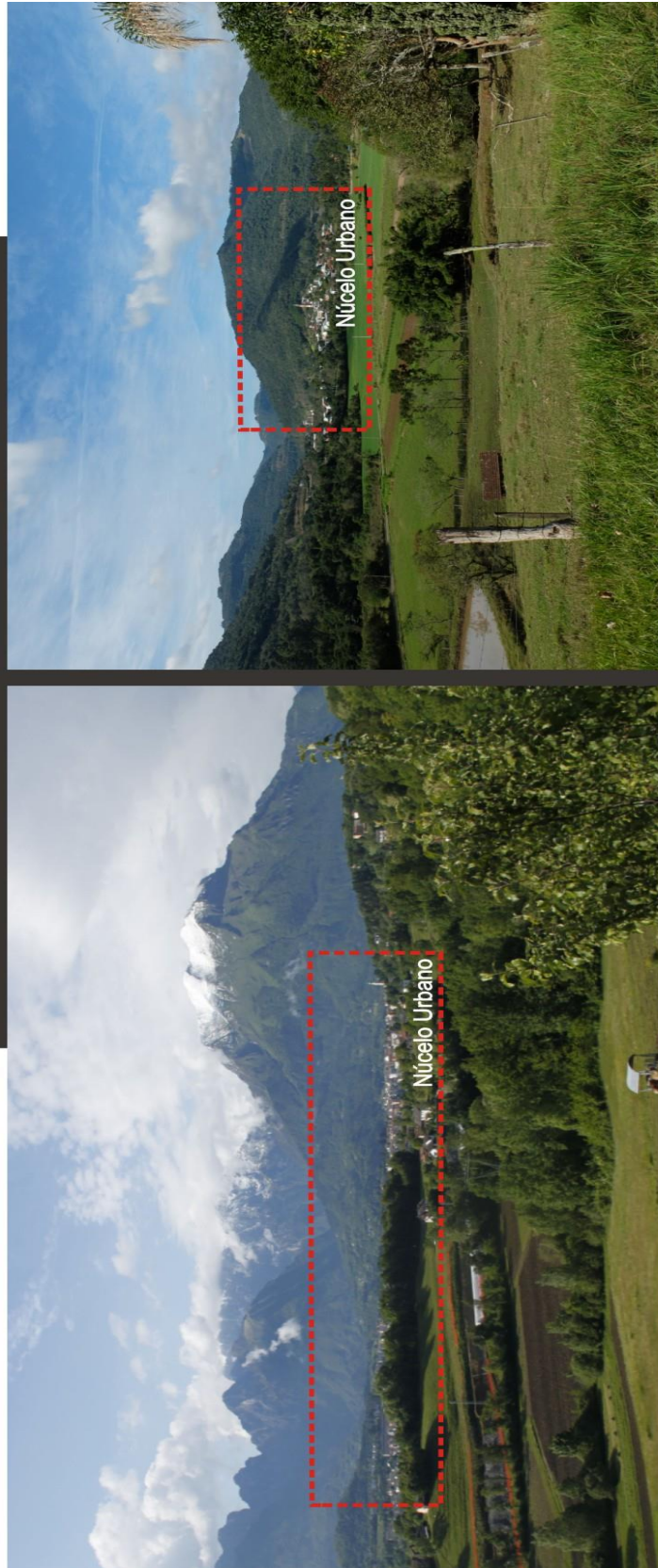


Figura 45. Relação das paisagens rural-urbana de Belluno (IT) e Santa Tereza (BR)

Estas estratégias podem auxiliar em pontos importantes do desenvolvimento local, como por exemplo: a) Dar prioridade à produção do meio rural; b) vincular e inserir o meio rural à sociedade, especificamente aos indivíduos que vivem em grandes centros urbanos, e que buscam uma melhor qualidade de vida. Desta forma, os espaços rurais, antes esquecidos, não teriam apenas a função básica produtiva, mas se tornariam espaços de consumo, incorporando funções urbanas, como de residência e de lazer. Isto possibilita não só a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias, mas também inúmeras outras formas de turismo rural. Esta mudança de rumo possibilita que os espaços rurais deixem de ser um objeto de interesse exclusivo dos agricultores, para se tomarem um “patrimônio” local acessível a todos; c) tornar a ruralidade um bem coletivo, não apenas como um lugar de habitação, espaço de produção agrária ou roteiro turístico, mas como um patrimônio ambiental que deve ser preservado, limitando, através deste uso efetivo do espaço, atividades que possam degradar os seus recursos

Este novo olhar sobre o rural pode vir a valorizar mais o novo do que propriamente o rural ao enfatizar as atividades não agrícolas em detrimento das funções próprias do meio rural. Por outro lado, esta nova ruralidade tende também a mostrar como o espaço rural vem adquirindo importância, valorizando as atividades agrícolas e as populações residentes nestes locais, buscando valorizá-los nas políticas de desenvolvimento, mesmo que estas políticas de desenvolvimento propostas venham de forma *topdown*.

O “problema rural” é bem maior do que mostram os indicadores da “desruralização”, portanto, enfrentar este problema exige tratamentos especiais da relação campo-cidade/rural-urbano, especialmente a relação as questões que envolvem a pequena cidade em seu conjunto - sede do município e seu entorno rural. Nesta perspectiva, a pequena cidade, apesar do caráter “urbano”, desempenha aqui o mesmo papel que as vilas em países de maior tradição camponesa. No caso discutido pela pesquisa, como o sentido da mudança para uma vida melhor era migrar do rural para o urbano, nada mais lógico, do ponto de vista das elites dominantes, do que concentrar os recursos e os investimentos na sede “urbana” das localidades, processo este reforçado pela própria iniciativa dos agentes, públicos e privados, que compartilharam deste ponto de vista.

A necessidade de manter contatos regulares com a cidade, na medida em que esta concentra as principais instituições e/ou serviços essenciais para as famílias de agricultores, não encontrados nas comunidades rurais onde residem, além da procura por trabalho, estudo, lazer ou mesmo consumo de bens e serviços por parte, principalmente, dos jovens, criam as condições para a ampliação do universo de relações estabelecidas entre os campos sociais que integram o município. Portanto retomando-se Lavedan e Meunier, Santa Tereza seria comparável a uma aldeia, para as quais as relações sociais morador-estranho são pouco complexas, não há grande heterogeneidade de grupos sociais para as quais as relações endógenas (como o território e a região) assumem importância na organização de intercâmbios e interfaces, isto é, da comunidade consigo mesma, que relevam a densidade e diversidade de atividades econômicas e funções que privilegiam as interfaces externas e que tem informado novas tendências na apropriação social do espaço da Serra Gaúcha.

É possível ressaltar que, na localidade/comunidade, cada ator local está também ligado, através de redes, direta ou indiretamente a atores externos. De acordo com este pensamento, a localidade se constrói socialmente a partir da interação de uma variedade de atores locais e não-locais, onde, mais importante que pertencer a um certo território ou não, é a forma como as relações sociais ocorrem entre estes. Se entende assim o território como resultado de uma construção social e política, onde pessoas, grupos sociais e instituições interagem articulando interesses comuns, mesmo sabendo que os diferentes agentes buscam constantemente impor as suas representações.

Esta dinâmica configura um espaço concreto, que sofre mudanças de valor e papel à medida que a história é construída pelos diferentes atores sociais envolvidos no processo. No entanto, uma localidade pode renascer, não só da forma descrita, mas também como reação, por exemplo, à internacionalização ou à globalização que caracterizam novos processos de desenvolvimento e de políticas desenvolvimentistas. Aqui cabe reforçar o papel das agroindústrias nos pequenos municípios - particularmente em meio ao espaço de produção e de vida dos agricultores familiares, que auxilia na manutenção do estilo de vida local.

Finalizando, cabe dizer que o desenvolvimento desta pesquisa abre ainda possibilidades de novos estudos que podem ser explorados e desdobrados por outros pesquisadores da seguinte forma:

- Estudos relacionados a cidades pequenas, de como estas cidades podem criar mecanismos que não as excluam de políticas de desenvolvimento e crescimento que beneficiam aos grandes centros.
- Pode-se ainda estudar Santa Tereza e cidade pequenas tombadas pelo patrimônio cultural sob o conceito de Museu Comunitário.
- Qual a influência de Roteiros turísticos de grande escala, como os existentes na Região da Serra Gaúcha, tem sobre a estagnação sócio espacial de cidades pequenas como a cidade de Santa Tereza.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-SAYED, Kinda et al. Space Syntax Methodology, 2014.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. **Caras e modos dos migrantes e imigrantes. História da vida privada no Brasil**, v. 2, p. 292-335, 1997.

AZEVEDO, Thales. **Italianos e gaúchos**. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 179.

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural**. Sposito MEB, Whitacker AM, organizadores. Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA-ENGRUP. IV, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 132-150.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline. CARGNIN, Antonio Paulo. CUNHA, Laurie Fofonka. BERVEJILLO, Federico; YIM, Cheung Koon. **Estudio general para el diseño de las directrices de ordenamiento territorial y desarrollo del Uruguay: Informe Intermedio, diciembre de 1995: Análisis prospectivo de microrregiones**. Montevideo: Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial - DINOT, Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente - MVOTMA, 1995. 66p.

OLIVEIRA, Suzana Beatriz de. **Perfis Regionais por Região Funcional de Planejamento, Porto Alegre**. 2011.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De Volta a Cidade – Dos Processos de Gentrificação**. Ed. AnnaBlume, 1ª Edição - 2006 - 294 pág.

BOURDIEU, P. **Il senso pratico, trad.** it. Armando, Roma, 2005.

BRAGA, Andrea da Costa. **Morfologia, transformação e co-presença em centros urbanos: o caso do centro do Rio de Janeiro/RJ**. 2003.

BRAGA, Andrea da Costa. **A espacialização de trocas multiculturais em conurbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguaí**. 2013.

BRET, Bernard. De los mismos autores. Disponível em: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article604>. Acessado em 22 de maio de 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acessado em: 20/03/2016

CAPRARA, Bernardete Schiavo. LUCHESE, Terciane Ângela. **Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930 – História**. Bento Gonçalves, Visograf; Porto Alegre, CORAG, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2001.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Bertrand Brasil, 2004.

DAMAZZINI, Marcelo. **Gringuificação: O papel dos circuitos turísticos e da viticultura na reformulação da memória coletiva e do patrimônio material, e na geração de novas centralidades em Bento Gonçalves/ RS,** Bento Gonçalves, 2007.

DA COSTA, César; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. **Brasil: Editora Bertrand,** 1995.

DE AZEVEDO, Thales. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul.** A Nação, 1975.

De PARIS, Assunta. **Memórias: Bento Gonçalves-RS; Fundamentação Histórica.** Bento Gonçalves. Suliani Editografia Ltda, 2006.

De PARIS, Assunta. ZARDO, Maria de Fátima D. S. **A Trajetória do Comercio de Bento Gonçalves.** Bento Gonçalves. Tipograf Industria Grafica Ltda, 1997.

DE UGALDE, Claudio Mainieri et al. **Identifying city--regional structures in Rio Grande do Sul, Brazil,** 2015.

DE VARINE, Hugues. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Medianiz, 2013.

DO PRADO, Marla Michelle Nascimento Portela. **A teoria de campo e o patrimônio cultural.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio–PPG-PMUS Unirio| MAST-vol, v. 4, n. 1-2011, p. 127. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acessado em 02/04/2016

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

FERREIRA, Lenize R. **Transformações na paisagem urbana de Santa Vitória do Palmar-RS: relações sociais, políticas de habitação e a produção da cidade.** 167f. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos Municípios E Pequenas Cidades Do Estado Do Rio Grande Do Sul: Contrastes, Perfil Do Desenvolvimento E De Qualidade De Vida, 1980–2000.** Rio Claro: UNESP, INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS. Tese de Doutorado, 2008. 267p.

FOUCAULT, Michel. **Outros espaços.** Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Ditos e Escritos vol III, 2001.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Gentrification e (Re) Organização Urbana: Contribuição para a construção de uma teoria urbana.** Porto Alegre, 2001.

GAETA, Antônio Carlos. Plano diretor, gestão dos pequenos municípios e preservação do patrimônio histórico. **Temas de Administração Pública,** v. 3, n. 4, 2009.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** Edições Loyola, 2000.

HESPANHOL, Nivaldo A. **O Desenvolvimento do Campo no Brasil**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inêz Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (orgs.). *Geografia Agrária: Teoria e Poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge university press, 1984.

HILLIER, Bill; IIDA, Shinichi. **Network and psychological effects in urban movement**. In: COSIT. 2005. p. 475-490.

HILLIER, B.; YANG, T.; TURNER, A. Normalising Least Angle Choice in Depthmap, and How It Opens Up New Perspectives On The Global and Local Analysis of City Space. **Journal of Space Syntax**, v.3, n.2, p. 155-193, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acessado em: 22 de maio, 2017

LAKATOS, Eva Maria; DE ANDRADE MARCONI, Marina. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 2001.

LOPES, Diva M, Ferlin; HENRIQUE, Wendel (orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, Série estudos e pesquisas, 87, 2010. 250 p.

MARSDEN, Terry. **New rural territories: regulating the differentiated rural spaces**. Journal of rural studies, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

MARSDEN, Terry. **Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy**. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 3-4, p. 312-317, 1989.

MELATI, André. **Caminhos por escolhas: o desenvolvimento do espaço regional das cidades da segunda fase da colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**. 2010.

OLIVEIRA, Marcelino Francisco de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Campo/Cidade-Rural/Urbano: Os Equívocos Na Delimitação E Na Leitura**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, UFU, 2012. ISSN1983-487x.

PALEN, J. J. **Introdução Histórica**. In:_____. **O mundo urbano**. Tradução de Ronaldo. Sérgio de Biasi e Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975. p. 19-25.

PEPONIS, John et al. **The spatial core of urban culture**. *Ekistics*, p. 43-55, 1989.

PELLANDA, Ernesto. **Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. In: Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, p. 44.

PIERUCCINI, Mariângela Alice; BULHÕES, Ronaldo. **Caracterização enquanto região. Meso-região do Oeste do Paraná: Diagnóstico e Perspectivas**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PORTO, Aurélio. **O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934, p.164 - 165.

PUTNAM, Robert D.. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV.1996

MAIA, Doralice Sátyro. **Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura**. p.13-37. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. / Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (organizadores). – Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87).

MUMFORD, Lewis. **The story of utopias**. Boni and Liveright, 1922.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. (trad.) Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. Editora 34, 2012.

RODRIGUES, Marly. A gestão do patrimônio cultural. **Temas de Administração Pública**, v. 3, n. 4, 2009.

SACK, R. The human territoriality - its theory and history. Cambridge, Cambridge University Press, 1986. Disponível em: <<https://books.google.co.uk/books?id=NXk7AAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: set. 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Políticas Urbanas em Renovação: Uma Leitura Crítica dos Modelos Emergentes**. Trabalho selecionado da sessão temática 1 – “Esferas da decisão e gestão: para onde aponta a experiência?”. R. B. Estudos Urbanos e Regionais Numero 1. Rio de Janeiro, maio de 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. Há mesmo um espaço virtual?, 2000. [www.hypertexto. com.br]. Disponível em: junho de 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. EdUSP, 2004.

DO NASCIMENTO, Flávia Brito; SCIFONI, Simone. **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP**. Revista CPC, n. 10, p. 29-48, 2010.

SEYFERTH, Giralda. **As Identidades dos Imigrantes e o Melting Pot Nacional**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6. n. 14, p. 143-176, novembro de 2000.

SEYFERTH, Giralda. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013.

SILVA, Moacir. **Tentativa de classificação das cidades brasileiras**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, junho e setembro de 1946. P. 283-317.

SOBARZO, Oscar. **O Urbano e o Rural em Henri Lefebvre**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). *Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Cooperação e Participação: Novas Formas de Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento regional**. URL: www.URL: http://capitalsocial.cjb.net . 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 3, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Cidades Pequenas**. Paco Editorial, 2012.

SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 33-52. (Coleção Expressão).

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **Visões de mundo rural dos jovens: da invisibilidade social à busca de cidadania**. Agricultura familiar. Florianópolis: Insular, p. 153-170, 2004.

TEIXEIRA, Keuler Hissa et al. **A importância do capital social e da solidariedade para o desenvolvimento local: um estudo de caso**.

TURNER, A. Angular Analysis. **Proceedings of the 3rd Space Syntax Symposium**, Atlanta, 2001.

VARGAS, Heliana Comin. CASTILHO, Ana Luisa H. de. (Org.) **Intervenções em Centros Urbanos; Objetivos, estratégias e resultados**. Barueri; Ed. Manole, 2006.

VAZ, Lílian Fessler. JACQUES, Paola Berenstein. **A Cultura na Revitalização Urbana – Espetáculo ou Participação?** Espaços & Debates, São Paulo – v. 23 – n. 43-44 – p. 129-140, jan/dez 2003

VOLKMER, José Albano. **Memória cultural e o patrimônio intangível**. 2004.

VAROUDIS, Tasos et al. **Space syntax angular betweenness centrality revisited**. In: 2013 International Space Syntax Symposium. 2013.

WAKULICZ, Gilberto; RIGHI, Irineu M. Marin; CAZAROLLI, Benhur. **Associativismo/cooperativismo e o desenvolvimento local/regional**. Revista Economia e desenvolvimento, no 11, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Una nueva ruralidad en América Latina, p. 31-44, 2001.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem Cultural Brasileira: Do Conceito À Prática**. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v. 5, n. 2, 2013.